



Maria da Conceição Aguiar Sabo Mendes

**A (NÃO) DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA NOVA PERSPECTIVA DE DEFICIÊNCIA**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito Público.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Pereira de Melo.

Setembro
2019

Maria da Conceição Aguiar Sabo Mendes

**A (NÃO) DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA NOVA PERSPECTIVA DE DEFICIÊNCIA**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito Público.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Pereira de Melo.

Setembro
2019

Declaração antiplágio

Declaro que o texto apresentado é de minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Maria da Conceição Aguiar Sabo Mendes

Setembro/2019

Maria da Conceição Aguiar Sabo Mendes

**A (NÃO) DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA NOVA PERSPECTIVA DE DEFICIÊNCIA**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito Público.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Pereira
de Melo.

Aprovado em:
Banca examinadora

Professor(a):

Instituição:

Professor(a):

Instituição:

Professor(a):

Instituição:

À minha bisavó Emília e à minha tia Zezé, por terem me ensinado que o mundo não precisa ser visto com os olhos, mas sim com o coração; ao meu tio Nobuo, por ter me ensinado que a corrida para a realização dos nossos sonhos não depende de pernas, mas sim da força de vontade. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, I'talo e Marta, e aos meus irmãos, Pedro e Caio, que nunca mediram esforços para realizar meus sonhos e que estiveram comigo em todos os momentos, não deixando que a *distância* física se transformasse em seu sentido literal. Ao meu tio Gilmar, pelo incentivo, apoio e confiança depositados desde que me entendo por gente.

Agradeço a todos os professores, funcionários e aos colegas que a Universidade Nova de Lisboa me apresentou. Em especial, à minha orientadora, Prof. Dra. Helena Pereira de Melo, que, com tanto carinho, acolheu-me e me ajudou durante a construção deste trabalho: obrigada pelo exemplo dado dentro e fora de sala de aula. Não poderia deixar de agradecer, também, ao meu co-orientador, Prof. Dr. Francis Kessler, que, com o Prof. Dr. Juliano Barra, acolheu-me tão bem durante o ano de mobilidade para pesquisa acadêmica, na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

A minha eterna gratidão aos funcionários da biblioteca do Instituto Nacional para a Reabilitação, localizada em Lisboa, pelo fornecimento de materiais e dados necessários para a construção desta dissertação. Aos amigos de Lisboa, de Paris e, é claro, do Brasil, que se fizeram família quando necessário: o meu eterno carinho e gratidão.

Por último, contudo, mais importante, agradeço a Deus.

RESUMO

Com o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, esses direitos foram consagrados como matéria de direitos humanos, possibilitando, por meio do modelo social de deficiência adotado, a desmistificação da incapacidade e da dependência da Pessoa com Deficiência. O tratado internacional mencionado é um instrumento fundamental para o presente trabalho, pois traz, em seu corpo textual, conceitualizações, princípios e direitos que consagram a igualdade das Pessoas com Deficiência, a partir da não discriminação em razão da deficiência. De acordo com a Convenção, a luta pela igualdade de oportunidades entre as Pessoas com Deficiência e as demais, assim como a não discriminação em razão da deficiência, está interligada à sociedade e às ações determinadas pelo Estado. Assim, o Estado deve fornecer medidas adequadas para derrubar e impedir a construção de barreiras que limitam o exercício de seus direitos. Considerando essa obrigatoriedade do Poder Público em fornecer medidas que apoiam a inclusão social, analisa-se, neste trabalho, além da incorporação da Convenção no ordenamento jurídico brasileiro, que adquiriu status de Emenda Constitucional, a evolução do quadro legislativo ordinário brasileiro voltado à Pessoa com Deficiência. O progresso de seus direitos é notado em normativas infraconstitucionais e na Constituição Federal de 1988. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão é, atualmente o principal documento infraconstitucional em prol das Pessoas com Deficiência, atuando como um reflexo da igualdade material e dos ditames elencados pela Convenção. A Carta Constitucional brasileira consagra a proibição da discriminação, bem como a igualdade de oportunidades pela igualdade formal e material. Portanto, percebe-se que nenhuma forma de discriminação que atue como instrumento de limitação ou de vedação dos direitos das Pessoas com Deficiência é permitida. Contudo, a discriminação positiva e as ações afirmativas estão previstas constitucionalmente, servindo como ferramentas para a efetivação da igualdade das Pessoas com Deficiência. Ainda que brevemente, foi analisada a atuação de Portugal e França na vedação da discriminação e na promoção da igualdade de oportunidade dessas pessoas.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Discriminação. Igualdade. Ação afirmativa. Inclusão social.

ABSTRACT

With the advent of the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, the rights of persons with disabilities have been enshrined as a human rights issue, and through the social disability model adopted, the demystification of disability and dependence on persons with disabilities has been adopted. This international treaty is a fundamental instrument for the present work, constituting in its textual body concepts, principles and rights that enshrine the equality of people with disabilities, through non-discrimination on the grounds of disability. According to the Convention, the fight for equal opportunities between people with disabilities and others, as well as non-discrimination on grounds of disability, is intertwined with society and actions determined by the state. And so, the state must provide adequate measures to break down and prevent the construction of barriers that surround the environment of the disabled person, which in turn limits the exercise of their rights. Taking into account this obligation of the Government to provide measures that support the social inclusion of people with disabilities, this paper analyzes, in addition to the incorporation into the Brazilian legal system of the Convention, which has acquired Constitutional Amendment status, the evolution of the Brazilian ordinary legislative framework for persons with disabilities. The advancement of the rights of persons with disabilities can be noted through the nonconstitutional rules and from the Federal Constitution of 1988. The Brazilian Inclusion Law is currently the main nonconstitutional document in favor of people with disabilities, acting as a reflection of equality. material and dictates listed by the Convention. The Brazilian Constitutional Charter enshrines in its text the prohibition of discrimination, as well as equality of opportunity through formal and material equality. Therefore, it is perceived that no form of discrimination that acts as an instrument of limitation or prohibition of the rights of persons with disabilities is allowed, however, positive discrimination / affirmative actions are constitutionally provided, serving as tools for the equality of people with disabilities. deficiency. Although briefly, we analyze the actions of the Portuguese and French states to prevent discrimination and promote equal opportunity for people with disabilities.

Keywords: Person with disability. Discrimination. Equality. Affirmative action. Social inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A importância da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	15
1.1. Medidas anteriores à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	17
1.2. Aspectos notórios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	20
1.3. Um novo olhar para as Pessoas com Deficiência trazido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	27
1.3.1. A terminologia empregada e seus reflexos.....	27
1.3.2. O surgimento de um novo paradigma à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	28
1.3.3. O conceito de deficiência na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	31
1.4. O princípio de igualdade e da não discriminação de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	33
1.5. O Monitoramento Internacional da implementação da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu alcance.....	40
1.5.1. A posição da ONU em relação à discriminação em razão da deficiência (Comitê das Nações Unidas)	42
2. A vinculação entre o Brasil e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	44
2.1. O processo de recepção do tratado e seus aspectos internos pelo Brasil.....	44
2.2. As Pessoas com Deficiência e seu espaço na legislação infraconstitucional brasileira anterior à Lei Brasileira de Inclusão.....	48
2.3. O conceito de deficiência e sua evolução no ordenamento jurídico interno brasileiro.....	55

2.4. Lei nº 13.146/2015 - A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	63
3. A Proibição da Discriminação Negativa e a Justificação da Discriminação Positiva em prol da Pessoa com Deficiência.....	72
3.1. Alguns aspectos iniciais (e básicos) sobre a Igualdade no Direito Positivo Brasileiro.....	72
3.2. A proibição da discriminação negativa à luz do sentido do direito (e princípio) à igualdade no sistema constitucional brasileiro.....	76
3.3. A vedação constitucional da discriminação negativa da Pessoa com Deficiência	86
3.4. A verificação da discriminação positiva (ações afirmativas) em prol das Pessoas com Deficiência.....	90
3.5. A Lei Brasileira de Inclusão à luz da igualdade e da não discriminação da Pessoa com Deficiência.....	98
4. Breves apontamentos da normativa internacional que institui a igualdade e a não discriminação das Pessoas com Deficiência na França e em Portugal.....	105
4.1. O Direito Positivo Português.....	105
4.2. O Direito Positivo Francês	112
CONCLUSÃO.....	117
ANEXOS.....	126
Anexo I.....	126
Anexo II.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128

INTRODUÇÃO

Considerando a ascensão mundial dos Direitos Humanos e Fundamentais no pós-Segunda Guerra, é importante observar que alguns grupos marginalizados, como as Pessoas com Deficiência, foram temas centrais de documentos internacionais de Direitos Humanos que surgiram no final do século XX. Houve uma intensa evolução e modificação quanto aos direitos dessas pessoas em um curto período. Essa progressão de direitos foi estabelecida a partir dessas normativas internacionais que colocaram, a nível mundial, a indispensabilidade de abordar esse assunto delicado, que, culturalmente, já foi e ainda é visto de forma controversa.

Apesar de a normativa internacional contemplar a necessidade da promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência, até pouco tempo, algumas características eram relacionadas de forma natural a elas, como: incapacidade, inferioridade, dependência, problema e doença. Nesse sentido, as Pessoas com Deficiência foram alvo de imposições culturais da sociedade e do Estado que resultaram na limitação do exercício de seus direitos e de suas garantias fundamentais. A reviravolta nesse tema só ocorreu de fato em 2007, com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o mais recente e mais importante marco normativo para a garantia da igualdade e a não discriminação dessas pessoas, a partir da adoção de uma nova perspectiva de deficiência, não mais baseada na inferioridade, mas sim na diversidade.

Conforme dados fornecidos em 2011 pela OMS¹, uma a cada sete pessoas possui algum tipo de deficiência. Isso significa que há cerca de um bilhão de Pessoas com Deficiência no mundo. De acordo com dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010, 23,9% da população brasileira declarou ter algum tipo de deficiência. Convertendo essa porcentagem, tem-se que o Brasil possui cerca de 46,6 milhões de Pessoas com Deficiência². A partir dessa concepção *numérica*, percebe-se que não se fala exatamente de uma minoria em relação à quantidade, até porque o conceito de minoria que se trabalha aqui é o de uma parcela da população considerada diferente/

¹ United Nations Enable. **The Invisibility of Disability. Why disability statistics matter**. Infographic Statistics, 2016.

² IBGE. LOSCHI, Marília. **Pessoas com Deficiência**: adaptando espaços e atitudes. 2019.

discriminada por motivos de etnia, religião, gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outros; trata-se de uma parcela considerável de indivíduos que lutam para se desvincularem de estereótipos associados automaticamente a sua imagem. Essa causa não pode ser individual ou apenas entre essas pessoas e seus familiares, ela deve ser de todos, com a colaboração, também, da sociedade e do Estado.

Em razão dessa limitação de direitos e de liberdades fundamentais que prejudicam os indivíduos abordados aqui, durante um longo período, observa-se que a discriminação, em sua forma negativa, serviu de plano de fundo para a não efetivação da igualdade de oportunidades. Assim, nota-se a importância da temática proposta, a qual têm por objetivo o estudo do avanço dos direitos das Pessoas com Deficiência, o qual dialoga diretamente com a proibição da discriminação, bem como com a aplicação da igualdade de oportunidades, tendo em vista a perspectiva constitucional.

Indaga-se, desse modo, qual é a posição do Direito Positivo brasileiro em relação à proibição da discriminação e da efetivação da igualdade das Pessoas com Deficiência. Para obter essa resposta, com este trabalho, propõe-se discutir e observar como esse direito se comporta frente às medidas que promovem a igualdade e a não discriminação, bem como a sua progressão no ordenamento normativo interno.

Os estados adotaram diversas medidas ao longo do tempo, podendo ser observada a substituição da ótica da integração social, que era abarcada por normativas internas e internacionais anteriores à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela inclusão social trazida e discutida por este tratado. Logo, as medidas adotadas pelo Estado deverão seguir uma nova perspectiva de inclusão, que, somadas a princípios constitucionais, acabam reduzindo a discriminação que resulta na limitação dos direitos e das garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência.

Portanto, o presente trabalho busca analisar a evolução dos direitos dessas pessoas perante tratados internacionais anteriores à Convenção e seu Protocolo Facultativo, uma vez que foi por meio dessa evolução que os referidos direitos foram abarcados pela normativa interna. Considerando que o Brasil foi signatário sem

reservas da Convenção e de seu Protocolo, importa discutir, ainda que brevemente, como foi a sua incorporação interna dentro do ordenamento jurídico brasileiro, bem como seus reflexos perante a evolução de normas que objetivavam e objetivam o exercício dos direitos e das garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência no Brasil. A Lei Brasileira de Inclusão pode ser citada como principal reflexo da Convenção no conjunto normativo brasileiro, porém, antes mesmo da sua instituição, o Direito Constitucional interno já determinava a necessidade de implementação de ações afirmativas em prol das Pessoas com Deficiência, bem como o respeito pela diversidade e a proibição de discriminação. Diante do exposto, o trabalho também ilustra como as Pessoas com Deficiência estão inseridas no texto normativo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como estão contempladas as suas igualdades formal e material.

Tendo em vista que relevância da efetivação da igualdade das Pessoas com Deficiência vai além de barreiras continentais, é, brevemente, demonstrada uma comparação entre medidas normativas e legislações estabelecidas na França e em Portugal. Uma vez que esses dois países também foram signatários da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, essa análise busca determinar a importância global dos efeitos surtidos pelo respectivo tratado.

O primeiro ponto a ser discutido é justamente a evolução da normativa internacional voltada às Pessoas com Deficiência, enfatizando os principais pontos da Convenção Internacional sobre as Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. É essencial o estudo desse documento, uma vez que a partir dele foram consolidados princípios e conceitualizações essenciais, como a mudança da perspectiva de deficiência, a adaptação razoável, a proibição da discriminação e promoção da discriminação positiva. Nessa primeira parte do trabalho, será discutida, além da importância do novo paradigma de deficiência, a importância do uso da terminologia adotada pela normativa atual: “Pessoas com Deficiência”, destacando a sua evolução diante de documentos legais.

A segunda parte do trabalho começará pela internalização da Convenção no ordenamento jurídico interno brasileiro, por meio de alguns apontamentos

estabelecidos por doutrinadores constitucionalistas. Nesse sentido, nota-se que essa internalização resulta em uma inovação para a efetivação, aplicação, promoção e proteção dos direitos das Pessoas com Deficiência no quadro normativo interno. Dada a importância da incorporação do presente tratado internacional, será destacada a evolução das legislações ordinárias direcionadas ao tema, e serão salientadas políticas que adotavam uma perspectiva de deficiência divergente da perspectiva adotada pela Convenção.

A terminologia utilizada nas legislações que tratam acerca das Pessoas com Deficiência é outro ponto que será discutido. No mais, também será explorada, com mais detalhes, a atual e principal legislação ordinária voltada exclusivamente à concretização da inclusão social das Pessoas com Deficiência, por meio de medidas que potencializam a efetivação da igualdade de oportunidades e determinam a proibição da discriminação em razão da deficiência.

Em conformidade com os ideais traçados pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e levando em consideração o quadro evolutivo das legislações ordinárias voltadas às Pessoas com Deficiência, o terceiro capítulo busca analisar, sob a perspectiva constitucional da igualdade, os direitos que demarcam a vida delas. Para tanto, essa parte do trabalho inicia-se com um breve estudo sobre a igualdade, em seu sentido material e formal, necessário para uma melhor compreensão da proibição da discriminação em razão da deficiência e da efetivação da igualdade de oportunidades entre todos os indivíduos.

Após os apontamentos sobre a igualdade formal e material, a proibição da discriminação perante a Carta Constitucional brasileira será estudada, em harmonia com princípios constitucionais primordiais para a compreensão de tal proibição. A fim de consolidar a proibição da discriminação em razão da deficiência, frente ao ordenamento jurídico, destacam-se os dispositivos constitucionais que vetam esse tipo de discriminação. Ademais, observando o direito à igualdade das Pessoas com Deficiência, verifica-se, também, o seu reflexo em relação à adoção de ações afirmativas. Em seguida, retomando a análise da legislação infraconstitucional voltada às Pessoas com Deficiência, somada a apontamentos constitucionais que justificam a sua aplicação, percebe-se, dentro do texto da presente lei, a instituição de medidas que

proíbem a discriminação com base na deficiência e colaboram para a concretização da igualdade de oportunidades.

Por fim, a última parte do trabalho destina-se ao estudo da efetivação da igualdade e da não discriminação das Pessoas com Deficiência por meio do Direito Positivo português e francês. A presença dos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação nas Cartas Constitucionais de Portugal e França serão estudados, para que se justifiquem as medidas do Estado em favor dessas pessoas. Torna-se, então, indispensável a apresentação da incorporação interna da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ordenamento jurídico de cada país, dada a importância do referido documento para o estabelecimento de um novo direito.

1. A importância da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Para uma melhor compreensão acerca da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é importante destacar, ainda que resumidamente, a evolução dos direitos humanos das Pessoas com Deficiência. Ela subdivide-se em quatro fases³:

A primeira fase é marcada pela intolerância em relação às Pessoas com Deficiência, gerada por influência de diversos fatores pelo Estado, pela Igreja e pela própria sociedade, entre outros, as quais eram tidas como uma representação de impureza⁴. A segunda fase é conhecida pela invisibilidade, ou seja, pela indiferença em relação a elas.

Já na terceira fase nota-se a característica da perspectiva científica e médica acerca da Pessoa com Deficiência. Essa perspectiva médica de que deficiência é uma enfermidade a ser curada revela um caráter vitimista e assistencialista dessa fase.

Assim, em último lugar, a quarta fase revela uma nova orientação, não mais a de caráter exclusivamente assistencialista, mas sim orientada pelos direitos humanos e

³ PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2, p. 46-47.

⁴ Para a autora Flávia Piovesan, nessa fase, deficiência era sinônimo de impureza, pecado ou até mesmo castigo divino.

direitos à inclusão social. Assume-se uma nova perspectiva de deficiência, que será destacada mais à frente. Entretanto, desde já, ela revela-se como uma transição de paradigmas, visto que, em vez de serem consideradas “matérias” ou “objetos” de políticas assistencialistas, vitimistas e de tratamentos e concepções médicas, as Pessoas com Deficiência passam a ser concebidas pelas suas próprias individualidades como sujeitos e titulares de direitos. Nessa quarta fase, busca-se a valorização da diversidade humana⁵, em razão de Convenções e Declarações Internacionais.

É nesse cenário que surge a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (30 de março de 2007). Ela é uma inovação no cenário Internacional de Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁶ em 13 de dezembro de 2006. O seu texto foi pactuado pelos países-membros da ONU, assim como seu Protocolo Facultativo. O presente texto foi o primeiro tratado de direitos humanos do sistema global de proteção da ONU do século XXI, assim como o mais recente tratado internacional de direitos humanos incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro⁷.

Portanto, um marco histórico para os direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência, a Convenção, de acordo com Nuno Líbano Monteiro⁸, pode ser assinalada como um importante documento que proíbe a discriminação em razão da deficiência. Ela traz, em seu texto, uma importante mudança de paradigmas acerca das Pessoas com Deficiência, inovando os seus direitos e considerando-os como uma questão de direitos humanos. Nesse sentido, é essencial a compreensão da importância da mencionada Convenção.

⁵ GUEDES, Denyse Moreira. **A Importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Norma em Nossa Carta Magna**. Leopoldianum, ano 38, nº 104/105/106, p. 85-98, 2012, p. 94.

⁶ É importante destacar que a ONU é uma Organização Internacional (intergovernamental), que, por sua vez, protege e se preocupa com a promoção e a proteção dos direitos humanos (PALUMBO, Livia Pelli. **A Efetivação dos Direitos das Pessoas com Deficiência pelos Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos: sistema americano e europeu**. Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito, ano 1, nº 2, periódico semestral revista, julho de 2012, p. 15).

⁷ LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, p. 35.

⁸ MONTEIRO, Nuno Líbano. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Carta dos Direitos para Pessoas com Autismo. Conexões com os apoios do Estado à integração do Deficiente na sociedade. In: **Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – Seminário**. Direito, Inclusão e Deficiência, Lisboa, 2010, p. 14.

1.1. Medidas anteriores à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A proteção internacional das Pessoas com Deficiência se enquadra em uma perspectiva histórica de uma série de ações que começaram a dar visibilidade e notoriedade para esse grupo. Determinados por atos multilaterais, os tratados e convenções internacionais que têm por finalidade abordar assuntos referentes aos direitos humanos são estratégicos⁹, para que seja estabelecida uma rede humanitária completa de proteção dos sujeitos aos quais se refere e reduzir ou, em uma situação ideal, eliminar o “problema” que se discute.

As questões referentes à deficiência estão inseridas na esfera de proteção dos direitos humanos em níveis internacional e nacional, os quais se aplicam o reconhecimento e a importância da proteção e da promoção, uma vez que as Pessoas com Deficiência são entendidas como cidadãs em pleno direito. Dessa forma, os direitos humanos devem ser materializados a nível internacional, diante da elaboração de documentos, normas e regulamentos que valorizem esses indivíduos, e consequentemente a nível nacional.

Quando se fala em proteção dos direitos humanos das Pessoas com Deficiência, devem ser enfatizados alguns documentos, realizados em nível global pela ONU, que promoveram um quadro de evolução de conceitos e direitos vinculados a essas pessoas. Assim sendo, pode ser listada uma evolução da materialização da promoção e da proteção dos direitos humanos relacionados à Pessoa com Deficiência diante de alguns instrumentos, como documentos e declarações realizados pela ONU¹⁰ no final do século XX.

⁹ GUEDES, Denyse Moreira, op. cit., loc. cit.

¹⁰ NEVES, Aleaxandra Chícara das. A compatibilização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com a legislação em vigor. In: PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2016, capítulo 2, p. 33.

Na data de 20 de dezembro de 1971, foi proclamada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, diante da Resolução nº 2896, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais¹¹.

O conceito de “pessoa deficiente”¹² foi trazido pela Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes¹³. Ela foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975, na qual foram reconhecidos direitos referentes às Pessoas com Deficiência em geral¹⁴.

Já em 16 de dezembro de 1976, foi aprovada a Resolução nº 31/123, pela Assembleia das Nações Unidas, a qual estabeleceu que o ano de 1981 seria conhecido como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o objetivo de impulsionar a integração e a participação dessas na vida social¹⁵. Desse modo, esse ano marca o início de uma série de documentos influenciadores de debates e discussões sobre esse tema diante da comunidade internacional. Essas questões não são apenas relativas aos direitos e aos deveres das Pessoas com Deficiência, mas também são relacionadas aos conceitos e aos valores que abarcam essa esfera. Assim, a partir do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, a ONU se propôs a demandar o aumento e a valorização¹⁶ dos direitos dessas pessoas.

O Programa Ação Mundial¹⁷, relativo a Pessoas com Deficiência, foi aprovado pela Resolução nº 37/52, em 3 de dezembro de 1982, pela Assembleia Geral da ONU, como resultado¹⁸ do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Assim, essa

¹¹ PORTUGAL – Ministério Público. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais**. Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comprado. Resolução 2.856 (XXVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1971.

¹² De acordo com a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência: “1 - O termo ‘pessoa com deficiência’ é aplicável a qualquer pessoa que não possa por si só responder, total ou parcialmente à exigência da vida corrente, individual e/ou colectiva, por motivo de qualquer insuficiência, congénita ou adquirida, das suas capacidades físicas ou mentais” (ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75).

¹³ ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.

¹⁴ SOUSA, Filipe Venade de. **Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas**. À luz da norma do artigo 74º, nº 2, alínea h, da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coimbra: Almedina, S.A., 2014, p. 60.

¹⁵ Idem.

¹⁶ CASTRO, Moisés Coelho. **A inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho brasileiro: um estudo das normas e ações afirmativas à luz do direito constitucional**. França, 2016, p. 34.

¹⁷ NEVES, Aleaxandra Chícara das, op. cit., loc. cit.

¹⁸ ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993 - **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU**, art. 5.

Resolução consagrou a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência, durante o período de 1983 até 1992.

Além disso, em 20 de dezembro de 1993, foi aprovada, pela Assembleia Geral da ONU, a Resolução nº 48/96 da ONU, que dispõe acerca das Normas para Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência¹⁹. Esse documento viabilizou um novo olhar sobre o reconhecimento das dessas pessoas por qualificá-las como detentoras de direitos humanos.

Outro importante passo na promoção de seus direitos em âmbito internacional foi a realização da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência²⁰. Ela foi realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovada em 1999, e também é chamada de Convenção da Guatemala²¹. Ela definiu o que é discriminação, ressaltando também que a exclusão, a diferenciação ou a restrição com base na deficiência está impossibilitada de ocorrer²².

Assim, após analisar algumas etapas importantes e cruciais de realizações e concretizações, sob o ponto de vista histórico da relação entre direitos humanos e as Pessoas com Deficiência no cenário internacional, chegamos ao primeiro instrumento do século XXI de direitos humanos ligado especificamente a esses indivíduos²³, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse tratado internacional

¹⁹ As Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU (1993) suscitam em seu art. 13 que: “As Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências foram elaboradas tendo por base a experiência adquirida durante a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiências (1983-1992). O fundamento político e moral destas regras encontra-se na Carta Internacional dos Direitos Humanos, que compreende a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como no Programa de Ação Mundial relativo às Pessoas com Deficiências”. ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993 - **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU**.

²⁰ BRASIL. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.

²¹ GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 35.

²² Ibidem, p. 40.

²³ ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993 - **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU**.

de direitos humanos surge em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, aperfeiçoando o sistema de direitos humanos²⁴.

1.2. Aspectos notórios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Em seu longo preâmbulo, a referida Convenção discorre sobre a importância de reconhecer e relembrar os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁵ e em outros notáveis instrumentos internacionais que visam a proteção dos direitos humanos, a fim de reafirmar de vez a necessidade de promover os direitos fundamentais da Pessoa com Deficiência. Então, pode-se afirmar que a Convenção, sendo um instrumento jurídico-normativo, trata os direitos das Pessoas com Deficiência como uma questão de direitos humanos²⁶.

Aberta para assinaturas na data de 30 de março de 2007, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência conta, até a presente data, com cento e setenta e sete ratificações e cento e sessenta e uma assinaturas, e o seu Protocolo Facultativo conta com noventa e duas ratificações e o mesmo número de assinaturas²⁷.

²⁴ Para o autor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca: “a Convenção da ONU não inovou o sistema de direitos humanos; aperfeiçoou-o, tão somente”. FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. O novo conceito constitucional de Pessoa com Deficiência: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 1, p. 20.

²⁵ CASTRO, Moisés Coelho, op. cit., p. 114.

²⁶ Acerca da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o autor Filipe Venade de Sousa acarreta que “é verdade que existem outros instrumentos jurídicos, especialmente na ONU, que oferecem garantias de promoção e proteção dos direitos humanos em geral, como já referido antes. Mas não existe um instrumento jurídico, com força vinculativa, para obrigar os Estados a assegurar e respeitar os direitos humanos das pessoas com deficiência, frequentemente vistas como “objeto de proteção” em vez de serem reconhecidas como seres humanos com direitos e deveres em igualdade de condições com os não-portadores de deficiência. Então, a adoção da CDPD tem como objetivo reafirmar não um mero compromisso, mas, acima de tudo, de forma clara e definitiva, os direitos das pessoas com deficiência enquanto uma questão de direitos humanos. Por essa razão, foi necessário aprovar um instrumento juridicamente vinculativo que estabelecesse as obrigações dos Estados de promover, proteger e reconhecer os direitos das pessoas com deficiência”. (SOUSA, Filipe Venade de. **Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas**. À luz da norma do artigo 74º, nº 2, alínea h, da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coimbra: Almedina, S.A., 2014, p. 61).

²⁷ United Nations. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>>.

Neste capítulo, serão abordados, de forma mais profunda, os principais avanços trazidos pela Convenção, que determinou a mudança do paradigma da Pessoa com Deficiência, de sua terminologia e de sua conceitualização, e possibilitou algumas medidas que garantem a eficácia e o cumprimento dos termos acordados pela presente Convenção.

Entretanto, nesse momento, serão expostos alguns comentários sobre o texto da Convenção, que passa por diversas vertentes, como educação, segurança, acesso à justiça, trabalho, cultura, entre outros dispositivos significativos que devem ser assinalados. É importante discorrer sobre tais, uma vez que os Estados Partes devem cumprir, de forma interna, essas afirmações, adotando medidas necessárias²⁸ para isso. A Convenção traz, no decorrer de seus cinquenta artigos, um manual de defesa dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência, reafirmando a igualdade e a não discriminação.

Nesse sentido, durante as obrigações que foram firmadas, é repudiado o preconceito em relação às Pessoas com Deficiência e sua inclusão na sociedade. Do mesmo modo, no quesito intelecto, é acentuado que haja educação, acessibilidade e investimentos nas pesquisas relativas ao desenvolvimento de melhorias para equipamentos e dispositivos que são necessários para locomoção, bem como dispositivos tecnológicos para melhor comunicação e melhor integração social, com custo acessível.

As crianças com deficiência são parte importante da Convenção, e os Estados Membros devem protegê-las, evitando a discriminação. Como dito, eles deverão assegurar, por meio de medidas, iguais oportunidades²⁹ para as essas possibilitar a elas o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Além disso, os Estados Partes devem promover e adotar medidas para conscientizar a sociedade acerca das condições das Pessoas com Deficiência,

²⁸ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, artigo 4.

²⁹ Ibidem, artigo 7.

incluindo as famílias que precisarem de apoio, e combater os estereótipos que relacionam deficiência com incapacidade.

Como boas propostas para essa conscientização³⁰, tem-se a utilização de meios de comunicação, como a internet, a televisão, o rádio, as revistas e os jornais, para atingir a população e criar uma imagem de deficiência, tornando-a um parâmetro de diversidade e diferença, mas não inferioridade e incapacidade. Outra boa proposta de conscientização é o ensino, na educação básica, de aulas de ética e cidadania, para que, desde novas, as crianças possam aprender sobre respeito, compreensão e diferenças, para lidarem com cada particularidade.

Ademais, a independência e a qualidade de vida são propósitos da Convenção³¹. Eles devem ser proporcionados por meios físicos, como transportes, e informações, tecnologias, comunicações, entre outros serviços que visam igualar socialmente as Pessoas com Deficiência. Algumas medidas a serem tomadas, presentes na Convenção citada, envolvem mudanças em edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho. Além disso, também envolvem informações, comunicações, serviços eletrônicos e serviços de emergência. Dessa maneira, observa-se a importância do Estado em viabilizar a acessibilidade daqueles que necessitam.

O direito à vida é reafirmado perante os Estados Membros, que devem zelar pelas vidas que estão sendo discutidas, proporcionando oportunidades iguais às das demais³². As situações de risco e emergências³³ também exigem medidas para que se operem proteções. Também há de se convir que é necessária a facilitação das Pessoas com Deficiência no acesso à justiça³⁴, devendo ter funcionários capacitados para melhor atendê-las. Ainda, as Pessoas com Deficiência não poderão sofrer penas cruéis

³⁰ Ibidem, artigo 8.

³¹ Ibidem, artigo 9.

³² Ibidem, artigo 10.

³³ Ibidem, artigo 11.

³⁴ Ibidem, artigo 13.

ou tortura, e não é permitido que se submetam a experiências médicas ou científicas sem seus consentimentos e vontades.

O reforço da segurança também deve ser uma medida protetiva às Pessoas com Deficiência. Segundo o artigo 16 da Convenção, deve-se evitar as formas de exploração, violência e abuso desse grupo, por meio de medidas legislativas, educativas, sociais e administrativas. A proteção do Estado deve ser tanto dentro quanto fora do lar, e, portanto, a instalação de programas de cunho protetivo e de monitoramento deve ser realizada.

A liberdade de movimentação gera uma vida mais independente e inclusiva³⁵. Nota-se, assim, que ela deve ser cabível às Pessoas com Deficiência, para que possam escolher onde querem residir, assim como sua nacionalidade. Dessa forma, elas podem transitar por onde quiserem em condições iguais, sem serem privadas, por conta da sua condição, de receber qualquer documento que seja necessário para transitarem pelo país ou fora dele.

De maneira análoga, os direitos de mobilidade não podem ser reprimidos, e devem ser realizadas medidas que facilitem o trânsito, as quais promovam o acesso a dispositivos de tecnologias assistivas, assim como a um espaço adequado, e que providenciem uma equipe especializada em técnicas de mobilidade. Anula-se, dessa forma, qualquer impedimento da mobilidade devido à infraestrutura ou a outro obstáculo que impeça as Pessoas com Deficiência de seguirem viagem, seja nacional ou internacional.

Os Estados Partes devem incentivar a liberdade de expressão e opinião e facilitar, para as Pessoas com Deficiência, o acesso à informação³⁶. Essas informações podem ser, por exemplo, em forma de linguagem de sinais (libras), braile, linguagem aumentativa, alternativa, entre outros métodos, para que se obtenha acesso a todos os meios de comunicação. Inclui-se, dentre o rol de comunicação, a internet, visando o incentivo para uso da tecnologia e formatos possíveis para que esse grupo a utilize da

³⁵ Ibidem, artigo 18, artigo 19 e artigo 20.

³⁶ Ibidem, artigo 21.

melhor forma. Devem ser respeitados a privacidade, o lar e a família das Pessoas com Deficiência³⁷, eliminando a discriminação contra elas, por meio de medidas apropriadas.

Desse modo, devem ser tomadas medidas para assegurar e garantir às Pessoas com Deficiência o direito ao matrimônio, à paternidade, à família e às suas relações pessoais, garantindo os seus direitos e as suas responsabilidades quanto à adoção, tutela, guarda e curatela. Os Estados Parte também devem garantir que as crianças com deficiência tenham iguais direitos que as demais quanto à vida familiar, prevenindo os modos de discriminação, como a segregação, o abandono, o isolamento e a negligência, mediante o fornecimento de informações, serviços e medidas de apoio de forma ampliada a elas e a suas famílias.

Outro significativo ponto elencado pela Convenção é a educação, devendo o sistema educacional ser inclusivo e sem qualquer discriminação. Portanto, a obediência aos preceitos idealizados pelos direitos humanos deve ser desenvolvida, a fim de que se respeitem as liberdades e as diversidades humanas e se incentive a criatividade das Pessoas com Deficiência³⁸. Para garantir a plena efetividade desse direito, os Estados Partes deverão realizar uma série de medidas, como a proibição da exclusão dessas pessoas no sistema educacional em razão da sua condição.

Além disso, o direito à saúde ganha destaque³⁹, já que, de acordo com as medidas que os Estados Partes deverão promover, pode ser citada a implementação de programas em atenção à saúde sem ou com baixo custo, tendo o mesmo padrão e qualidade dos programas de saúde que são destinados às demais pessoas. Do mesmo modo, para que as Pessoas com Deficiência tenham acesso à saúde, fazem-se necessários os serviços de habilitação e reabilitação⁴⁰, começando em estágio precoce. Dessa forma, como dito, observa-se que os planos de saúde, seguros saúde⁴¹ e seguros

³⁷ Ibidem, artigo 22 e artigo 23.

³⁸ Ibidem, artigo 24.

³⁹ Ibidem, artigo 25.

⁴⁰ Ibidem, artigo 26.

⁴¹ Ibidem, artigo 25.

de vida não poderão discriminar as Pessoas com Deficiência sob a alegação de deficiência durante a provisão e em nenhum estágio.

A inserção dos indivíduos na sociedade se dá por diversas formas, sendo uma delas o trabalho⁴². É estabelecido, no texto da Convenção, que as Pessoas com Deficiência têm o direito de estarem empregadas. Repudia-se a discriminação em razão da deficiência, logo, veta-se a discriminação que atrapalhe a Pessoa com Deficiência adentrar no mercado de trabalho, bem como sua contratação, na admissão, na permanência no ofício e nas questões relacionadas à ascensão profissional e às condições seguras e salubres de trabalho.

Os direitos trabalhistas também serão acessados pelas Pessoas com Deficiência, e os Estados Partes terão a tarefa de promover programas que as habilitem e reabilitem profissionalmente. A Convenção estabelece, ainda, uma série de medidas para assegurar e promover o direito ao trabalho.

Há o reconhecimento de que as pessoas em questão, bem como suas famílias, têm o direito de possuir um padrão de vida adequado, assim como o direito à proteção social e ao seu exercício. Serão assegurados, então, o serviço de saneamento básico e os programas de proteção social⁴³ destinados às Pessoas com Deficiência. Para essas e seus familiares que se encontrarem em situação de pobreza⁴⁴, o Estado deverá assisti-los em relação aos gastos com tratamentos e relacionados à deficiência, e benefícios quanto à aposentadoria são também assegurados ao grupo.

A participação da vida política e pública⁴⁵ do país também é assegurada em escala de igualdade entre as Pessoas com Deficiência e as demais. Inclui-se, no presente tratado, a possibilidade de serem votados e votarem, não impossibilitados, por conta da deficiência, de se ausentarem de tais direitos. Dessa maneira, é necessário que haja materiais, equipamentos e instalações apropriadas para o indivíduo com deficiência votar e exercer o seu papel como cidadão. Quanto à cultura⁴⁶, ela será

⁴² Ibidem, artigo 27.

⁴³ Ibidem, artigo 28.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ibidem, artigo 29.

⁴⁶ Ibidem, artigo 30.

garantida integralmente para eles. As oportunidades de participação serão garantidas e prestadas pelo Estado em termos de facilitação, assim como a facilitação ao acesso ao esporte, recreação e lazer, diante de medidas apropriadas, como com a criação de estádios, teatros e outros locais destinados a essas atividades de forma adaptada e acessível.

Aproximadamente 80% das Pessoas com Deficiência moram em países em desenvolvimento, conforme dados fornecidos pela OMS⁴⁷. De acordo análises viabilizadas pela ONU⁴⁸, as Pessoas com Deficiência têm o seu custo de vida aumentado em um terço do seu rendimento. O acesso à saúde das Pessoas com Deficiência torna-se limitado, uma vez que mais de 50% delas não podem pagar por esse serviço⁴⁹. O alto custo para o acesso à saúde, assim como o aumento no custo de vida para as Pessoas com Deficiência e a não atuação do Estado para reverter essa situação resultam em uma limitação dos direitos fundamentais dessas pessoas, e pode configurar uma forma de discriminação.

Nota-se que educação ainda é um desafio a ser enfrentado, tendo em vista os dados fornecidos pela OMS e pelo Banco Mundial⁵⁰, em 2011, os quais confirmam que, em países em desenvolvimento, por volta de 45% meninos e 32% meninas conseguem completar a escola primária, enquanto, em países desenvolvidos, esse número aumenta para cerca de 60% em ambos. A necessidade da atuação do Estado em relação à promoção dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência confirma a importância deste tratado internacional de direitos humanos, consagrado pela Convenção trabalhada aqui, a qual dispõe, de maneira clara, objetiva e precisa, a obrigação no fornecimento de medidas necessárias para salvaguardar e possibilitar o acesso aos direitos fundamentais dessas pessoas, além de repugnar a discriminação em razão da deficiência.

⁴⁷ United Nations. **The Invisibility of Disability. Why disability statistics matter**. Infographic Statistics, 2016.

⁴⁸ ONU. **A ONU e as Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>.

⁴⁹ United Nations, op. cit.

⁵⁰ Idem.

1.3. Um novo olhar para as Pessoas com Deficiência trazido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

1.3.1. A terminologia empregada e seus reflexos

Para uma boa compreensão do presente trabalho, é importante destacar o histórico da terminologia empregada quanto às Pessoas com Deficiência. Ao longo do tempo, muitas expressões foram utilizadas para conceituar e traduzir esse universo. Alguns desses termos referentes a elas, de acordo com o especialista em linguagem inclusiva Romeu Kazumi Sassaki⁵¹, são: *inválidos, incapazes, incapacitados, excepcionais, deficientes, defeituosos, indivíduos com deformidade, excepcionais, pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais, pessoas especiais, portadores de necessidades especiais*.

Essas expressões são rejeitadas pelos movimentos mundiais de Pessoas com Deficiência. Eles chegaram à conclusão de que a melhor forma de se falar é “Pessoa com Deficiência”⁵² (PcD), excluindo a palavra “portadora”, uma vez que a deficiência faz parte da pessoa, de sua condição. Dessa maneira, o sentido do verbo “portar” torna-se inadequado, pois não se aplica à condição que já faz parte da pessoa, podendo ser inata ou adquirida. Sobre isso, Sassaki exemplifica⁵³, ainda, que a sociedade não descreve que alguém é “portadora de olhos verdes ou pele morena”, uma vez que, assim como a deficiência, essas são condições que fazem parte da pessoa.

⁵¹ “A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências”. (SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão**. In: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, v. 5, nº 25, p. 5-14, 2002, pág. 10.

⁵² “Os princípios básicos para os movimentos terem chegado ao nome ‘pessoas com deficiência’: 1. Não esconder ou camuflar a deficiência; 2. Não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência; 3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência; 4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; 5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como ‘pessoas com capacidades especiais’, ‘pessoas com eficiências diferentes’, ‘pessoas com habilidades diferenciadas’, ‘pessoas deficientes’, ‘pessoas especiais’, ‘é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos’, ‘não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia’ (i. é, ‘aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências’); 6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas; 7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as ‘restrições de participação’ (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência)” (Ibidem, p.15).

⁵³ Ibidem, p. 16.

Tendo em vista isso, as expressões pejorativas referentes às Pessoas com Deficiência, como *mudinho*, *ceguinho*, *mongoloide*, *aleijado*, *retardado mental*, *mongol*, *surdinho*, *defeituoso*, *inválido*, entre outras⁵⁴, devem ser repelidas imediatamente. Essas expressões que fazem alusão às Pessoas com Deficiência provocam a construção de preconceitos e conseqüentemente afetam os seus direitos fundamentais, uma vez que geram uma desumanização dessas no imaginário popular.

O emprego dessas expressões esdrúxulas citadas acima reflete uma série de estereótipos e inverdades sobre as Pessoas com Deficiência, como o pensamento de que elas não podem ser autossuficientes, que são extremamente dependentes, dignas de pena, indefesas, incapazes de aprender ou que devem ser educadas por programas de educação especiais. Ainda há os pensamentos de que esses indivíduos não conseguem trabalhar e devem ficar em casa, precisam ser curados, não podem estar envolvidos em atividades culturais ou recreativas, ou de que a deficiência é uma punição ou uma maldição⁵⁵.

Portanto, percebe-se a importância da utilização da terminologia correta, uma vez que representa uma quebra de preconceitos gerados pela sociedade, assim como representa um reflexo do esforço dos movimentos dirigidos pelas Pessoas com Deficiência para promover os seus direitos, construindo uma sociedade inclusiva. Desse modo, no presente trabalho, como observado, a terminologia empregada é “Pessoa com Deficiência”. No Anexo I, é possível notar o quadro evolutivo da nomenclatura adotada pelos tratados e convenções internacionais⁵⁶.

1.3.2. O surgimento de um novo paradigma à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

⁵⁴ Ibidem, p. 1-9.

⁵⁵ LORD, Janet E; GUERNSEY, Katherine N.; BALFE, Joelle M.; KARR, Valerie L.; DEFRANCO, Allison S. One Billion Strong. **Human Rights. YES! Action and Advocacy on the Rights of Persons with Disabilities**, 2ª ed. University of Minnesota Human Rights Center, 2012, p. 20.

⁵⁶ RESENDE, Emerson Albuquerque. **O direito fundamental ao trabalho da Pessoa com Deficiência no Brasil: caminhos para a eficácia social**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016, p. 31.

O texto da Convenção em questão adotou a terminologia “Pessoa com Deficiência”⁵⁷, procedendo do lema: “*nothing about us without us*”⁵⁸ (tradução livre: nada sobre nós, sem nós). Esse lema, trazido pelo movimento internacional das Pessoas com Deficiência, consagra uma nova visão sobre questões do universo que as envolve, resultando na modificação do patamar de coadjuvantes⁵⁹, para o papel de protagonistas.

Advindo desse movimento, observa-se que a construção do tratado em questão teve a participação das Pessoas com Deficiência, consagrando a sua independência, uma vez que isso traduz a noção de que elas sabem o que é melhor para si, devendo essas ter um papel mais ativo quando se diz respeito aos seus direitos, desconstruindo, assim, a equívoca visão de incapacidade total ou parcial das Pessoas com Deficiência e ajudando, também, na eliminação da discriminação em razão da deficiência.

Como resultado dessa mudança de papéis, podemos perceber que houve uma mudança na construção de novas políticas públicas que envolvem as Pessoas com Deficiência, retirando o caráter meramente assistencialista que antes era imposto a elas.

A Convenção, ainda, em seu texto, constrói um conceito de Pessoas com Deficiência de acordo com o modelo social e seus princípios. Essa conceitualização foi tomada como base na reivindicação dessas pessoas para que fosse adotado o modelo social e não apenas o modelo médico⁶⁰. Segundo esse modelo médico ou biomédico, a deficiência é um problema a ser solucionado por meio de cura com

⁵⁷ FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. O novo conceito constitucional de Pessoa com Deficiência: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 1, p. 22.

⁵⁸ “O então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, no dia 3 de dezembro de 2004, assim se posicionou: ‘Por muitos anos, as pessoas com deficiência foram vistas como ‘objetos’ de políticas de bem-estar social. Hoje, como resultado de uma dramática mudança de perspectiva que ocorreu nas duas últimas décadas, as pessoas com deficiência começaram a ser vistas como pessoas que precisam desfrutar o espectro completo de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. O lema do movimento internacional de pessoas com deficiência, ‘Nada Sobre Nós, Sem Nós’, resume essa mudança’ (SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set. / out. 2007, p. 20-30).

⁵⁹ Segundo o autor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, o papel de coadjuvante da pessoa com deficiência resultava de “decisões tomadas por pais, amigos e simpatizantes, que, com muito boa intenção, findavam por frequentemente cometer equívocos normalmente lastreados no cuidado meramente assistencial”.

⁶⁰ RESENDE, Emerson Albuquerque, op. cit., p. 19.

tratamentos clínicos. Nota-se, ainda, que termos pejorativos dados as pessoas com deficiência fazem parte dessa perspectiva, como: inválido, defeituoso, incapacitado ou aleijado, promovendo a sua estigmatização e consequentemente a discriminação. Logo, o modelo em questão transmite à deficiência um sentido negativo, que resulta na sua exclusão social.

Esse modelo social de direitos humanos contempla a deficiência, dando atenção ao meio onde a pessoa está inserida, ou seja, seu ambiente, diferentemente do modelo médico, o qual concebe a deficiência apenas por critérios técnicos e funcionais⁶¹. Essa concretização do modelo social, fundamentada nos direitos humanos, foi incorporada não só em artigos específicos da Convenção, mas em todo seu corpo textual.

O papel desse modelo estabelece que o exercício dos direitos das Pessoas com Deficiência não está restrito à sua limitação funcional, e sim do meio onde estão inseridos. Logo, o exercício de direitos das Pessoas com Deficiência deve estar ligado ao fato de serem seres humanos⁶², e não de terem ou não alguma limitação funcional.

Assim sendo, um novo paradigma sobre as Pessoas com Deficiência foi construído na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à luz do modelo social. Essa mudança de perspectiva traduz-se diante da transposição do caráter de “vitimização” estabelecido por padrões biomédicos, que gerava consequentemente alguns estereótipos de Pessoas com Deficiência, dando lugar para a sua “capacitação”. Desse modo, a deficiência não deve ser confundida com incapacidade⁶³.

⁶¹ LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, p. 43.

⁶² Para a autora Laís de Figueiredo *Lopes* “O novo paradigma da deficiência baseado nos direitos humanos é o da visão ou modelo social, segundo o qual o ambiente tem influência direta na liberdade da pessoa com limitação funcional, que poderá ter sua situação agravada por conta do seu entorno, e não em razão de suas características de per si. No lugar de exigências biomédicas, sob a ótica dos direitos humanos, passa a prevalecer a abordagem biopsicossocial, a partir da visão de que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, seres humanos, e, como tais, o exercício de seus direitos depende não apenas de sua limitação funcional mas do meio onde estão inserida” (LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, seu Protocolo Facultativo e a Acessibilidade**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 43).

⁶³ “(...) A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trouxe uma importante inovação no sentido de não se confundir deficiência com incapacidade. Ela toma a deficiência como apenas um fator que gerará impedimentos maiores ou menores conforme as barreiras externas forem reduzidas ou eliminadas

A deficiência, ainda para esse modelo, é desenvolvida pela ligação, ou seja, pelo impacto gerado entre o ambiente e a limitação funcional do indivíduo. Como talvez não seja possível alterar a condição da limitação funcional da Pessoa com Deficiência, torna-se mais coerente que sejam removidos os obstáculos e barreiras existentes no ambiente. Sendo assim, quanto menos barreiras e obstáculos existirem no ambiente da Pessoa com Deficiência, a deficiência passa a ser apenas uma diversidade⁶⁴, e não mais um problema.

A mudança de paradigma estabelecida na Convenção consagra o dever do Estado de oferecer para as Pessoas com Deficiência o pleno exercício de seus direitos, retirando as barreiras que impedem sua efetivação. Assim, essas pessoas deixam de ser vistas como objeto de tratamentos médicos e de políticas assistencialistas⁶⁵ e passam a ser consideradas como sujeitos de direitos. Como resultado dessa mudança de concepção, pode ser notada a promoção e o desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades, ajudando na efetivação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência.

1.3.3. O conceito de deficiência na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

É possível notar que o novo paradigma elencado por meio do modelo social conduz para uma nova construção de conceitualizações diante do tratado em questão. Essas novas definições podem ser conferidas pelo reconhecimento das Pessoas com Deficiência como sendo titulares de direitos e dignidade humana inerentes. Reitera-se, também, a importância da participação em conjunto do Estado, das próprias Pessoas com Deficiência e da sociedade.

por medidas de acessibilidade"; GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 21-22.

⁶⁴ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3ª edição, revisada e atualizada**. Brasília, 2014, p. 28.

⁶⁵ PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2, p. 47.

Nesse sentido, observa-se, na alínea “e” do preâmbulo do texto legal da presente Convenção⁶⁶, o reconhecimento da evolução do conceito de deficiência, podendo a deficiência ser analisada como produto da interação entre as Pessoas com Deficiência e as barreiras emergidas pela sociedade, as quais acabam por impedir e limitar a efetivação da igualdade de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência.

Pode ser notado o reconhecimento do impacto gerado pela interligação entre o ambiente econômico e social e a Pessoa com Deficiência, podendo ser causa ou fator de agravamento da deficiência⁶⁷, com a omissão e a negligência do Estado Parte em promover o tratamento ou medicamento necessário à Pessoa com Deficiência ou a falta de acessibilidade em transportes e locais públicos, dificultando a sua participação em iguais oportunidades aos demais.

Logo, a deficiência não é algo que diz respeito apenas à Pessoa com Deficiência, uma vez que essa resulta de uma série de comunicações entre o ambiente e o indivíduo. A deficiência, portanto, está no impedimento gerado por barreiras sociais que dificultam o acesso aos direitos humanos⁶⁸ básicos.

Ademais, também é importante destacar, a partir dessas constatações expostas acima, os propósitos da Convenção. De acordo com a normativa instituída pelo respectivo tratado internacional, a sua finalidade⁶⁹ abrange a proteção, a promoção e a efetivação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das Pessoas com Deficiência.

⁶⁶ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, preâmbulo, alínea “e”.

⁶⁷ PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2, p. 47.

⁶⁸ “É interessante notar que de acordo com o ponto de vista de Ricardo Tadeu Marques da Fonseca a deficiência é considerada como algo inerente à diversidade humana, e assim, a deficiência está nas barreiras sociais que excluem essas pessoas do acesso aos direitos humanos básicos. Logo, a deficiência não está na pessoa e sim na sociedade, que deve, como determinam todos os demais dispositivos da Convenção da ONU, buscar políticas públicas para que os detentores daqueles atributos outrora impeditivos emancipem-se” (FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. O novo conceito constitucional de Pessoa com Deficiência: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 1, p. 27).

⁶⁹ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, Convenção, artigo 1.

Nesse seguimento, o mesmo dispositivo concebe, ainda, o conceito de “*peessoas com deficiência*” como sendo aquelas que possuem impedimentos de longo prazo, podendo ser de natureza física, sensorial ou intelectual, e que podem ter seus direitos e liberdades fundamentais limitadas ou até mesmo obstruídas ao interagirem com as já mencionadas barreiras, que impedem a igualdade de condições entre elas e as demais pessoas. Portanto, uma ponte entre o conceito de Pessoa com Deficiência disposto acima e o propósito político trazido pela presente Convenção pode ser vista, já que, mais uma vez, esse conceito é resultado da mudança da visão clínica e meramente assistencialista (modelo médico de deficiência) para uma visão social e empoderadora, que considera a deficiência como uma diversidade⁷⁰ e não como um problema. Assim, o propósito político qualifica-se pelo reconhecimento da necessidade de superação das barreiras decorrentes do ambiente em que as Pessoas com Deficiência vivem.

Logo, as medidas de natureza assistencial devem estar ligadas às medidas que promovam a capacitação e a superação dessas pessoas, para que, então, possam usufruir de seus direitos humanos básicos. Conforme os demais dispositivos traçados pela referida Convenção, é necessária a construção de políticas públicas que gerem autonomia para as Pessoas com Deficiência.

1.4. O princípio de igualdade e da não discriminação de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Como já destacado anteriormente, a Convenção tem o propósito de promover os direitos humanos e liberdades fundamentais das Pessoas com Deficiência, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana. Logo, ela acaba contemplando de uma vez, as Pessoas com Deficiência como sujeitos titulares de direitos, uma vez que a sua limitação funcional não obsta sua titularidade de direitos humanos básicos. Enfatiza-se, aqui, a importância desse tratado internacional para a proteção da *igualdade* e da

⁷⁰ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, preâmbulo, alínea “i”.

não discriminação dos indivíduos com deficiência, o qual retoma⁷¹ alguns tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979). Logo, a referida Convenção pode ser considerada um importante passo para assegurar a igualdade material das Pessoas com Deficiência, objetivando a extinção de discriminações que as excluem e as inferiorizam, nos moldes das outras convenções citadas.

Nesse sentido, a Convenção ressaltada pode ser apresentada como um instrumento protetivo, específico e especial, que busca eliminar as maneiras desproporcionais de discriminação que atingem as Pessoas com Deficiência⁷², tomando como base o sistema internacional de direitos humanos. Desse modo, ela protege e efetiva os direitos humanos básicos das Pessoas com Deficiência (as quais podem ser enquadradas como um grupo vulnerável), ressaltando a diversidade presente em cada indivíduo com deficiência e valorizando-a, não a inferiorizando ou vitimando-a.

Ainda em seu preâmbulo⁷³, a Convenção assume que a discriminação em razão da deficiência consubstancia-se na violação da dignidade inerente à Pessoa com Deficiência, bem como reconhece que elas estão mais propensas a enfrentarem múltiplas formas de discriminação (em razão de raça, cor, religião, sexo, etc.)⁷⁴, sedimentando, assim, em seu texto normativo, a importância da igualdade e da não discriminação.

Os princípios da não discriminação e da igualdade estão destacados no corpo normativo da Convenção. No mesmo dispositivo⁷⁵, observa-se a presença de outros

⁷¹ BRASIL, Ibidem, alínea “d”.

⁷² PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2, p. 43.

⁷³ BRASIL, Ibidem, alínea “h”.

⁷⁴ BRASIL, Ibidem, alínea “p”.

⁷⁵ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, artigo 3.

seis princípios gerais que consagram valores básicos para a efetivação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência, como: o respeito pela dignidade humana e liberdade/autonomia individual; a acessibilidade, o direito à diferença; a igualdade entre homens e mulheres; a necessidade do desenvolvimento e formação da identidade das crianças com deficiência, bem como a participação/inclusão social das Pessoas com Deficiência. Nota-se que houve um passo político⁷⁶ para a construção de políticas públicas que promovem e enquadram esses princípios.

Esses princípios citados são interligados, formando um conjunto harmônico que resulta em ações e comportamentos do Estado. Há uma ligação interna entre eles, os quais, se fossem consagrados isoladamente, não garantiriam o objetivo traçado pelo presente documento. Portanto, observa-se a essa interligação de acordo com o autor Luiz Alberto David Araújo⁷⁷, o qual argumenta que a inclusão está ligada à acessibilidade assim como o direito à diferença necessita da não discriminação e vice-versa.

Retomando a ideia de que o modelo social de deficiência com base nos direitos humanos, estabelecido na Convenção, reconhece que a inacessibilidade dos direitos fundamentais da Pessoa com Deficiência é resultante das barreiras e dos obstáculos erguidos pela própria sociedade⁷⁸, pontua-se que esses obstáculos podem ser linguísticos, econômicos, culturais, físicos, atitudinais, entre outros que provoquem a exclusão social, cultural e econômica da Pessoa com Deficiência. Nesses termos, pode ser visualizada a importância da eliminação das barreiras/obstáculos já existentes na sociedade e, do mesmo modo, a relevância da não instituição de novas que possam impedir a efetivação e promoção dos direitos fundamentais dessas pessoas.

⁷⁶ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3ª edição, revisada e atualizada.** Brasília, 2014, p. 36.

⁷⁷ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3ª edição, revisada e atualizada.** Brasília, 2014, p. 44.

⁷⁸ Sobre o modelo social tratado na Convenção, a autores Carolina Valença Ferraz e Glauber Salomão Leite: “Somente com a consolidação desse modelo, finalmente a pessoa com deficiência passou a ser visualizada enquanto sujeito de direitos. Afastadas as barreiras sociais existentes no meio, o indivíduo se torna capaz de levar uma vida independente, garantindo o exercício de direitos em situação paritária às demais pessoas”. (FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 67).

Para alcançar tal feito, o texto legal da referida Convenção, por meio de uma série de normas que se baseiam no paradigma da igualdade de condições e de oportunidades das Pessoas com Deficiência e as demais⁷⁹, introduz normas repressivas e promocionais. As primeiras proíbem a discriminação, e as promocionais buscam a promoção da igualdade material⁸⁰.

Levando em consideração o paradigma elencado por meio do modelo social tratado, o texto da Convenção reconhece que existem desigualdades concretas entre as Pessoas com Deficiência e as demais. Essas assimetrias são geradas por fatores estruturais, logo, devem ser adotadas medidas positivas pelos Estados Partes que promovam a igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Logo, será autorizada a diferenciação entre pessoas com e sem deficiência, diante de mecanismos que possam igualá-las. Portanto, as medidas positivas podem ser determinadas mediante a perspectiva de discriminação positiva. Pode ser remetido, assim, o ideal aristotélico⁸¹ estabelecido na Convenção, o qual enfatiza a necessidade do tratamento igual entre iguais e o tratamento desigual para os desiguais.

A discriminação positiva, habilitada na Convenção, é conferida a partir do dever e da necessidade da adoção de medidas compensatórias, pelo Estado, voltadas às Pessoas com Deficiência como a implementação de políticas públicas que promovam mais acessibilidade, evitando exclusão social desses indivíduos com deficiência⁸², bem como guardando e objetivando promover a sua inclusão social e econômica.

⁷⁹ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 67.

⁸⁰ PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2, p. 49.

⁸¹ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Os pensadores, v. 2 Trad. Leonel Vallandro e Geord Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 84.

⁸² “Na verdade, a percepção de que a histórica exclusão social, política e econômica sofrida pelas pessoas com deficiência não decorre de fatores naturais, mas sim da atribuição de um caráter negativo à diferença e às limitações funcionais, impõe uma postura ativa caso haja interesse de modificar esse quadro. Daí a necessidade de adoção das medidas em comento. O impacto dessa verdadeira exclusão de cidadania reside em não se ter acesso a direitos considerados fundamentais, indispensáveis à realização de uma vida digna, como saúde, educação, liberdade, emprego e renda etc.” (FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 71).

Sobre isso, a autora Maria Augusta Gonzaga defende que a ideia de inclusão⁸³ enaltece a adoção dessas ações afirmativas para evitar a exclusão das Pessoas com Deficiência, uma vez que existem situações que necessitam de um tratamento diferenciado⁸⁴, ajudando na construção de uma sociedade inclusiva e igualitária.

Salienta-se, nos termos da Convenção, o artigo 5⁸⁵, que legitima a aplicação de ações afirmativas, necessárias para a promoção da igualdade material (as quais não serão consideradas discriminação), bem como também veda a discriminação da Pessoa com Deficiência e as confere o direito à igualdade formal⁸⁶. Nesse seguimento, o texto normativo em comento afirma o reconhecimento pelos Estados Partes da igualdade entre indivíduos perante a lei sem qualquer distinção e a proibição de qualquer forma de discriminação em razão da deficiência. Para finalizar: o mesmo dispositivo enfatiza a obrigatoriedade da adoção de medidas necessárias para assegurar a disponibilização de adaptações razoáveis pelos Estados Partes a fim de eliminar a discriminação e promover a igualdade de fato das Pessoas com Deficiência.

Outrossim, é importante destacar cinco definições estabelecidas no artigo 2º da Convenção⁸⁷, para sedimentar o propósito da igualdade e o da não discriminação, sendo elas: a comunicação, a linguagem, a discriminação com base na deficiência, a adaptação razoável e o desenho universal. De acordo com o dispositivo elencado, a comunicação e a linguagem se confundem na presente Convenção da ONU⁸⁸, uma

⁸³ GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 36.

⁸⁴ Para Gonzaga, A inclusão preconiza que cabe à sociedade e aos ambientes em geral promover as adequações necessárias para possibilitar o pleno exercício das pessoas com deficiência. Essas adequações são dispensáveis para quem não tem limitações, dessa forma, são uma espécie de tratamento diferenciado. Esse tratamento é justamente o que vai promover a igualdade. (Ibidem, p. 34).

⁸⁵ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, artigo 5.

⁸⁶ SOUSA, Filipe Venade de. **A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português**. Contributo para a compreensão do estatuto jusfundamental – Teses. Coimbra: Almedina S.A., 2018, p. 209-214.

⁸⁷ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, artigo 5.

⁸⁸ De acordo com Debora Diniz e Livia Barbosa: “Comunicação é o conceito-chave para permitir que as pessoas aprendam com o já-dito ou já escrito- não é sempre pela escuta padrão ou pela leitura ocular. As línguas são várias não apenas pelo seu léxico e estrutura, mas pelas modalidades que as pessoas escolhem para se expressar- oral ou espaçovisual” (BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3ª edição, revisada e atualizada. Brasília, 2014, p. 37.

vez que são instrumentos de transmissão de conhecimento, aprendizados e conexões entre pessoas. Entretanto, nota-se a importância e a essencialidade da acessibilidade à comunicação e à linguagem.

É essencial observar que há, no mesmo dispositivo, explicitamente, a proibição quanto à *diferenciação* ou à *discriminação* por motivos de deficiência. Desse modo, a definição de discriminação em razão da deficiência pode ser apontada como uma discriminação negativa, uma vez que ela impede o exercício pleno de direitos e garantias fundamentais, por meio de distinções e exclusões. Assim, esse tipo de discriminação deve ser “justificado” em oposição a alguma diversidade existente na sociedade. Deste modo, proíbe-se o tratamento discriminatório contra uma pessoa ou um grupo, devido a motivos específicos, como gênero, religião, cor, raça, idioma, entre outros, que tenham, ainda, como objetivo, a diminuição, a restrição ou a eliminação de direitos do sujeito de exclusão⁸⁹.

Além disso, pode ser pontuado que a recusa⁹⁰ em promover adaptações razoáveis também pode ser considerada uma forma de discriminação. É possível extrair, do texto normativo em questão, o conceito de *adaptação razoável*, como formas de alterações/ajustes/reformas que sejam indispensáveis para assegurar às Pessoas com Deficiência o gozo e o exercício todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de condições entre elas e as demais. Também se observa que essas modificações não poderão acarretar ônus para o seu provedor, podendo ele ser o próprio Estado Parte ou um empregador, por exemplo.

O desenho universal citado é conceituado a partir da ideia de inclusão, ou seja, ele designa o desenho de bens e serviços, ambientes, produtos e programas que sejam acessíveis para todos, para que não seja necessária a adoção da adaptação razoável ou de algum desenho especializado. O desenho universal deverá promover a máxima inclusão social, sem que haja a necessidade de separações entre pessoas com e sem

⁸⁹ JIMÉNEZ, Esther Trujillo; BUENO, Luis Cayo Pérez (Telefónica y CERMI). **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos** - una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007, p. 68.

⁹⁰ GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 44.

deficiências. Ele tem o objetivo de evitar a implementação de ambientes ou produtos⁹¹ exclusivamente voltados às Pessoas com Deficiência, para que elas possam alcançar qualquer espaço/objeto em igualdade de condições com os demais, com segurança e autonomia. Isto é, o seu conceito busca a emancipação das Pessoas com Deficiência.

Tendo em vista a adoção, pela Convenção, do novo paradigma de deficiência trazido pelo modelo social, em que a deficiência deve ser vista pelas barreiras existentes no ambiente em conjunto com a limitação funcional do indivíduo, salienta-se a importância das adaptações razoáveis e do desenho universal. Esses, em conjunto com as definições de língua e comunicação, são ferramentas e mecanismos de garantias antidiscriminatórias⁹² que resultam na igualdade material entre as Pessoas com Deficiência e os demais indivíduos, buscando, assim, o encerramento das barreiras já existentes e evitando a construção de novas. Observa-se que o referido tratado internacional acaba permitindo a discriminação/tratamento desigual das Pessoas com Deficiência a partir da adoção e efetivação de ações afirmativas, as quais consagram a sua inclusão. A inclusão não ocorre apenas pela proibição da exclusão ou das limitações de direitos humanos e liberdades fundamentais, uma vez que é essencial a adoção de medidas assistivas e capacitatórias voltadas às Pessoas com Deficiência. Além da legitimação dessas diferenciações positivas, a Convenção aponta uma vedação expressa de discriminação negativa em relação às Pessoas com Deficiência.

Portanto, em conformidade com as informações acima, pode ser afirmada a importância do referido tratado internacional para a proteção e para a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência, por meio de garantias antidiscriminatórias, bem como a adoção de medidas e políticas públicas que sejam necessárias para a efetivação de direitos e garantias fundamentais.

⁹¹ CARLETTTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana (Mara Gabrilli). **Desenho Universal – um conceito para todos**. 2016, p. 10.

⁹² SOUSA, Filipe Venade de. **A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português**. Contributo para a compreensão do estatuto jusfundamental – Teses. Coimbra: Almedina S.A., 2018, p. 190.

1.5. O Monitoramento Internacional da implementação da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu alcance

Para assegurar e monitorar os direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com as propostas trazidas pela Convenção, instaurou-se perante o presente documento, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse órgão de monitoramento em âmbito internacional reúne-se em Genebra duas vezes a cada ano⁹³, devendo monitorar a implementação da Convenção, principalmente, mas não unicamente, analisando os relatórios apresentados pelos Estados Partes. O Comitê verificará se os resultados obtidos seguem os propósitos dos documentos internacionais.

O Comitê era formado inicialmente por doze membros, e, atualmente, o número passou para dezoito, já que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência já superou as sessenta ratificações necessárias para aumentar o número de membros do Comitê⁹⁴. Isto é, caso a Convenção contasse com menos de sessenta

⁹³ BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012, art. 34.

⁹⁴ “Exige-se para candidatar-se a membro do Comitê que o candidato seja pessoa de elevada postura moral, competência e experiência reconhecidas na área dos direitos dos portadores de deficiência. Os Estados ao indicar candidatos ao Comitê devem prestigiar, também, a indicação de pessoas com deficiência. Os mandatos são quadriennais, sendo o Comitê renovado na proporção de 50% a cada dois anos porque na primeira investidura, iniciada em 2008, seis dos doze membros eleitos foram sorteados para exercer mandato por apenas um biênio. Admite-se uma reeleição. A atuação do membro do Comitê é a título pessoal e não por representação governamental. A eleição dos integrantes do Comitê é feita pelos Estados Partes, observando-se, quanto a representatividade, critérios equânimes de distribuição geográfica, de diferentes formas de civilização, dos principais sistemas jurídicos, de gênero e de peritos com deficiência. Os candidatos devem ser indicados pelos Estados Partes, até dois meses antes da eleição, e, encerrado o prazo de indicação, elabora-se uma relação dos candidatos, organizada em ordem alfabética, acompanhada dos currículos vitae e da informação da nacionalidade. O sufrágio é secreto e realizado, com quórum mínimo de 2/3, em sessão da Conferência dos Estados Partes. Os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos Estados Partes presentes à sessão estarão eleitos. Na hipótese de extinção anômala do mandato, não haverá nova eleição para preenchimento da vaga. Caberá ao Estado Parte da nacionalidade do membro que por qualquer razão deixar de exercer o mandato até o seu termo, indicar outro perito, observadas as condições de elegibilidade. O perito indicado em substituição exercerá a função pelo prazo remanescente para integralizar o quadriênio do mandato originário. Os membros do Comitê, na condição de peritos, têm o dever de pautar sua atuação em análise objetiva das questões relacionadas à matéria. Ainda, segundo as diretrizes mencionadas, não são bastantes a independência e a imparcialidade, que comprometem o perito tão somente com a sua consciência, mas, exige-se, ainda, razoabilidade na atuação” (BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 3ª edição, revisada e atualizada. Brasília, 2014, p. 220/221).

ratificações, seriam apenas doze membros deste órgão de monitoramento em âmbito internacional.

Os relatórios enviados ao Comitê, pelos Estados Partes⁹⁵, com o propósito de relatar as medidas adotadas para proteger e promover os direitos das Pessoas com Deficiência, são periódicos e apresentados a cada quatro anos, ou quando solicitado pelo Comitê, e devem sinalizar, além das medidas de implementação dos dispostos na Convenção, quais foram as barreiras e dificuldades para o cumprimento desses dispostos.

Dessa forma, nesses termos, será tarefa do Comitê analisar esses relatórios, fazer observações, recomendações e orientações e demandar outras informações que julgar essenciais sobre a efetivação dos termos tratados na Convenção. Os relatórios⁹⁶ serão públicos entre os Estados Partes e seu respectivo público, assim como o livre acesso dos relatórios pela ONU.

Ainda com o intuito de monitorar e implementar em âmbito internacional os direitos das Pessoas com Deficiência, a mencionada incluiu o Protocolo Facultativo. Nesse instrumento de direito público internacional complementar⁹⁷, é estabelecida a possibilidade da comunicação dos cidadãos com o Comitê, individual, em grupo, ou representadas, devendo estar sujeitos à jurisdição de um Estado Parte que tenha ratificado o presente Protocolo⁹⁸. A comunicação direta mencionada, poderá ser feita por meio de denúncias de violações de direitos determinados pela presente Convenção pelo Estado Parte, diretamente ao Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência⁹⁹, como citado.

⁹⁵ BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009.** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, artigo 35.

⁹⁶ Ibidem, artigo 36.

⁹⁷ BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3ª edição, revisada e atualizada.** Brasília, 2014, p. 246.

⁹⁸ LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, seu Protocolo Facultativo e a Acessibilidade.** Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

⁹⁹ O site oficial do comitê pode ser localizado pelo link: <https://www.ohchr.org/en/hrbodies/crpd/pages/crpdindex.aspx>.

Para a comunicação com o Comitê ser admitida, ela deverá seguir os termos tratados pelo Protocolo Facultativo¹⁰⁰, não pode ser anônima e deve ser fundamentada, provada e compatível com os termos tratados na Convenção. A referida comunicação não poderá ter sido ou estar sendo examinada pelo Comitê, ou outro instrumento de monitoramento, investigação ou resolução internacional, assim como há a inadmissibilidade no caso de o fato que gerou essa comunicação ter ocorrido antes da ratificação do presente Protocolo (a não ser que o fato tenha se estendido). A comunicação será aceita pelo Comitê quando todos os mecanismos internos de recursos forem esgotados ou houver algum obstáculo impedindo a solução do caso.

Após os requisitos de admissibilidade, é importante também notar o comportamento do Comitê junto a essas comunicações. O Comitê instaurará as investigações quanto às comunicações de forma confidencial, e será facultado ao Estado Parte colaborar com a verificação de informações e relatar suas declarações e explicações sobre o fato ocorrido. Além disso, um pedido de adoção de medidas provisórias e cautelares pode ser enviado ao Estado Parte pelo Comitê, antes de a matéria da comunicação recebida ser analisada, a fim de evitar danos irreversíveis às vítimas de uma denúncia.

O Comitê apresentará um relatório contendo os resultados da investigação¹⁰¹, bem como sugestões e recomendações, se for necessário. Ao Estado Parte será dado o direito à defesa, diante de um prazo de seis meses, para que apresente suas explicações por escrito. Poderá ser demandado, pelo Comitê ao Estado Parte, que a matéria da queixa seja inclusa em seu relatório periódico, relatando as medidas tomadas elevando em consideração a investigação realizada pelo Comitê.

1.5.1. A posição da ONU em relação à discriminação em razão da deficiência (Comitê das Nações Unidas)

¹⁰⁰ BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009.** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 4ª Edição, revisada e atualizada, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, Protocolo Facultativo, artigo 2.

¹⁰¹ LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo, op. cit.

O Comitê tem uma importante tarefa para garantir a efetividade e a materialização dos dispostos convencionados na Convenção. Ademais, com a assinatura do Protocolo Facultativo, nota-se a legitimação da comunicação entre o indivíduo, um grupo ou seu representante e o Comitê, desde que cumpridos os requisitos de admissibilidade necessários para a aceitação da comunicação.

É possível verificar, diante das jurisprudências disponibilizadas pelo Comitê¹⁰², que a discriminação com base na deficiência é um grande fator que dá origem às comunicações. Pode ser observado que o Comitê é um importante instrumento para abolir a discriminação em razão da deficiência, não a admitindo, visto que representa uma limitação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência.

Assim, a Comunicação nº 004/2011¹⁰³ é um exemplo da posição do Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao coibir a discriminação que tem por base essa condição dos indivíduos. Essa Comunicação teve a Hungria como Estado Parte, e as vítimas: Zsolt Bujdosó, Jánosné Ildikó Márkus, Viktória Márton, Sándor Mészáros, Gergely Polk e János Szabó, devidamente representadas por János Fiala, do *Disability Rights Center* das. As vítimas tiveram seus direitos civis e políticos colocados em risco. A matéria da Comunicação trata de uma violação dos direitos políticos, como o direito ao voto das vítimas, assim como a incapacidade do Estado Parte em abolir a discriminação com base na deficiência, gerando uma discriminação. De acordo com o documento apresentado, a matéria é fundamentada na violação dos artigos 12 e 29 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Após todo o trâmite necessário da presente comunicação, o Comitê acatou a alegação dos autores e fez algumas recomendações ao Estado Parte em questão para que fossem cessados os problemas relacionados ao exercício dos direitos fundamentais das vítimas, bem como algumas recomendações acerca das obrigações do Estado Parte em remediar os danos causados¹⁰⁴.

¹⁰² As jurisprudências sobre a discriminação em razão da deficiência do Comitê estão disponíveis em: <http://juris.ohchr.org/search/results>.

¹⁰³ United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities - Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Communication nº 4/2011**.

¹⁰⁴ Podem ser lidas as seguintes recomendações do Comitê (tradução livre): “10. O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, agindo de acordo com o artigo 5 do Protocolo Facultativo da Convenção, é da

Diante do exposto, nota-se a importância do Comitê quanto à proteção da discriminação das Pessoas com Deficiência. Logo, podemos concluir que o Comitê tem um papel importante para ajudar a assegurar o exercício dos direitos e das garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência, ao aplicar a normatização trazida pela Convenção.

A Convenção é, atualmente, o documento internacional mais importante sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, uma vez que, em seu texto, é abordada a deficiência como uma diversidade e não como um sinônimo de inferioridade ou anulabilidade, contemplando medidas essenciais para a inclusão das Pessoas com Deficiência nos mesmos ambientes que os demais indivíduos, assim como para a garantia ao acesso dos mesmos direitos, proibindo a discriminação em razão da deficiência.

2. A vinculação entre o Brasil e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

2.1. O processo de recepção do tratado e seus aspectos internos pelo Brasil

Após a compreensão da importância da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para a proteção e a promoção dos direitos fundamentais das Pessoas

opinião de que o Estado Parte não cumpriu suas obrigações nos termos do artigo 29, lido isoladamente e em conjunto com o artigo 12, da Convenção. O Comitê, portanto, faz as seguintes recomendações ao Estado-parte: (a) Com relação aos autores: o Estado-parte tem a obrigação de remediar a exclusão dos nomes dos autores dos registros eleitorais, inclusive propiciando-lhes uma compensação adequada pelos danos morais incorridos em decorrência da privação de seu direito de voto, nas eleições de 2010, bem como pelos custos legais incorridos na apresentação desta comunicação; (b) Em geral: o Estado parte tem a obrigação de tomar medidas para prevenir violações similares no futuro, incluindo: (i) Considerando a revogação do artigo XXIII, parágrafo 6, da Lei Fundamental, e do artigo 26, parágrafo 2, das Disposições Transitórias da Lei Fundamental, uma vez que são contrários aos artigos 12 e 29 da Convenção; (ii) Decretar leis que reconheçam, sem qualquer “avaliação de capacidade”, o direito de votar em todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com mais necessidade de apoio, e que forneçam assistência adequada e acomodação razoável para que as pessoas com deficiência sejam capazes de exercer seus direitos políticos; (iii) Apoiar e garantir, na prática, o direito de votar em pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com os demais, conforme exigido pelo artigo 29 da Convenção, assegurando que os procedimentos, instalações e materiais de votação sejam apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e usar, e quando necessário, a seu pedido, permitindo assistência no voto por uma pessoa de sua escolha. 11. De acordo com o artigo 5 do Protocolo Facultativo e com a regra 75 do Regulamento do Comitê, o Estado-Parte deverá submeter ao Comitê, dentro de seis meses, uma resposta por escrito incluindo qualquer informação sobre as medidas tomadas à luz das visões e recomendações do Comitê. Solicita-se também ao Estado Parte que publique os pontos de vista do Comitê, para que sejam traduzidos para a língua oficial do Estado-parte e os divulgue amplamente, em formatos acessíveis, a fim de atingir todos os setores da população” (United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities - Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Communication nº 4/2011**, p. 15).

com Deficiência, torna-se indispensável apresentar como o Brasil recepcionou a presente Convenção em seu ordenamento jurídico. A incorporação da Convenção se destaca na História da atual Constituição do Brasil, de 1988, uma vez que pode ser conferida como o primeiro tratado internacional de direitos humanos do século XXI que foi introduzido no plano normativo brasileiro.

A riqueza do conteúdo disposto na Convenção exige uma correta recepção do Brasil em seu âmbito interno. Levando em consideração as condições especiais que condicionaram essa incorporação, assim como a sua hierarquia normativa, torna-se fundamental destacar a sua relevância no sistema jurídico brasileiro.

Conforme mencionado, em 30 de março de 2007, na sede da ONU em Nova York, o Brasil assinou a elencada Convenção e seu Protocolo Facultativo. Após a assinatura, o próximo passo foi a ratificação, um processo que consiste na participação dos Poderes Legislativo e Executivo, que confirmam, de acordo com as normas internas, os dispostos pelo tratado. Logo, esse processo, que sedimenta a obrigação de um Estado perante a comunidade internacional, exige um *referendum* nacional. O processo de ratificação de tratados internacionais no Brasil advém da participação do Congresso Nacional¹⁰⁵, confirmado pelo *referendum* do Poder Legislativo, reafirmando o compromisso firmado pelo Poder Executivo¹⁰⁶.

O processo de internalização da Convenção pelo Estado brasileiro teve forte influência da sociedade civil, a qual organizou¹⁰⁷ a *Campanha Assino Inclusão*¹⁰⁸. Logo, houve uma grande pressão para que o Legislativo e o Executivo confirmassem o tratado de forma integral, diante dos termos sistematizados pela Emenda Constitucional nº 45/2004¹⁰⁹. Até a presente data, a Convenção é o único tratado internacional de direitos humanos que seguiu o rito contemplado pela emenda citada.

¹⁰⁵ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, Art. 49, I.

¹⁰⁶ A Constituição Federal, em seu Art. 84, inciso VIII, dispõe que é de competência do Presidente da República assinar os tratados internacionais, podendo delegar essa função a outra autoridade. No caso da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, a assinatura foi delegada à Rogério Sottilli, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

¹⁰⁷ LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo, op. cit., p. 80.

¹⁰⁸ LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, p. 40.

¹⁰⁹ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45**, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

Assim sendo, a Convenção seguiu os moldes da Emenda Constitucional nº 45/2004 e foi ratificada pelo quórum de três quintos em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ou seja, nas duas Casas do Congresso Nacional. Em conjunto, também foram cumpridos outros requisitos para a ratificação do tratado, quais sejam, o depósito legal junto a ONU, a confirmação pelo Poder Legislativo e a publicação pelo Poder Executivo.

Nesses termos, a Convenção da ONU foi ratificada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008¹¹⁰, em conformidade com o procedimento de Emenda Constitucional, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009¹¹¹, data de início da sua vigência no plano nacional. Nesses moldes, confirmou-se a adesão do Estado brasileiro e a incorporação da Convenção e o seu Protocolo Facultativo no ordenamento jurídico interno.

Torna-se relevante, diante do contexto apresentado, um breve esclarecimento acerca do artigo 5º, § 3º¹¹², previsto na Constituição Federal. Esse dispositivo foi instituído pela referida Emenda Constitucional nº 45/2004 e prevê a concessão do valor de Emenda Constitucional aos tratados internacionais que versarem sobre direitos humanos e que forem aprovados no Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros, em conformidade com o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988¹¹³. Essa alteração constitucional serviu para acabar com as divergências jurisprudenciais e doutrinárias acerca da hierarquia dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos na legislação pátria.

¹¹⁰ BRASIL, **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

¹¹¹ BRASIL, **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

¹¹² Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004). BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, Art. 5º, § 3º.

¹¹³ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 553.

Percebe-se que há diferença¹¹⁴ entre um tratado internacional que não passa pelo rito especial trazido pelo § 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e um tratado que passa e se torna equivalente a uma Emenda Constitucional. O tratado que não segue o rito especial mencionado integra o bloco de constitucionalidade material da Lei Fundamental, e não o formal. Logo, é mais abrangente condicionar um tratado internacional de direitos humanos equivalente a uma Emenda Constitucional, uma vez que este pode ser qualificado, além de materialmente constitucional, como sendo uma norma formalmente constitucional¹¹⁵.

Assim, observa-se a força constitucional da Convenção, conduzindo-nos a afirmar que seus efeitos são mais amplos¹¹⁶ que os atribuídos aos tratados internacionais de direitos humanos que passam pelo processo legislativo ordinário. Em virtude da rigidez da Constituição Federal de 1988¹¹⁷, condicionou-se, como parâmetro para solucionar problemas práticos, o princípio da rigidez¹¹⁸, servindo como base para o entendimento do Superior Tribunal Federal negar a equiparação hierárquica com a Constituição Federal dos tratados internacionais de direitos humanos que passarem pela aprovação ordinária no Congresso Nacional.

É importante notar, ainda, que a ratificação da Convenção foi feita sem reservas aos seus dispositivos, e o Estado Brasileiro assumiu a obrigação internacional de cumprir os termos tratados no presente documento internacional de direitos humanos, promovendo a efetividade dos direitos das Pessoas com Deficiência. Conforme a

¹¹⁴ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. *Ibidem*, p. 554.

¹¹⁵ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 70.

¹¹⁶ Ingo Wolfgang Sarlet sedimenta a visão do STF em relação à incorporação dos Tratados Internacionais de Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, diante de duas possibilidades: “a) hierarquia (equivalente) de emenda constitucional, no caso dos tratados de direitos humanos incorporados mediante observância do rito estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da CF; b) hierarquia supralegal, aplicável aos tratados de direitos humanos ratificados pelo sistema convencional, por meio de Decreto Legislativo aprovado com maioria simples” SARLET, Ingo Wolfgang. **Integração dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico**. 2015.

¹¹⁷ De acordo com o entendimento de Gilmar Mendes: “A rigidez distingue o poder constituinte dos poderes constituídos e positiva uma hierarquia entre as normas jurídicas, em que a Constituição aparece como o conjunto de normas matrizes do ordenamento jurídico, em posição de prevalência sobre todos os atos normativos que não de nela encontrar fundamento último. A rigidez, expressando a supremacia da Constituição, demanda, também, a instituição de um sistema de controle de validade dos atos praticados pelos poderes constituídos, em face das normas do Texto constitucional”. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 72.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 73.

trajetória da internalização da Convenção e o efeito gerado pelo rito especial em questão, o referido tratado internacional resulta em novidade na hierarquia normativa dentro do ordenamento jurídico, ao ser qualificado com o *status* de Emenda Constitucional, já explicado.

Conclui-se, portanto, que, em virtude dessa força constitucional, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui supremacia perante o ordenamento infraconstitucional, condicionando, desse modo, todas as legislações e normas relativas às Pessoas com Deficiência.

Pode-se concluir, também, que a internalização da Convenção deu a abertura necessária para a transformação da promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil. Devido ao *status* da Convenção, é imposto um padrão de comportamento aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que, durante o exercício de suas atividades¹¹⁹, deverão velar pela implementação dos termos da Convenção e de todos os direitos que estão em seu texto legal.

2.2. As Pessoas com Deficiência e seu espaço na legislação infraconstitucional brasileira anterior à Lei Brasileira de Inclusão

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, tem como base a Convenção estudada até aqui. A referida Lei pode ser

¹¹⁹ “Por força do texto convencional, surge para o *Poder Legislativo*, o dever de adequação de toda normativa interna brasileira aos compromissos e padrões estabelecidos na Convenção, notadamente aquela de viés infraconstitucional, o que inclui a criação de novas leis, a modificação daquelas já existentes, bem como a revogação de “leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência” (art. 4º “b”). Para o *Poder executivo* nasce o dever de adotar toda e qualquer medida administrativa que se fizer necessária para a realização dos direitos reconhecidos na Convenção, devendo levar em conta, em todos os programas e políticas que forem estabelecidos no país, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência (art 4, (1) “a” e “c”). Nesse contexto importa ressaltar que a “atividade discricionária da Administração não pode deixar de respeitar os limites que lhe acenam os direitos fundamentais” previstos na Constituição, bem como os direitos humanos estabelecidos nos tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro é parte, como é o caso da CISDPD. Por sua vez, para o *Poder Judiciário*, surge o dever de bem conhecer e aplicar o texto convencional por ocasião do julgamento das demandas que lhe são submetidas pelos jurisdicionados titulares dos direitos e das garantias previstos na Convenção (art.4, (1) “a” e “d”). No exercício dessa atividade, vale destacar o dever de os órgãos jurisdicionais brasileiros realizarem o controle difuso e abstrato de *constitucionalidade* e/ou de *convencionalidade*, controlando assim os atos dos demais poderes quando à aplicação da Convenção”. PEREIRA, Luciano Meneguetti; GALDEANO, Isabele Zamai “A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro: um novo paradigma na proteção da pessoa com deficiência no Brasil”. In: MENEZES, Wagner (org.). Direito Internacional em Expansão. Volume VI. Anais do 14º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Arraes, Belo Horizonte, 2014, p. 174.

considerada uma implementação ou materialização da presente Convenção na legislação infraconstitucional brasileira, conferindo às Pessoas com Deficiência a promoção e a efetividade de seus direitos fundamentais.

Antes de estudar mais a fundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é necessário analisar a evolução legislativa no Brasil quanto à promoção dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência. Observa-se que ela alterou alguns dos dispositivos das seguintes legislações infraconstitucionais mencionadas a seguir. Ainda assim, é relevante, para a construção do presente trabalho a análise desse histórico de legislações anteriores a essa Lei, para conferir o progresso das legislações no cumprimento dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência.

Durante o século XX, as políticas assistencialistas predominavam o teor das legislações destinadas às Pessoas com Deficiência¹²⁰. Elas se afastavam do ideal de inclusão e se aproximavam do ideal de integração. É importante diferenciar *integração* de *inclusão*, dois termos que, apesar de similares no dicionário, são distintos quanto aos reflexos dos ideais de movimentos internacionais¹²¹.

Ambos os termos são inovadores quanto à temática relativa às Pessoas com Deficiência. Eles exprimem a ideia da inserção social, diferenciando-se nas maneiras que são expostas para alcançar este ideal. Essas palavras representam uma evolução quanto aos seus significados no âmbito dos movimentos internacionais e, conseqüentemente, na legislação brasileira, que vai ser explicado futuramente. Porém, independente do termo utilizado ou empregado nas legislações, o que realmente importa é a forma como os direitos são incorporados. O sentido de *integração*¹²² configura-se na admissão da existência de desigualdades sociais, e, buscando a sua redução, condicionam às Pessoas com Deficiência a sua inserção na sociedade diante de uma adaptação própria¹²³. Logo, a participação da Pessoa com Deficiência na

¹²⁰ MAIOR, Izabel. **Breve Trajetória Histórica do Movimento das Pessoas com Deficiência**, p. 1.

¹²¹ GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 35.

¹²² Ibidem, p. 36.

¹²³ A Integração das pessoas com deficiência ocorre de três formas: 1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas PNE que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, de escola comum, da empresa comum, do clube comum. 2. Pela inserção daqueles PNE que necessitavam

sociedade só ocorreria quando o indivíduo fosse capaz de se adaptar por seus próprios méritos. Confirma-se, assim, o surgimento de políticas de cunho assistencialistas, que consagram um falso ideal de igualdade, uma vez que incorporam a necessidade de adequação, e não o respeito pela diversidade.

Após o surgimento do sentido de *integração* diante dos movimentos internacionais, manifesta-se o ideal de *inclusão*, que, atualmente, é o significado adotado para efetivar a implementação dos direitos das Pessoas com Deficiência. A inclusão pode ser notada pelo respeito à diferença, em que se deixa de excluir o grupo em questão, por meio de medidas realizadas tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade. Assim, “o deixar de excluir” é um trabalho em coletividade, em que se adota medidas positivas de cunho capacitatório e emancipatório para inserir, de fato, as Pessoas com Deficiência na sociedade, garantindo o direito à não discriminação e à igualdade. Os sentidos de inclusão e integração ainda serão abordados no presente trabalho, visto sua importância para a construção dos direitos das Pessoas com deficiência.

De acordo com a autora Eugênia Augusta Gonzaga¹²⁴, o movimento de integração teve força entre 1970 e 1980. A primeira legislação destinada aos direitos das Pessoas com Deficiência, após a Constituição Federal de 1988 ter entrado em vigor, foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (Apoio às pessoas portadoras de deficiência)¹²⁵, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99¹²⁶. A Lei consagra dispostos voltados às Pessoas com Deficiência, como a sua integração social, bem como à acessibilidade a edifícios/ em meios de transportes e, resumidamente, acerca do acesso

ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, enfim, conviver com pessoas não PNE. 3. Pela inserção de pessoas PNE em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: classe especial numa escola comum, setor separado dentro de uma empresa comum. (SASSAKI, 1997, p. 34 *apud* CHICON, José Francisco; SOARES, Jane Alves, 2013).

¹²⁴ GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 38.

¹²⁵ BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

¹²⁶ BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

à saúde, ao emprego, à formação profissional e à educação¹²⁷. O Decreto em questão sedimentou as firmações da Lei ao regulamentá-la.

Ademais, a presente Lei disciplina a função do Ministério Público diante da tutela jurisdicional de interesses difusos e coletivos, define crimes e dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE). Importa pontuar que, em 2010, a CORDE transformou-se na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que, por sua vez, possui, dentre as suas funções, o monitoramento interno da aplicação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quanto à garantia do direito ao trabalho, trazido pela Lei Maior, destacam-se as Legislações Infraconstitucionais nº 8.213/1991 e nº 8.112/1990. Nota-se que a Lei nº 8.112/1990¹²⁸ consagrou, em seu escopo, uma reserva de cargos públicos¹²⁹ destinados às Pessoas com Deficiência. Já no âmbito do setor privado, a Lei nº 8.213/1991¹³⁰, que determina sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, assegurou às Pessoas com Deficiência uma parte de seu texto que trata sobre a reabilitação e a habilitação profissional delas no mercado de trabalho. A referida Lei ficou conhecida como Lei de Cotas, uma vez que assegura às Pessoas com Deficiência uma reserva de 2% a 5% dos cargos em empresas com cem ou mais empregados¹³¹.

¹²⁷ BARCELLOS, Ana Paula; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 2, p. 178.

¹²⁸ *A Lei n 8.112/90 disciplina parte do comando constitucional do art. 37 VIII, ao assegurar o direito de a pessoa com deficiência se inscrever em concurso público para provimento de cargo da administração pública direta.* (GUGEL, Maria Aparecida. O direito ao trabalho e ao emprego: a proteção na legislação trabalhista. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 8, p. 423).

¹²⁹ “Qual é o percentual de cargos que devem ser reservados em concursos públicos? Até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso, nos termos do art. 5, da Lei 8.112/90. O percentual mínimo é de 5%, conforme o art. 37, 1 do Dec. 3.298/99. Todo edital de concurso público deve trazer a previsão dessa reserva” (GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012, p. 126).

¹³⁰ BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

¹³¹ Ibidem, art. 93.

A legislação quanto à acessibilidade das Pessoas com Deficiência pode ser conferida pelas Leis nº 10.048/2000¹³² e nº 10.098/2000¹³³, regulamentadas pelo Decreto nº 5296/2004¹³⁴. Ele ordena o tratamento e o atendimento prioritário às Pessoas com Deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes, lactantes ou acompanhadas de crianças de colo.

É estabelecida, pelo presente Decreto, a fixação de normas para promover e garantir a acessibilidade, além de sedimentar uma conceitualização¹³⁵ de acessibilidade e de barreiras. A acessibilidade disposta pelo documento em questão é trazida de forma ampla, uma vez que resguarda o acesso aos transportes coletivos, bens culturais, informação e comunicação, a implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística habitação de interesse social, contando com ajudas técnicas para a concretização dos dispositivos elencados, assim como a instauração do Programa Nacional de Acessibilidade. O Decreto busca a garantia do direito de ir e vir, tratando de uma temática de extrema importância na vida da Pessoa com Deficiência, uma vez que as condições para a acessibilidade e a superação de barreiras arquitetônicas impacta diretamente em seu cotidiano¹³⁶.

Já a educação, enquanto direito da Pessoa com Deficiência, passa por transformações quanto a sua efetividade. A Lei nº 9.394/1996¹³⁷ versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nela é possível observar uma parte destinada a regulamentar o sistema educacional referente às Pessoas com Deficiência¹³⁸. O sistema de educação inclusiva não é consolidado no presente

¹³² BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

¹³³ BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

¹³⁴ BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

¹³⁵ Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: I – acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. (Idem).

¹³⁶ MAIOR, Izabel. **Breve Trajetória Histórica do Movimento das Pessoas com Deficiência**, p. 3.

¹³⁷ BRASIL, LDB. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

¹³⁸ Ibidem, arts. 58- 60.

diploma infraconstitucional, uma vez que emprega o sentido e a terminologia “educação especializada”, indo contra a terminologia consagrada constitucionalmente, “atendimento educacional especializado”¹³⁹, e à sua interpretação.

A terminologia “educação especializada” promove o ensino segregado, por exemplo, colocando as Pessoas com Deficiência em salas especiais, separando-as das demais. Já a terminologia “atendimento educacional especializado”, que também é utilizada no Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁴⁰, não determina a segregação nem a substituição do ensino regular, sim um complemento dele¹⁴¹. Diante da incorporação, com equivalência de Emenda Constitucional, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ordenamento jurídico interno brasileiro, não é possível a adoção do ensino segregado, uma vez que este se opõe à obrigação firmada pelo Brasil, nos moldes do texto da elencada Convenção, de promover o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino. Nota-se que o ensino segregado provoca, estimula e potencializa a discriminação com base na deficiência, dando margem a estereotipizações de incapacidade e de vitimização das Pessoas com Deficiência.

A Lei nº 8742/1993¹⁴², também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre os serviços de Assistência Social e sua proteção destinada às Pessoas com Deficiência. Observa-se que a LOAS concede benefícios a esses indivíduos diante de uma proteção especial e social (texto alterado pela Lei nº 12.435/2011), objetivando a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos,

¹³⁹ A Constituição Federal em seu art. 208, III e V consagra a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deste modo, a autora Juliana destaca que “o atendimento especializado previsto pelo Constituinte não pode ser entendido como “separação do ambiente escolar comum”, ao contrário, significa um *plus*, um adicional curricular além do que é oferecido a todos os alunos” (SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. Direito à educação. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.4, p. 135).

¹⁴⁰ BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, art. 54, III.

¹⁴¹ SEGALLA, op. cit., p. 136.

¹⁴² BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

além de garantir o direito à vida. Esses objetivos foram traçados em seu artigo 2º, I,¹⁴³ que estabelece uma lista de medidas de apoio, como a garantia de um salário-mínimo por mês à Pessoa com Deficiência que possua uma família a qual não tenha condições de prover sua manutenção, ou à que não possuir meios para se prover.

Nesse sentido, pode ser conferida, na LOAS, a sistematização¹⁴⁴ do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto constitucionalmente, concedendo às Pessoas com Deficiência e ao idoso com mais de 65 anos um salário mínimo a cada mês, desde que provem a impossibilidade de manter seu sustento por eles ou por sua família.

O BPC está previsto constitucionalmente¹⁴⁵, e o beneficiário não recebe o *status* de aposentado, uma vez que não é considerado um benefício de caráter previdenciário. Assim sendo, ele não comporta o pagamento do 13º salário, e, caso o beneficiário venha a falecer, seus dependentes não recebem a pensão originária¹⁴⁶.

Nesses moldes, torna-se essencial notar o viés unicamente assistencialista e protetivo dado às Pessoas com Deficiência em face das legislações infraconstitucionais elencadas, objetivando a integração social delas. É inegável o valor e a importância da construção dos direitos dessas pessoas, da busca pela sua integração social, dispostos pelo legislador por meio de medidas com caráter e tratamento assistencialistas, uma vez que a integração tem a finalidade de abolir a exclusão social¹⁴⁷.

¹⁴³ A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). (Ibidem. Art. 2º).

¹⁴⁴ Ibidem, CAPÍTULO IV - Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social; SEÇÃO I Do Benefício de Prestação Continuada.

¹⁴⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...) IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

¹⁴⁶ RADDATZ, Joice. **Benefício assistencial ao idoso ou portador de deficiência (LOAS)**. 2014.

¹⁴⁷ “A exclusão significava o banimento total dessas pessoas de qualquer atividade social, por serem consideradas inválidas, incapazes de trabalhar, portanto sem utilidade para a sociedade” (Heloisa Helena;

A integração social permite que as Pessoas com Deficiência sejam inseridas na sociedade, contudo, nesses termos, elas devem se adequar aos padrões sociais. Acreditando na habilitação e na reabilitação da Pessoa com Deficiência, sob a ótica de integração social, o Poder Público assume que a sociedade possui barreiras, e quem deverá superá-las é a própria Pessoa com Deficiência, por meio de legislações com natureza assistencial, não assumindo a necessidade de o Estado promover medidas para solucionar as barreiras sociais e garantir medidas capacitatórias voltadas a essas pessoas. A integração social não contempla os direitos das Pessoas com Deficiência, uma vez que não institui à sociedade e ao Estado a transformação de práticas, espaços e a superação de barreiras físicas, sendo um ato unilateral¹⁴⁸ da Pessoa com Deficiência ou de seus responsáveis.

Logo, a integração social, materializada por medidas unicamente assistencialistas, não é considerada um instrumento para a efetivação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência, apesar de sua importância histórica. As medidas assistencialistas efetivam e instrumentalizam os seus direitos fundamentais quando combinadas com medidas que capacitam e impulsionam a sua independência¹⁴⁹, dando base para a construção de uma sociedade inclusiva.

2.3. O conceito de deficiência e sua evolução no ordenamento jurídico interno brasileiro

Em 1986, no início da discussão sobre o texto normativo da então Constituição Federal de 1988, houve a participação dos movimentos das Pessoas com

JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. **Reconhecimento e Inclusão das Pessoas com Deficiência**. In: Revista Brasileira de Direito Civil, vol. 13, n. 03, jul./set. 2017, p. 21).

¹⁴⁸ Confirmando esta perspectiva, Sasaki afirma que: “no modelo integrativo, a sociedade, praticamente de braços cruzados, aceita receber o [PNE] desde que estes sejam capazes de: moldar-se aos requisitos e serviços especiais separados (classe especial, escola especial etc...); acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc...); contornar os obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc...); lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas, e desempenhar papéis sociais individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc...) com autonomia mas não necessariamente com independência” (SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 35)

¹⁴⁹ “A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes” (Ibidem, p. 29).

Deficiência¹⁵⁰, por meio de audiências públicas convocadas pela comissão de ordem social. Houve reuniões, encontros e construções de materiais para se chegar em um acordo sobre o espaço constitucional que seria dado às Pessoas com Deficiência, assim como quais deveriam ser os direitos elencados constitucionalmente. Nesse sentido, os constituintes apresentaram a proposta de um capítulo separado para isso, porém isso não foi acolhido, e o conteúdo relativo à Pessoa com Deficiência foi e ainda está distribuído em outros capítulos e títulos da Constituição Federal de 1988. Ressalta-se que a Lei Maior adotou a terminologia “*peessoas portadoras de deficiência*” ao contemplá-las em seu escopo.

A legislação constitucional adotou na época o modelo médico de deficiência, o qual está intimamente ligado ao processo de integração social, que, apesar de bem-intencionado¹⁵¹, transmite a ideia que a Pessoa com Deficiência precisa ser adequada à sociedade, conotado um pensamento “cura” da deficiência. Neste sentido, só a partir da cura, ela estaria apta para ser destinatária de seus direitos¹⁵². Além disso, esse modelo vitimiza a Pessoa com Deficiência, gerando um estigma de que sempre deverão ser cuidados por um terceiro, não sendo possível alcançarem sua independência ou emancipação por meio desse padrão¹⁵³.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 adotar importantes dispositivos que determinam a igualdade formal e material da população, a aceitação, o respeito à diversidade e a proibição da discriminação, observa-se, no corpo normativo constitucional, que uma parte dos dispositivos constitucionais voltados às Pessoas com Deficiência (os quais serão estudados mais à frente) possuem uma perspectiva unicamente assistencialista. Nota-se que medidas unicamente assistencialistas estão

¹⁵⁰ Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil->.

¹⁵¹ “A idéia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência” (SASSAKI, op. cit., p. 30-31).

¹⁵² WERNECK, C. **Modelo médico x Modelo social da deficiência**. In: Manual da mídia legal 3: Comunicadores pela saúde / Escola de Gente, WVA Editora, Rio de Janeiro, 2004, p. 16.

¹⁵³ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 28.

interligadas com o modelo médico de deficiência, trazendo à tona a resistência presente na época pela sociedade¹⁵⁴ e pelo Estado em prover a real inclusão social das Pessoas com Deficiência.

A partir deste raciocínio, vê-se, na legislação infraconstitucional brasileira, a conceitualização de deficiência de acordo com o modelo médico, observando o artigo 3º do Decreto nº 3.298/89¹⁵⁵, que regulamenta a Lei nº 7853/89. Portanto, nele, considera-se como deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

É possível observar que o disposto consagra como *deficiência permanente*, a deficiência que tenha ocorrido ou se estabilizado por um lapso temporal considerável, que apesar de novos tratamentos, não tenha a possibilidade de recuperação ou alteração. Na mesma perspectiva, o presente dispositivo conceitua *incapacidade* como uma limitação da habilidade de integração social, havendo a necessidade de mecanismos, adaptações, recursos especiais, equipamentos que auxiliem a *pessoa portadora de deficiência* na transmissão ou recepção de informações fundamentais para o seu bem-estar, bem como para o exercício/desempenho de atividades.

Em consonância com o artigo 4º deste mesmo documento legal (alterado pela redação do Decreto nº 5.296/2004¹⁵⁶, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000), para ser considerada pessoa portadora de deficiência, era necessário se enquadrar em algum tipo de categoria de deficiência. A pessoa deveria *portar* qualquer deficiência que pudesse ser classificada como deficiência física, auditiva, visual ou mental. Nota-se a interferência da perspectiva do modelo médico de

¹⁵⁴ Ibidem, p. 29. "o modelo médico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e / ou de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional."

¹⁵⁵ BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

¹⁵⁶ BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, art. 70.

deficiência na legislação brasileira, em relação ao mencionado artigo 4º¹⁵⁷ do Decreto nº 3.298.

Com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, bem como a sua internalização com equivalência de Emenda Constitucional, convém notar que a legislação futura deverá obedecer aos critérios adotados em seu texto, de acordo com a hierarquia constitucional. Ademais, os conceitos que forem em desconformidade à conceitualização adotada pela presente Convenção devem ser revogados¹⁵⁸.

A Convenção, como já visto, sedimentou de vez a necessidade de uma mudança de paradigma da Pessoa com Deficiência, conferindo, em seu texto legal, a adoção da inclusão social¹⁵⁹, por meio da admissão do modelo social de deficiência. Também é necessário ressaltar que, com o advento da Convenção no ordenamento jurídico brasileiro, os dispositivos constitucionais que antes eram encarados sob a ótica da integração social, uma vez que decorrem da mesma, passam a ser analisados sob a perspectiva da inclusão social¹⁶⁰.

¹⁵⁷ “Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho; V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

¹⁵⁸ MAIA, Maurício. **Novo Conceito de Pessoa com Deficiência e Proibição do Retrocesso**. Revista da AGU, ano 12, n. 37, jul./set. 2013, p. 3.

¹⁵⁹ BARBOZA, Heloisa Helena; JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. **Reconhecimento e Inclusão das Pessoas com Deficiência**. In: Revista Brasileira de Direito Civil, vol. 13, n. 03, jul./set. 2017, p. 22.

¹⁶⁰ BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, art. 1º, p. 33.

A inclusão é baseada no reconhecimento da importância da inserção social entre a sociedade e as Pessoas com Deficiência, ou seja, um processo bilateral¹⁶¹. Assim, a sociedade deve se adaptar para recepcioná-las, conferindo uma mudança para atender as necessidades de seus membros, e elas devem se preparar para exercer sua função na sociedade.

A adoção da perspectiva de inclusão das Pessoas com Deficiência gera uma inserção social com formato mais completo, constituindo a adoção e a promoção de seus direitos fundamentais. Verifica-se, diante do processo de inclusão, a indispensabilidade da criação de medidas que capacitem e confirmem às Pessoas com Deficiência a sua emancipação. Assim, a Convenção enuncia uma série de medidas que culminam na emancipação e na autonomia dessas pessoas com base no modelo social de deficiência, no qual se faz necessária a adoção de medidas de políticas públicas inclusivas¹⁶².

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, materializa os conceitos contemplados no texto legal da Convenção das Pessoas com Deficiência na legislação infraconstitucional do Brasil. A referida lei adere ao propósito de inclusão social trazido pela Convenção adotada. Assim sendo, podem ser notados os propósitos outorgados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assim como o seu alinhamento com os preceitos tratados pela Convenção em seu artigo 1¹⁶³.

De acordo com Sassaki (1997)¹⁶⁴, o processo de inclusão tem como pano de fundo esse modelo social. Nesses moldes, ele serve de base para a construção de uma

¹⁶¹ CHICON, José Francisco; SOARES, Jane Alves. **Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão**. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE.UFES, Vitória -ES, v. 2, n.0, p. 11-36, 2001.

¹⁶² MAIOR, I. História, conceito e tipos de deficiência. Portal do Governo do Estado de São Paulo, p. 2.

¹⁶³ “Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno”.

¹⁶⁴ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 47.

sociedade inclusiva, na qual a deficiência¹⁶⁵, é notada como uma diversidade inerente à condição humana, em que o ambiente deve se adequar à essa diversidade, solucionando barreiras existentes que possam configurar a limitação da promoção de seus direitos. Logo, de acordo com o modelo elencado, a deficiência não se traduz em um problema ou doença a ser curada, noção que acarreta um obstáculo para a inclusão social da Pessoa com Deficiência¹⁶⁶.

Relacionado ao artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o qual assume a necessidade da atuação do Estado para acabar com as barreiras sociais e, assim, emergir o comportamento bilateral para a efetivação da inclusão social das Pessoas com Deficiência, tem-se o artigo 3º da referida lei, que confere algumas conceitualizações necessárias para a sua implementação¹⁶⁷. O texto legal do presente documento conceitualiza: acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva, comunicação, adaptações razoáveis, elemento de urbanização, barreiras, mobiliário urbano, pessoa com mobilidade reduzida, residências inclusivas, moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, atendente pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante.

Entre essas definições, observa-se a conceitualização de *barreira* como sendo um obstáculo que causa impedimentos ou limita o exercício de direitos, bem como a participação social das pessoas com deficiência. A limitação ou o impedimento pontuado vai além do meio físico. O legislador também considera como barreira algumas atitudes sociais, como a exclusão ou a segregação das Pessoas com Deficiência. Juntamente com essa definição, o dispositivo mencionado também traz

¹⁶⁵ ZANELATTO, Amílcar. **Modelos sobre a questão da deficiência**: caritativo, médico, social e de direitos humanos. 2012.

¹⁶⁶ FIUZA, César (Organizador). SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira (Coordenadores). **Temas Relevantes sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência** – reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 240.

¹⁶⁷ Segundo Heloisa Helena, o art. 3º da LBI norteia a aplicação da Lei, ao estabelecer uma lista de conceitos. Essas definições podem ser notadas, segundo a autora, que delineiam os contornos da interação exigida, especialmente considerando como barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (art. 3º, IV) (BARBOZA, Heloisa Helena; JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. **Reconhecimento e Inclusão das Pessoas com Deficiência**. In: Revista Brasileira de Direito Civil, vol. 13, n. 03, jul./set. 2017).

algumas classificações de barreiras, sendo elas: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, atitudinais e tecnológicas.

Antes de a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência entrar em vigor na legislação infraconstitucional, houve o acolhimento da conceitualização de deficiência com base no modelo social, presente no Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Plano Viver sem Limite, por meio do Decreto nº 7.612/2011¹⁶⁸. Esse plano propõe a promoção dos direitos e garantias das Pessoas com Deficiência por meio de políticas, programas e ações nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, já estudada neste trabalho.

O presente documento consagra a mesma terminologia adotada pela Convenção da ONU, “Pessoas com Deficiência”. Da mesma maneira, baseou-se no modelo social de deficiência para construir a sua conceitualização¹⁶⁹, localizada no artigo 2º.

Além disso, nos mesmos moldes da conceitualização adotada pelo Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e nos implementados pela Convenção da ONU, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também reconhece a deficiência como um produto da interação entre as características e diversidades corporais e as barreiras presentes no meio ambiente, em seu artigo 2º. O legislador também opta pelo emprego da terminologia “Pessoas com Deficiência”.

Como observado no artigo 2º, § 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, caso seja necessária a ocorrência da avaliação da deficiência, ela será biopsicossocial. Essa avaliação levará em conta, além de aspectos biológicos, as barreiras existentes que possam limitar o exercício dos seus direitos, como: impedimentos funcionais e estruturais do corpo, fatores socioambientais, pessoais e psicológicos e restrições no desempenho de atividades. Assim sendo, ela observará

¹⁶⁸ BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

BRASIL. **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2013.

¹⁶⁹ “Art. 2º São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

critérios que possam obstruir e limitar a plena participação na vida social das pessoas com deficiência.

Institui-se, desse modo, a apreciação do modelo social de deficiência na legislação infraconstitucional brasileira mais recente voltada às Pessoas com Deficiência. Levando em consideração que a avaliação da deficiência supera a análise apenas pelo olhar clínico, ou seja, além do médico, ela deve ser realizada por uma equipe composta por uma equipe de multiprofissionais¹⁷⁰, como assistentes sociais, por exemplo. Constata-se que diversas políticas públicas destinadas às Pessoas com Deficiência deverão passar pela presente avaliação, entre elas: as cotas no mercado de trabalho, a isenção de Imposto de Renda, o passe-livre interestadual, vagas em estacionamento, pensionista com deficiência, habitação acessível e o benefício de prestação continuada. A avaliação em comento foi regulamentada através do Decreto nº 8.954/2017¹⁷¹, o qual cria instrumentos para a sua realização, instituindo, assim, a Avaliação Unificada da Deficiência.

Quanto à evolução das terminologias empregadas nas legislações brasileiras referentes às pessoas com deficiência, retirando das legislações infraconstitucionais o termo “portador de deficiência”, pode ser observado o quadro evolutivo no Anexo II do presente trabalho.

Assim como a terminologia, pode ser vislumbrada a evolução da perspectiva em relação à conceitualização de deficiência nas legislações, passando do modelo médico para o modelo social. Essa mudança de paradigma estabelece um novo papel do Estado, o qual a inclusão social é o resultado, destacando a necessidade de uma maior atuação do Poder Público em prol da efetivação dos Direitos das Pessoas com Deficiência, observando a importância de capacitá-las ao invés de segregá-las. Ademais, diante dos documentos legais apresentados, é essencial observar a importância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da sua força infraconstitucional,

¹⁷⁰ MARCO, Mario Alfredo de. **Do Modelo Biomédico ao Modelo Biopsicossocial: um projeto de educação permanente**. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, jan./abr. 2006, p. 71.

¹⁷¹ BRASIL. **Decreto nº 8.954, de 10 de janeiro de 2017**. Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência e dá outras providências.

representando a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência no ordenamento jurídico brasileiro.

2.4. Lei nº 13.146/2015 - A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Já foi apresentada a importância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência como um instrumento infraconstitucional de implementação da nova perspectiva de deficiência, baseada no modelo social, conforme sedimentado na mencionada Convenção da ONU. Apesar de o Brasil adotar o modelo social desde 2009 no plano interno, a transformação de condutas em relação às Pessoas com Deficiência só foi realmente fixada e assimilada pelos operadores do Direito quando a referida Lei entrou em vigor, em janeiro de 2016¹⁷².

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência sistematiza os direitos destinados à Pessoa com Deficiência em cento e vinte e sete artigos, sendo eles: o direito à vida, à habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, ao esporte, ao lazer, e o direito ao transporte e à mobilidade. Assim, a mencionada Lei carrega, em seu texto, condições específicas para que sejam efetivados esses direitos, objetivando alcançar igualdade de oportunidades, com conceitualizações, políticas públicas inclusivas e definições importantes para sua implementação.

Além de contemplar os direitos às Pessoas com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também possui, em seu texto legal, uma série de dispositivos que foram alterados em decorrência de sua vigência. Convém mencionar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência alterou diretamente vinte e uma leis, impactando inclusive o Código Civil. Assim, o Estatuto é uma norma que contempla um regramento próprio e, em um segundo momento, impõe mudanças em outras legislações.

Logo no começo do documento legal, pode ser observado um dos dispositivos que altera diretamente o Código Civil, estabelecendo que a deficiência não interfere

¹⁷² “Art. 127. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial”.

na capacidade civil da Pessoa com Deficiência. No artigo 6º, são assegurados os direitos civis das Pessoas com Deficiência, como o casamento, a união estável e a possibilidade de exercer direitos sexuais e reprodutivos. A decisão de quantos filhos terão e informações acerca da reprodução e do planejamento familiar, direito à guarda, tutela, adoção e curatela também são explicitados. A legislação dispõe, em seu artigo 9º¹⁷³, que Pessoas com Deficiência deverão receber atendimento prioritário em diversos setores, como o médico, o educacional, o de transportes, o de acesso à informação e, ainda, durante a disponibilização de recursos humanos e tecnológicos e durante os trâmites processuais em que forem partes ou interessadas em processos judiciais e administrativos.

Assim como as demais, as Pessoas com Deficiência têm garantidas, por meio do Poder Público, a proteção da sua dignidade¹⁷⁴, não podendo ser realizado nenhum tipo de tratamento, experimento médico, hospitalização ou qualquer outro procedimento forçadamente. É necessária a obtenção do consentimento e da autorização para que possam passar sobre qualquer procedimento de natureza médico-científica. Porém, em casos de curatela, deverá haver o esforço para ter o máximo de participação da Pessoa com Deficiência. Já em casos com risco de morte, assim como qualquer outro cidadão, as Pessoas com Deficiência deverão ser atendidas sem aviso prévio e sem a necessidade de seu consentimento.

De acordo com a Lei, é consentido a toda Pessoa com Deficiência o direito ao processo de habilitação e reabilitação¹⁷⁵ recebendo uma atenção integral do Poder Público. Nesses termos, a melhoria de habilidades, desenvolvimento de potencialidades, talentos e aptidões são essenciais para a melhoria da qualidade de vida e inserção social, conferida por meio de medidas que objetivam a sua inclusão na sociedade, como programas de habilitação e reabilitação e a adoção de medidas que possam compensar a perda ou limitação funcional da Pessoa com Deficiência.

¹⁷³ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Art. 9º.

¹⁷⁴ Ibidem, arts. 10-13.

¹⁷⁵ Ibidem, arts. 14-17.

Ainda quanto à saúde¹⁷⁶, o Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do SUAS, garantirá às Pessoas com Deficiência o acesso aos programas, informações e orientações que estarão disponíveis. Também estão incluídas as instituições privadas que participam de forma complementar ou que recebem dinheiro público para sua manutenção. Os serviços de saúde pública deverão assegurar exames, diagnósticos, vacinas, prevenções de ocorrência e de desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais.

O serviço de saúde pública deve, também, prover próteses, meios de locomoção, medicamentos e outros itens que forem necessários para a melhor qualidade de vida das Pessoas com Deficiência. Quando for necessário o atendimento em domicílio e o Poder Público não conseguir oferecer, deve ser garantido o transporte e acomodação à Pessoa com Deficiência e o seu acompanhante para a realização do devido atendimento. Nesses moldes, nota-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece uma atenção integral a essas pessoas, ou seja, uma atenção sobre todos os aspectos da deficiência, independentemente de seu nível.

Outrossim, as operadoras de planos de saúde não poderão discriminar as Pessoas com Deficiência em razão da deficiência. Devem ser garantidos às Pessoas com Deficiência os mesmos serviços ofertados às demais, sem alteração de valores, sendo proibidos preços distintos por conta da deficiência.

Como bastante ressaltado, a educação¹⁷⁷ é outro ponto importante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo garantida a todos os indivíduos. Entretanto, é necessário um sistema educacional inclusivo em que todos os professores, diretores e funcionários não discriminem as Pessoas com Deficiência com o ensino segregado, ou seja, as salas de aula devem ser inclusivas e acessíveis. Elas, por meio da rede regular de ensino, poderão desenvolver habilidades, aptidões sensoriais, físicas, intelectuais e sociais, além de desenvolverem sua personalidade. Convém observar que a Lei Brasileira de Inclusão delega ao Estado, aos familiares, à

¹⁷⁶ Ibidem, arts. 18-26.

¹⁷⁷ Ibidem, arts. 27-30.

comunidade escolar e à sociedade a função de garantir e promover a educação inclusiva a essas pessoas.

O Poder Público deve assegurar, garantir e fiscalizar o aprimoramento das instituições de ensino, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos indivíduos com deficiência. Escolas inclusivas que conterão braile, libras ou outra modalidade linguística também serão garantidas pelo Estado. É importante, também, o desenvolvimento de técnicas e adoção de medidas que melhorem a qualidade de ensino e desenvolvam melhor o aprendizado das Pessoas com Deficiência. A qualificação dos professores é indispensável, bem como dos profissionais de apoio, intérpretes e tradutores das linguagens que serão ensinadas. As provas e exames feitos pelas instituições de ensino serão formatadas de maneira acessível, de acordo com as necessidades de cada aluno com deficiência, respeitando sua diversidade e sua identidade.

Quanto à habitação¹⁷⁸, as Pessoas com Deficiência são titulares do direito a uma moradia digna com seus familiares ou companheiros, para a vida independente ou residência inclusiva. Portanto, é prerrogativa do Poder Público a implementação de programas e ações que coloquem em prática a criação ou manutenções necessárias.

Vale ressaltar que, perante os programas habitacionais promovidos pelo governo às pessoas de baixa renda, as Pessoas com Deficiência ou seu responsável terão prioridade na aquisição da sua casa ou apartamento. Devem ser reservados no mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais destinadas às Pessoas com Deficiência e devem ser disponibilizados equipamentos urbanos comunitários acessíveis, garantindo o direito à acessibilidade. Os critérios de financiamento serão compatíveis com os rendimentos da Pessoa com Deficiência ou de seu responsável ou familiar.

O texto legal do estatuto dispõe sobre o direito dessas pessoas¹⁷⁹ ao trabalho, conferindo uma série de medidas que promovam esse direito. A presente lei salienta que toda Pessoa com Deficiência tem o direito ao trabalho de sua livre escolha,

¹⁷⁸ Ibidem, arts. 31-33.

¹⁷⁹ Ibidem, arts. 34-38.

fazendo jus a um ambiente de trabalho acessível e inclusivo, sem distinção, ou seja, em iguais oportunidades.

Devido a isso, é obrigatório que as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza empreguem as Pessoas com Deficiência de maneira acessível e com ambientes inclusivos, evitando e desconstruindo barreiras. É vedada, também, a distinção salarial em razão da deficiência. Logo, as Pessoas com Deficiência não podem receber salários menores que os das demais por conta de sua condição. Ademais, também é proibida qualquer outra discriminação no que tange à deficiência, em etapas de recrutamento, na admissão, na contratação e na permanência no emprego. É conferido às Pessoas com Deficiência o direito de participar de cursos e treinamentos, que também devem ser oferecidos a eles, como os planos de carreira, bônus e incentivos profissionais, assim como qualquer outro empregado.

Ainda sobre trabalho, programas de habilitação e de reabilitação profissionais também devem ser implementados. Eles devem ser destinados para a melhoria das aptidões e desenvolvimentos, os quais são necessários para que, com sua liberdade de escolha, a Pessoa com Deficiência, assim como as demais, decida se ingressará, retomará ou continuará no mercado de trabalho. Os ambientes desses serviços serão inclusivos e acontecerão em redes privadas ou públicas, podendo ser em redes de ensino, assistência social, saúde e de outras modalidades que sejam de formação profissional.

O direito à assistência social¹⁸⁰ também é garantido a esses indivíduos. Ele deve assistir a Pessoa com Deficiência para que sejam garantidas as condições de vida, e, assim, promovidos e resguardados todos os outros direitos. Esse auxílio consiste em um salário mínimo mensal, destinado aos que não possuam meios para sua sobrevivência ou possuam família com baixa renda, nos termos da Lei Complementar nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a qual já foi referida no presente trabalho, conferindo o chamado BPC.

¹⁸⁰ Ibidem, arts. 39/40.

Assim sendo, reitera-se que a assistência social objetiva garantir à Pessoa com Deficiência a sua inclusão social e a promoção de seus direitos, por meio de serviços e programas, projetos e benefícios que garantam a segurança de renda e a habilitação e reabilitação das Pessoas com Deficiência.

As condições específicas para a aposentadoria¹⁸¹ das Pessoas com Deficiência, asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social, estarão previstas de acordo com a Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013¹⁸².

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência confirma o direito dessas pessoas ao lazer, à cultura, ao esporte e ao turismo¹⁸³ com igualdade de oportunidades aos demais. Para a efetivação desses direitos, estão enunciadas, no texto do presente estatuto medidas inclusivas, como a adoção de soluções destinadas à redução ou à eliminação de barreiras, observando as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Portanto, pode ser observada a obrigatoriedade de programas de televisão, teatros, cinemas, visitas a monumentos históricos e naturais, atividades de lazer, esportivas terem a opção do formato acessível. A promoção do incentivo de participação da Pessoa com Deficiência em atividades artísticas, culturais, recreativas, intelectuais e esportivas também é dever do Poder Público.

Os locais destinados à efetivação desses direitos, como cinemas, salas de teatro, ginásios esportivos, auditórios, entre outros, deverão estar adequados com assentos especiais, espaçosos e de boa visibilidade para que as Pessoas com Deficiência e, no mínimo, um acompanhante se acomodem sem dificuldades. É vedada a cobrança de valores distintos de ingressos em razão da deficiência e hotéis, pousadas, shoppings, estádios, parques, entre outros estabelecimentos, deverão ter infraestruturas adequadas para garantir a acessibilidade da Pessoa com Deficiência.

¹⁸¹ Ibidem, art. 41.

¹⁸² Essa lei “regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS”.

¹⁸³ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), artigos 42-45.

O direito à mobilidade e ao transporte, seja ele terrestre, aéreo ou aquaviário, deverá ser garantido em igualdade de oportunidades às Pessoas com Deficiência e às demais, por meio de medidas que eliminem as barreiras que limitam o seu exercício, garantindo a acessibilidade não apenas dos veículos, mas do sistema de transportes como um todo. O acesso deverá ser inclusivo e com estruturas adequadas, com vagas de estacionamento destinadas a veículos que transportem as Pessoas com Deficiência em locais de fácil acesso e devidamente sinalizadas. Assim, os veículos estacionados na vaga deverão exibir, em locais visíveis do automóvel, a credencial de beneficiário (confeccionada por órgãos de trânsito) dessa medida.

Essas vagas de estacionamento reservadas e mais espaçosas são legalmente obrigatórias em todos os tipos de estacionamento e locais, sejam eles de uso público, privado, coletivo ou em vias públicas. Elas devem totalizar no mínimo 2% da quantidade de vagas disponíveis aos demais e serão de ampla visibilidade. A utilização indevida dessas vagas acarretará as sanções previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pelo disposto no inciso XVII do artigo 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

As locadoras de automóveis deverão possuir veículos adaptados e acessíveis às Pessoas com Deficiência. Portanto, a cada vinte veículos que a locadora possuir, deverá haver pelo menos um veículo adaptado. Os automóveis adaptados terão sua fabricação incentivada pelo poder público, como meio de garantir melhor distribuição e utilização por todas as Pessoas com Deficiência, assim como as que puderem e quiserem adquiri-los. Ainda, as empresas que disponibilizam vans e taxis devem ter um valor de 10% reservado de sua frota para veículos acessíveis e não poderão cobrar a mais pela utilização desses serviços e veículos.

Ademais, no texto legal da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pode ser conferido o direito da Pessoa com Deficiência à participação na vida pública e política¹⁸⁴. Desse modo, devem ser assegurados e garantidos o direito de votar e de ser votado e a livre escolha de seus candidatos. São previstas instalações, materiais e equipamentos apropriados e acessíveis para todos, em questões de

¹⁸⁴ Ibidem, art. 76.

linguagens, compreensões e utilizações, sendo proibido que haja seções eleitorais segregadas para as pessoas com algum tipo de deficiência. Visando também a igualdade de oportunidades com as demais pessoas, as Pessoas com Deficiência têm assegurado, pelo Poder Público, o acesso à justiça. Adaptações e recursos tecnológicos assistidos também são garantidos sempre que forem requeridos.

Uma parte da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a delimitar crimes e infrações administrativas referentes a essas pessoas¹⁸⁵. Por exemplo, de acordo com a presente legislação, aquele que abandonar a Pessoa com Deficiência em casas de saúde, abrigos ou similares será punido com pena de reclusão de seis meses a três anos e multa.

Nas disposições finais da Lei mencionada, pode ser observada a preocupação do legislador em coletar dados e informações sobre questões que envolvam as Pessoas com Deficiência, criando o chamado Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro Inclusão)¹⁸⁶. Ele é um registro público eletrônico que trata de informações georreferenciadas sobre questões socioeconômicas da Pessoa com Deficiência e informações sobre barreiras que limitem ou obstruam a efetivação de seus direitos. O Decreto nº 8.954/2017 institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelecendo direções e procedimentos relativos a esse cadastro.

Os direitos das Pessoas com Deficiência passaram a ter mais visibilidade nos últimos anos, uma vez que a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça, orienta¹⁸⁷ que eles devem estar previstos como conteúdo dos editais de concursos públicos para ingresso no Poder Judiciário e seus serviços auxiliares. Logo, os dispositivos legais que abarcam os Direitos das pessoas com deficiência, bem como a mais importante legislação infraconstitucional que trata sobre a temática, começaram

¹⁸⁵ Ibidem, arts. 88-91.

¹⁸⁶ Ibidem, arts. 92-94.

¹⁸⁷ BRASIL. **Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016**. Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução da Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão. Art. 19.

a ser, obrigatoriamente, objeto de provas para indivíduos entrarem no sistema judiciário e seus auxiliares, motivando, cada vez mais, estudos e criação de materiais sobre o tema.

A Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trata acerca das práticas e políticas de acessibilidade no judiciário. Logo, ela pode ser entendida como um ato administrativo que regulamenta a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência dentro da estrutura do judiciário. Essa resolução foi elaborada de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assim como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O objetivo da Resolução¹⁸⁸ é orientar a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações adotadas pela Convenção e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e instituir Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão¹⁸⁹.

Diante dos termos conferidos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a presente Resolução também contempla a conceitualização de deficiência de acordo com o modelo social sedimentado na Convenção, bem como outras conceitualizações e definições, como “barreiras”, “acessibilidade”, “desenho universal”, “tecnologias assistivas”. A Resolução nº 230/2016 contempla diversas medidas que promovem a acessibilidade das Pessoas com Deficiência nos tribunais. Entre elas, pode ser conferida a obrigação dos órgãos do Poder Judiciário de ter pelo menos 2% das vagas de estacionamento destinadas às essas pessoas e no mínimo 5% de servidores ou terceirizados capacitados no uso de libras. No texto da Resolução, também pode ser observada uma sistematização para a adaptação, o ingresso e a permanência da Pessoa com Deficiência como servidora do Judiciário.

¹⁸⁸ Presente na ementa da referida resolução.

¹⁸⁹ “Art. 10. Serão instituídas por cada Tribunal, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão, com caráter multidisciplinar, com participação de magistrados e servidores, com e sem deficiência, objetivando que essas Comissões fiscalizem, planejem, elaborem e acompanhem os projetos arquitetônicos de acessibilidade e projetos “pedagógicos” de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência, com fixação de metas anuais, direcionados à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, tais quais as descritas a seguir [...]”.

A partir da internalização da Convenção como Emenda Constitucional, exigiu-se do Estado uma legislação infraconstitucional que implementasse e abarcasse os direitos e conceitos trazidos pela normativa do referido tratado internacional de direitos humanos. O novo conjunto normativo brasileiro destinado às Pessoas com Deficiência buscou abolir o modelo médico de deficiência, dando lugar ao modelo social de deficiência. É possível observar a evolução interna dos direitos das Pessoas com Deficiência a partir dessa mudança de perspectiva, conferindo-as novas medidas que resultem na expansão de suas capacidades, bem como na sua inclusão social.

3. A Proibição da Discriminação Negativa e a Justificação da Discriminação Positiva em prol da Pessoa com Deficiência

3.1 Alguns aspectos iniciais (e básicos) sobre a Igualdade no Direito Positivo Brasileiro

É bem difícil iniciar um estudo e uma discussão sobre a discriminação sem antes pontuar alguns posicionamentos fundamentais e doutrinários acerca da igualdade, considerando que a discriminação e a igualdade estão ligadas¹⁹⁰. A discriminação é um reflexo da efetividade do princípio e do direito de igualdade, sendo assim, é necessário adentrar em algumas premissas sobre a igualdade para construir um posicionamento mais aprofundado acerca da discriminação (proibida e aceita) em âmbito constitucional, e dispersada no conjunto normativo brasileiro.

Para o Direito Constitucional contemporâneo, a *igualdade* possui valor central, conferindo um *status* de elemento essencial para a construção do constitucionalismo moderno. Essa igualdade¹⁹¹ como direito fundamental (público-subjetivo) e como princípio (público-objetivo) é evidenciada e discutida desde a segunda metade do século XVIII, alimentada por força dos artigos primeiros dos seguintes documentos: Declaração de Direitos de Virgínia (1776), Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948). O constitucionalismo do Segundo Pós-Guerra foi marcado pela

¹⁹⁰ PASSOS, José Joaquim Calmon de. **O princípio de não discriminação**. 2002.

¹⁹¹ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 223.

expansão da presença do princípio da igualdade, integrado na estrutura do sistema constitucional global e podendo ser vislumbrado no corpo textual de toda Constituição de Estado Democrático de Direito¹⁹².

No tocante à Constituição Federal de 1988, pode ser observado, em seu texto normativo, um grande avanço¹⁹³ quanto ao princípio e o direito de igualdade, a partir de uma transformação do alcance e do sentido de igualdade estritamente formal para o sentido material. Para uma melhor compreensão dos novos rumos do princípio da igualdade, a partir de acontecimentos históricos, importa apresentar aqui a sua evolução em três momentos. Nota-se que o princípio da igualdade acompanhou e transfigurou-se a partir de fatos históricos e sociais, determinando uma nova interpretação de igualdade. Logo, o sentido de igualdade não possui apenas o mesmo significado de seu enunciado linguístico original¹⁹⁴.

Em consonância com a autora Maria da Glória Garcia¹⁹⁵, a evolução do princípio da igualdade ocorreu em três períodos. No primeiro deles, esse conceito era entendido diante do princípio da prevalência da lei, assim, a sua noção era contemplada pela igualdade de todos perante a lei. Esse é o sentido meramente formal de igualdade, pelo qual a lei pode ser vislumbrada de forma mais generalizada. O segundo período concebe o princípio da igualdade por meio da proibição de discriminação, sendo, então, um instrumento de proibição do tratamento arbitrário dos poderes públicos, que, com discriminações materialmente infundadas, acabam por excluir e limitar os direitos fundamentais de um determinado grupo ou indivíduo. Assim sendo, o segundo momento confere a necessidade de a fundamentação para o

¹⁹² “O princípio da igualdade é um dos princípios estruturantes do sistema constitucional global, conjugando dialectalmente com as dimensões liberais, democráticas e sociais inerentes ao conceito de Estado de direito democrático e social” (CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa anotada**, vol. I, 4ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 336-337).

¹⁹³ “Quanto às Constituições brasileiras anteriores e a *igualdade*, nota-se a presença dos seguintes dispostos: Art. 179, XIII, da Constituição Imperial de 1824; art. 72, § 2, da Constituição de 1891; art. 113 n. 1 da Constituição de 1934; art. 122, §1 da Constituição de 1937; art. 141, §1, da Constituição de 1946; art. 153 §1 da Constituição de 1967” (CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 223).

¹⁹⁴ SILVA, Jorge Pereira da. **Direitos Fundamentais - Teoria Geral**. Universidade Lisboa: Universidade Católica, 2018, p. 73.

¹⁹⁵ GARCIA, Maria Glória F.P.D. **Estudos Sobre o Princípio da Igualdade**, Coimbra: Almedina, 2005, p. 36.

tratamento desigual poder ser admissível, ao passo que não será necessária a justificação ou fundamento para o tratamento igual¹⁹⁶.

Já o terceiro período da evolução do princípio da igualdade aperfeiçoa o segundo período. Observa-se que a igualdade passa a ser concebida a partir da perspectiva de justiça social e igualdade de condições, fazendo com que o princípio da igualdade não seja mais um instrumento de limitação negativa do Estado, mas sim um limitador positivo. Portanto, a legislação deverá ser um instrumento de promoção real da igualdade, determinando a igualdade em seu sentido material, instituindo, nesses moldes, a ideia de igualdade “na lei”, como a da própria lei.

Logo, nota-se a trajetória da igualdade formal à igualdade material. Aquela pode ser descrita pelo tratamento igualitário entre indivíduos perante a lei, determinando o impedimento de tratamentos diferenciados ao legislador. Portanto, a igualdade formal não assume que há diferença entre indivíduos, não podendo haver privilégios¹⁹⁷, e esses deverão receber tratamento igual na aplicação da lei. Essa igualdade não contempla a destruição das causas das desigualdades sociais¹⁹⁸, apesar da sua oposição a desigualdades futuras.

A igualdade em sentido material surge no segundo período da evolução mencionada, podendo ser entendida como uma resposta para ajudar a solucionar as situações de desigualdades. Ela não deixa de ter o seu sentido condizente com a igualdade de todos perante a lei, assim como ainda pode ser qualificada pela proibição do tratamento arbitrário e discriminatório. Entretanto, ela abarca alguns critérios razoáveis e justos para dado tratamento de cunho desigual. No terceiro período, pode ser vislumbrada a evolução da igualdade perante o constitucionalismo moderno, firmando a necessidade da presença da igualdade no texto da própria lei e fundamentando uma nova ideia de superação das desigualdades como condição para a real efetivação da igualdade. Para melhor compreender o sentido da igualdade que

¹⁹⁶ SILVA, Jorge Pereira da. **Direitos Fundamentais** - Teoria Geral. Universidade Lisboa: Universidade Católica, 2018, p. 77.

¹⁹⁷ MIRANDA, Jorge. **Direitos Fundamentais**. 2ª edição. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017, p. 300.

¹⁹⁸ MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. **Democracia, liberdade, igualdade: os três caminhos**. São Paulo: José Olympio, 1945.

aqui se discute¹⁹⁹, observa-se o dever estatal de compensar desigualdades econômicas, culturais e sociais (fáticas).

Dada essa rápida apresentação sobre o percurso da igualdade formal à material, é possível vislumbrar que a igualdade é alcançada diante da eliminação das desigualdades ou da ampliação de novos benefícios, resultado de lutas e ideais trazidos por grupos historicamente vulneráveis e excluídos. Ela pode ser caracterizada por múltiplas dimensões, entre elas, a dimensão liberal, a democrática e a social²⁰⁰. Assim, é notável a existência de três dimensões²⁰¹ que protegem o princípio da igualdade, que se destacam pela proibição do arbítrio e da discriminação, além da obrigação de diferenciação, que fundamenta ações do Poder Público para eliminar desigualdades fáticas.

Pode ser contemplado um nexos entre a igualdade e a não discriminação, a partir da constatação de que essa vedação à discriminação pode ser referida como um desdobramento do princípio da igualdade²⁰². Observa-se este desdobramento quando se analisa a igualdade à luz da desigualdade entre indivíduos, do tratamento desigual infundado, da necessidade de aceitação e do reconhecimento das diferenças. E,

¹⁹⁹ “Os direitos são os mesmos para todos; mas, como nem todos se acham em igualdade de condições para os exercer, é preciso que essas condições sejam criadas ou recriadas através da transformação da vida e das estruturas dentro das quais as pessoas se movem” (MIRANDA, Jorge. **Direitos Fundamentais**. 2ª edição. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017, p. 289).

²⁰⁰ O autor Walter Claudius Rothenburg aponta a ótica de Canotilho e Moreira ao contemplar as dimensões do princípio da igualdade: “Complexo que é, o princípio da igualdade projeta-se em múltiplas dimensões. Em termos de teoria do Estado e decodificando o sentido do Estado de Direito democrático e social, Canotilho e Moreira (2007, p. 336-337) aludem à dimensão liberal (“a idéia de igual posição de todas as pessoas... perante a lei, geral e abstracta, considerada subjectivamente universal em virtude da sua impessoalidade e da indefinida repetibilidade na aplicação”), à dimensão democrática (“proibição de discriminações (positivas e negativas) na participação no exercício do poder político”) e à dimensão social (“impondo a eliminação das desigualdades fáticas (econômicas, sociais e culturais)”)” (ROTHENBURG, Walter Claudius. **Igualdade Material e Discriminação Positiva**: o princípio da isonomia. Estudos Jurídicos. NEJ, Vol. 13, nº 2, jul-dez 2008, p. 77-92, p. 80/81).

²⁰¹ O autor Walter Claudius Rothenburg revela a perspectiva de Canotilho e Moreira (2007, p. 339-342) ao sedimentar que existem três dimensões que protegem o princípio da igualdade, sendo elas: “a proibição do arbítrio (‘nem aquilo que é fundamentalmente igual deve ser tratado arbitrariamente como desigual, nem aquilo que é essencialmente desigual deve ser arbitrariamente tratado como igual’), a proibição de discriminação (‘o tratamento desigual deve pautar-se por critérios de justiça, exigindose, desta forma, uma correspondência entre a solução desigualitária e o parâmetro de justiça que lhe empresta fundamento material’) e a obrigação de diferenciação (‘o dever de eliminação ou atenuação, pelos poderes públicos, das desigualdades sociais, econômicas e culturais, a fim de se assegurar uma igualdade jurídico-material’)” (ROTHENBURG, Walter Claudius, op. cit.)

²⁰² PASSOS, José Joaquim Calmon de. **O princípio de não discriminação**. 2002.

consequentemente, percebe-se que a igualdade (formal e material), pode afastar a desigualdade que acaba atingindo grupos vulneráveis.

3.2 A proibição da discriminação negativa à luz do sentido do direito (e princípio) à igualdade no sistema constitucional brasileiro

Já no preâmbulo²⁰³ da Carta Constitucional do Brasil de 1988, observa-se, entre os valores, finalidades, intenções e motivações que inspiraram os Constituintes, a igualdade (e a justiça) como valores soberanos de uma sociedade pluralista e livre de preconceitos. Esse preâmbulo possui valor jurídico-constitucional indireto, ou seja, funciona como um vetor interpretativo das normas constitucionais, reforçando o sentido delas²⁰⁴. Logo de imediato, percebe-se, dentro das finalidades da Lei Maior vigente no Brasil, a proibição da discriminação por meio do sentido material de igualdade²⁰⁵, podendo ser notada a proibição da discriminação a partir da exposição de seus objetivos fundamentais.

Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (artigo 3º da Constituição)²⁰⁶, além da garantia do desenvolvimento da nação e da construção de uma sociedade caracterizada pelo viés da liberdade, da justiça e da solidariedade, confere-se a redução das desigualdades sociais e regionais bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

²⁰³ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.

²⁰⁴ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 107.

²⁰⁵ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001.

²⁰⁶ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Esses objetivos fundamentais²⁰⁷ surgem como uma inovação contemplada pelo processo de redemocratização do Brasil. Os objetivos fundamentais citados se conectam com a concepção do Estado Democrático de Direito, aludido pelo primeiro dispositivo da presente Carta Magna, o qual confere, como fundamento do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana²⁰⁸.

É possível perceber que a proibição da discriminação presente no artigo 3º, IV, da Constituição Federal de 1988 e o sentido de igualdade tratado pelo *caput* do artigo 5º da mesma constituição enunciam os sujeitos vinculados à não discriminação²⁰⁹. A discriminação em comento alcança as minorias, as quais possuem outro significado além do fator estatístico, podendo, em muitos casos, a quantidade numérica dos indivíduos considerados “minorias” ser superior a outro grupo da população.

As minorias podem ser qualificadas como grupos que sofreram ou sofrem algum tipo de desvantagem social, resultado de condutas de cunho discriminatório e preconceituoso. Entre os fatores que motivaram e culminaram nos processos históricos que acarretaram a limitação de seus direitos, ocasionando a sua vulnerabilidade social, estão presentes os fatores culturais, os de gênero, a sexualidade, o físico, a religião e a etnia. Nesses termos, a não discriminação tratada refere-se diretamente às Pessoas com Deficiência, uma vez que, até hoje, é possível vislumbrar o resultado da exclusão²¹⁰ gerada por um processo histórico²¹¹ cominado

²⁰⁷ De acordo com Paulo Bonavides: “Sendo a carta de 1988 uma carta de princípios- e princípios normativos- foi a primeira da era republicana que deu nesre País solidez ao regime constitucional, exorcizando ao longo de vinte anos o fantasma dos golpes de Estado, lembrança funesta do passado. Com isso, o rosto constitucional das instituições já aparece desde as esferas teóricas, conforme se patenteou, iluminado de humanismo, democracia, paz e liberdade. Configurou assim o mesmo anseio universal dos povos que se abraçam a uma crença orgânica de solidariedade por construir um mundo novo e superior, onde a lei do egoísmo fique para sempre revogada” (CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 65).

²⁰⁸ “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana [...]”.

²⁰⁹ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta: o que é e como superá-la?** 2017, p. 2.

²¹⁰ Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a exclusão pode ser considerada um “fenômeno cultural e social” (SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. Ed. Cortez. 2008, p. 280/281).

²¹¹ GODOI, Alcinda Maria Machado; GARRAFA, Volnei. **O princípio da não-discriminação e não-estigmatização em bioética**. Saude soc., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 157-166, mar. 2014, p. 190.

com condutas discriminatórias quanto às suas diversidades humanas, as quais devem ser reconhecidas²¹² e não discriminadas.

Importa aqui pontuar que a discriminação abrange quatro perspectivas, sendo elas: discriminação negativa, positiva, direta e indireta²¹³. A negativa, a qual é vedada constitucionalmente²¹⁴, é aquela que se origina de tratamentos diferenciados ilegítimos/ infundados²¹⁵, atingindo sujeitos e grupos vulneráveis²¹⁶, ao limitar diminuir, restringir, excluir, obstruir e ferir o gozo e o exercício de seus direitos e garantias fundamentais. Esse tipo de discriminação é avesso ao sentido de igualdade, seja ela formal ou material.

O ordenamento jurídico brasileiro não veda a discriminação positiva²¹⁷, uma vez que ela resulta na efetivação da igualdade. Assim, pode ser definida, grosso modo, como “desigualar para igualar”. A discriminação positiva, a fim de sedimentar a igualdade de oportunidades entre indivíduos, trata, de maneira diferenciada, grupos vulneráveis, os quais foram e/ou são vítimas de discriminação negativa. Esse tipo de discriminação será mais bem discutido no decorrer do capítulo.

Quanto à discriminação direta ou intencional²¹⁸, confere-se que ela estabelece o tratamento desigual, porém com intenções claras e objetivas de excluir e tratar de maneira desfavorável um indivíduo ou um grupo em razão de sua “diversidade”. Ela ocorre por meio da intenção explícita de um grupo dominante²¹⁹, o qual pode ser tanto o Estado quanto a sociedade, em inferiorizar e marginalizar determinados

²¹² GODOI, Alcinda Maria Machado; GARRAFA, Volnei, op. cit., p. 187.

²¹³ MAGNO, Octavio Bueno e MALLETT, Estêvão. **O direito do trabalho da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 165.

²¹⁴ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 231.

²¹⁵ “Discriminação é a conduta pela qual se nega à pessoa, em face de critério injustamente desqualificante, tratamento compatível com o padrão jurídico assentado para a situação concreta por ela vivenciada” (DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr. 2017, p. 773).

²¹⁶ Conforme Adilson José Moreira em entrevista: “Compreendemos a ideia de discriminação como todo tipo de tratamento, consciente ou inconsciente, intencional ou não intencional, que coloca determinados grupos em uma situação de desvantagem social” (TARDELLI, Breno (CARTA CAPITAL). **O racismo é vantajoso para o grupo social dominante, explica professor de Harvard** – Pragmatismo Político, 2017).

²¹⁷ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 140.

²¹⁸ ABREU, Célia Barbosa. Art. 4º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, capítulo 2, p. 46.

²¹⁹ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social - A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 20.

seguimentos da sociedade, tratando as suas diferenças como desvantagens, ocasionando, assim, um tratamento distinto e discriminatório. Esse tratamento desigual infundado é marcado pela intolerância à diversidade, resultando na desigualdade social e econômica desses grupos estigmatizados por múltiplos critérios, como: raça, religião, gênero, orientação sexual²²⁰, deficiência, entre outros.

Todavia, atualmente, é complicado comprovar a discriminação direta, uma vez que o preconceito se revela de maneira mais silenciosa e velada em relação a tempos atrás²²¹. Assim, apesar de não nos depararmos mais com leis frontalmente discriminatórias²²², as minorias sociais ainda são tratadas de maneira desigual e atingidas por condutas discriminatórias, porém, também, de forma indireta. Nesse cenário, a indireta distingue-se da discriminação direta, por meio da não intencionalidade de produzir efeitos discriminatórios a pessoas.

A discriminação indireta²²³ é resultante de alguns tipos de condutas, como leis, atos normativos, políticas públicas, práticas administrativas e empresariais²²⁴, as quais não possuem ou não aparentam ter o propósito de discriminar. É possível concluir que práticas aparentemente neutras não impedem a produção e a promoção da desigualdade; elas apenas mascaram o agente discriminatório, ou seja, o Poder público ou Entidades privadas²²⁵.

O autor Wallace Corbo²²⁶ exemplifica a discriminação indireta a partir de um ocorrido entre os próprios operadores do direito e uma mulher mulçumana. A referida mulher, a qual, por conta da sua religião, trajava um véu que cobria seu pescoço e parte da cabeça (*hijab*), obteve impedimentos para realizar a prova do Exame da

²²⁰ Confirmando esta perspectiva, é possível observar, de acordo com as autoras Teresa Pizarro Beleza e Helena Pereira de Melo, que os efeitos gerados pela discriminação a um indivíduo em razão de sua diversidade, podem ser agravados pela coexistência de outros fatores de discriminação neste mesmo indivíduo, como por exemplo: uma orientação sexual e uma etnia diversa do grupo dominante. (BELEZA, Teresa Pizarro; MELO, Helena Pereira. **Discriminação e contra-discriminação em razão da orientação sexual no direito português**. Revista do Ministério Público, vol. 123, p. 5-57, 2010, p. 56).

²²¹ Nesse sentido, podemos contextualizar, aqui, dois marcos infelizes da história mundial que foram resultados de discriminação direta, o Nazismo e o Apartheid.

²²² CORBO, Wallace. **Discriminação indireta**: o que é e como superá-la? 2017, p. 2.

²²³ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta**: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2017, p. 8.

²²⁴ GOMES, Joaquim B. Barbosa, op. cit., p. 23.

²²⁵ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta**: o que é e como superá-la? 2017, p. 4.

²²⁶ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta**: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2017, p. 95-97.

Ordem dos Advogados do Brasil, devido a um disposto do edital que vedava durante a realização do exame, o uso de gorros, bonés, chapéus ou adornos similares. A disposição contida no edital da prova objetiva a integridade/lisura do presente exame, porém acabou por prejudicar a candidata que só pôde trajar seu *hijab* novamente após um longo período de argumentação e debates com os fiscais do exame e não teve compensação pelo tempo de prova perdido. Convém mencionar que a candidata concordou em retirar seu *hijab* para ser fiscalizado, e, mesmo assim, os fiscais insistiram na retirada do adereço.

Nota-se que a discriminação indireta, diferentemente da direta, não busca atingir especificamente²²⁷ nenhum grupo ou indivíduos em detrimento de critérios já expostos, como raça, gênero, orientação sexual etc., mas acabam atingindo essas minorias, ainda que não tenham esse propósito²²⁸. Reitera-se aqui que tanto a discriminação direta quanto a indireta são vedadas constitucionalmente.

Com o intuito de sedimentar a aplicação do direito à igualdade, a Constituição Federal de 1988, em seu corpo normativo, contempla a igualdade como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito, assim como uma norma impositiva de tarefas para o Estado²²⁹. A igualdade no sentido formal²³⁰ pode ser observada na Lei Maior no *caput* do artigo 5º²³¹, o qual retrata que todos são iguais perante a lei, não podendo haver distinções de qualquer natureza.

²²⁷ GOMES, Joaquim B. Barbosa, op. cit., p. 24.

²²⁸ “A ação direta de inconstitucionalidade ADI. n 5.543/DF busca o reconhecimento da inconstitucionalidade da Portaria n. 158/2016 do Ministério da Saúde e da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 34/2014, da Anvisa, que proíbem a doação de sangue por homens que tiveram como parceiros sexuais outros homens pelo período de 12 (doze) meses. O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, relator do caso em questão, concluiu pela inconstitucionalidade dos atos normativos, a partir da constatação da existência de uma discriminação indireta. Para o Ministro, a discriminação indireta pode ser retratada como uma discriminação ‘que, desprovida dessa intencionalidade [discriminatória], produz impactos desproporcionais a determinadas pessoas ou grupos sociais’” (Jota Info. **Ação Direta de Inconstitucionalidade de 5.543 Distrito Federal – Voto**).

²²⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.1, p. 76.

²³⁰ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz, op. cit., p. 225.

²³¹ “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Diante do exposto, não é permitido nenhum tipo de tratamento diferenciado injustificado na aplicação da legislação ordinária pelo aplicador do Direito²³², ou seja, pela Administração e pelo Judiciário.

O autor Wallace Corbo²³³ sustenta que Constituição, ao inserir, em seu texto normativo, a proibição de toda forma de discriminação, estando ligada também ao princípio da dignidade da pessoa humana, comprova a convicção emancipatória (e resultante de uma real igualdade) da presente Carta Magna brasileira. Nessa linha de pensamento, pode ser entendido um sentido forte da igualdade perante a lei, ou seja, não está ligada apenas à proibição do tratamento jurídico diferenciado entre indivíduos, mas sim à atuação frente à inclusão no universo do Direito, de grupos e indivíduos historicamente e socialmente marginalizados, assim como suas questões, lutas e demandas. Dessa maneira, o princípio da não discriminação pode ser abarcado pela igualdade.

Entretanto, a igualdade retratada no texto constitucional não está refletida somente em seu sentido formal. Ela também pode ser vislumbrada a partir de um conjunto de dispositivos constitucionais com caráter impositivo para um tratamento igualitário, em que se verifica, ainda, a proibição de discriminação²³⁴; são as chamadas cláusulas especiais de igualdade²³⁵.

No plano constitucional brasileiro, existe a cláusula especial de igualdade, assim como a geral de igualdade²³⁶, a qual pode ser representada pelo *caput* do artigo

²³² CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. *Ibidem*.

²³³ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta**: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2017, p. 95-97.

²³⁴ A constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu, em seu corpo normativo, uma série de dispositivos que servem para promover o tratamento igualitário e vedar a discriminação. Podem ser exemplificados os seguintes dispositivos constitucionais: art. 5º, I (igualdade entre homens e mulheres); art. 7º, XXI (proibição de discriminação contra o trabalhador com deficiência quanto à questões salariais e critérios de admissão); art. 7º, XXX (vedação de diferença salarial, exercício de funções e critérios de admissão em razão da idade, estado civil, sexo ou cor); art. 196, *caput* (quanto aos bens e serviços em matéria de saúde, o acesso deverá ser igual e universal); art. 206, I (o acesso e a permanência na escola serão em iguais condições); art. 226, § 5 (direitos e deveres iguais entre os cônjuges) e art. 226, § 6 (vedação de discriminação em razão da filiação).

²³⁵ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, p. 77.

²³⁶ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3º ed., 14 tir., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 9.

5º do referido texto constitucional. A cláusula geral de igualdade transmite uma vedação a qualquer conduta normativa que vá em desconformidade com os critérios da isonomia.

De acordo com Ingo Wolfgang Sarlet²³⁷, ambas as cláusulas em tela devem ser diferenciadas em alguns quesitos. Por exemplo, as cláusulas especiais de igualdade são destinadas a sujeitos específicos e a certas circunstâncias, ou seja, a certos grupos de pessoas. Nesse sentido, elas remetem às proibições de determinadas discriminações negativas atribuídas a certas ocasiões ou grupos, assim como à imposição de medidas para a compensação de desigualdades fáticas, como a instituição de políticas de ações afirmativas.

O princípio da igualdade revela uma dupla vertente, caracterizada pelos sentidos negativo e positivo²³⁸. Observa-se que o sentido negativo²³⁹ do princípio da igualdade pode ser notado pela oposição e pela repressão de privilégios (circunstâncias não fundamentadas ou justificadas de vantagem), e pelas discriminações (circunstâncias também injustificadas que acarretam desvantagem). Conforme Jorge Miranda²⁴⁰, o sentido em questão não versa apenas sobre a proibição de discriminações, mas também acerca da proteção dos indivíduos contra situações de discriminações, as quais não precisam ser necessariamente diretas, podendo ser também indiretas²⁴¹.

Contudo, o sentido positivo do princípio da igualdade é mais complexo²⁴² do que o negativo, uma vez que, além de permitir o tratamento igual entre situações e circunstâncias iguais, ele impõe o tratamento desigual em situações, substancial e objetivamente, desiguais, e o tratamento proporcional entre as situações desiguais e

²³⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.1, p. 76/77.

²³⁸ MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge. **Constituição Portuguesa Anotada** - Volume I: Preâmbulo, princípios fundamentais, direitos e deveres fundamentais – Artigos 1º a 79º. 2º ed., Revista, Lisboa: Universidade Católica, 2017, p. 166.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ MIRANDA, Jorge, op. cit., loc. cit.

²⁴¹ MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge, op. cit., p. 166.

²⁴² MIRANDA, Jorge, op. cit., p. 301-303.

iguais. Ainda pode ser compreendido, diante do sentido positivo em questão, o tratamento de situações como elas deveriam existir e não apenas como existem, transformando a igualdade perante a lei em uma igualdade por meio da lei²⁴³.

Importa salientar que o direito à igualdade pode valer-se de duas dimensões, a objetiva e a subjetiva, as quais são determinadas como fundamentos. Verifica-se, a partir disso, que a dimensão objetiva do direito à igualdade como um dos direitos fundamentais é concebida por seu valor²⁴⁴ como um dos princípios estruturantes da ordem constitucional, contemplada pelo Estado Democrático e Social de Direito.

À luz da dimensão objetiva, são atribuídas, aos direitos fundamentais em si e não apenas ao direito a igualdade, a intervenção e a atuação em todo o ordenamento jurídico. Nessa concepção²⁴⁵, o direito de igualdade revela uma face coletiva, com o intuito de limitar e verificar o modo de cumprimento de ações do Estado²⁴⁶.

Assim sendo, o conjunto de valores que compõem o Estado Democrático e Social de Direito delimitam o exercício dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). A igualdade alcança, dessa forma, status de fundamento das atividades do Poder Público, comportando um dever estatal de salvaguardar os direitos fundamentais de ações de particulares ou do próprio Estado que obstem ou limitem sua eficácia.

À luz da dimensão objetiva, pode ser conferido o inciso XLI²⁴⁷ presente no artigo 5º do texto constitucional em questão. O dispositivo mencionado determina, por meio do plano constitucional positivo brasileiro, a punição de discriminações que impeçam o livre exercício dos direitos e das liberdades fundamentais. É sedimentado, constitucionalmente, o dever de agir²⁴⁸ do Estado Brasileiro, objetivando a criação de

²⁴³ MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge, op. cit., loc. cit.

²⁴⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.1, p. 78.

²⁴⁵ Ibidem, p. 79.

²⁴⁶ HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da Republica Federal da Alemanha**. Poto Alegre: Fabris, 1998, p. 241.

²⁴⁷ “XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

²⁴⁸ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz, op. cit., p. 228.

legislações infraconstitucionais que determinem sanções a fim de coibir práticas que excluam ou neguem o direito à igualdade de tratamentos ou de oportunidades a qualquer indivíduo. A discriminação que pode ser concebida pela exclusão, distinção ou preferência que resulta na limitação do gozo de direitos e liberdades fundamentais. Como desdobramento desse dispositivo, observa-se o inciso XLII²⁴⁹, o qual legitima a obrigação de uma punição em sede criminal da prática do racismo. O racismo, de acordo com a normativa constitucional, pode ser determinado como um crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão. A normativa em comento também submete ao legislador penal a criação de medidas para punir práticas de racismo (medidas antidiscriminatórias), como a Lei do Crime Racial, a qual dispõe os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor²⁵⁰.

Já a dimensão subjetiva contempla os aspectos positivo e negativo do direito à igualdade, justificando ações individuais ou coletivas de titulares de direito que busquem, junto ao Estado ou outro sujeito, a defesa ou a prestação desse Direito juridicamente protegido. O aspecto negativo confere uma ótica defensiva aos preceitos da igualdade, configurando, assim, a proibição de formas de tratamentos que ferem os ideais de igualdade²⁵¹. Assim, a fim de preservar sua situação e circunstância, o indivíduo (titular do direito) tem a prerrogativa de exigir uma abstenção de outro indivíduo particular ou do Poder Público, protegendo, desse modo, o direito fundamental a igualdade. Nota-se que pode ser uma relação trilateral, ou seja, entre o objeto de direito, o titular e o destinatário²⁵².

A perspectiva positiva atribui um caráter prestacional ao direito de igualdade, resultando em direitos que decorrem de prestações pelo Poder Público. Assim, a

²⁴⁹ “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

²⁵⁰ BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

²⁵¹ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como Direito Fundamental na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das Pessoas com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1., p. 79.

²⁵² CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz, op. cit., p. 544.

presente perspectiva justifica uma obrigação do Estado ou de entidades privadas²⁵³ que estejam vinculadas ao direito (e ao princípio) fundamental de igualdade de promover, de forma igualitária, a obtenção de serviços, subvenções e bens, ou seja, prestações.

É também abarcado, pelo status positivo em tela, o dever do Estado de viabilizar medidas (como políticas de ações afirmativas) que possam compensar, cessar ou obstar as desigualdades de fato²⁵⁴. A partir da dimensão positiva que confere o dever de agir do Estado tanto na esfera de fato quanto na esfera normativa, vislumbra-se uma imposição de igualdade de oportunidades pelo Direito Constitucional²⁵⁵.

Não está abarcado, pela perspectiva constitucional, nenhum tipo de discriminação que tenha por resultado a limitação ou a obstrução dos direitos e das garantias fundamentais do indivíduo. A discriminação em questão é incompatível com a igualdade, um dos princípios-base do ordenamento jurídico brasileiro. Logo, a discriminação deve ser combatida²⁵⁶ de acordo com a normativa constitucional, por dois métodos, o da repressão, como é o caso do artigo 5º, XLI, que confirma o dever da lei de punir atos discriminatórios que atentem os direitos e as garantias fundamentais, e o da implementação de ações afirmativas, tema que será tratado mais adiante, sob a ótica de que a igualdade não pode ser aferida apenas pela vedação da exclusão no conjunto normativo brasileiro²⁵⁷.

Nesse momento, importa (re)afirmar o papel constitucional²⁵⁸ como um instrumento de repulsa a qualquer ato discriminatório de cunho negativo, seja ele

²⁵³ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como Direito Fundamental na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das Pessoas com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1., p. 79.

²⁵⁴ Ibidem, p. 78-80.

²⁵⁵ CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa anotada**, vol. I, 4ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 342.

²⁵⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz, op. cit., p. 228. p. 417.

²⁵⁷ SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais**. Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2006, p. 16.

²⁵⁸ ABREU, Célia Barbosa. Art. 4º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, capítulo 2, p. 44/45.

voluntário ou involuntário. Assim, pode ser vinculada, ao texto normativo constitucional, com base na cláusula geral de igualdade, a atuação do Estado, que, por meio da edição de normas com natureza trabalhista, civil, administrativa ou até mesmo penal, obsta, impede e reprime atos discriminatórios²⁵⁹.

3.3 A vedação constitucional da discriminação negativa da Pessoa com Deficiência

Como já salientado anteriormente, é certo que a normativa constitucional brasileira veda, terminantemente, qualquer tipo de discriminação negativa, fundamentando essa vedação a partir do sentido de igualdade trazido pelo *caput* do artigo 5º e do artigo 3º, IV, da Constituição Federal de 1988, resultando, dessa maneira, na proibição de qualquer ato que possa causar privilégios ou prejuízos aos direitos e garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência. Nessa perspectiva, pode ser enquadrada a incidência do princípio da não discriminação à luz das Pessoas com Deficiência²⁶⁰.

Ademais, pode ser lembrado o papel de Emenda Constitucional (no Direito positivo brasileiro) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estudada aqui, abarcando uma nova perspectiva de proibição de discriminação em relação às Pessoas com Deficiência²⁶¹. Pode ser conferido, no texto normativo do presente tratado de direitos humanos, que todas as formas de discriminação que resultem na exclusão, limitação ou distinção entre os direitos das Pessoas com Deficiência e as demais, assim como a recusa de adaptação razoável (modificações que permitem que essas pessoas exerçam seus direitos fundamentais em igualdade de oportunidade com as demais), pode ser considerada discriminação por motivos de deficiência²⁶².

²⁵⁹ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 417.

²⁶⁰ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 222.

²⁶¹ “A promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência pode ser considerada como um marco normativo acerca do conceito de discriminação indireta no Brasil” (CORBO, Wallace. **Discriminação indireta: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2017, p. 178).

²⁶² “Artigo 2: [...] Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o

Com o advento da Convenção no Direito positivo brasileiro, houve também o advento da efetivação da vedação à discriminação por motivos de deficiência, graças à implantação do modelo social²⁶³ de deficiência trazido pelo respectivo tratado. A proibição da discriminação conforme tratado pela Convenção refere-se tanto quanto à discriminação direta quanto a indireta. Nesse caso, além da recusa expressa do exercício e do gozo dos direitos e garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência, a Convenção contempla que a negação da implementação e da promoção de instrumentos que diminuam ou cessem as barreiras que limitem a inclusão da Pessoa com Deficiência na sociedade (desde que não acarretem ônus indevido ou desproporcional) podem também ser consideradas discriminação (indireta)²⁶⁴.

Uma nova perspectiva de proteção constitucional contra a discriminação negativa das Pessoas com Deficiência sob a ótica da igualdade é vista, abrangida pela incorporação da Convenção sobre os direitos dessas pessoas no bloco de constitucionalidade brasileiro. São proibidas, dessa maneira, tanto as práticas e condutas discriminatórias com o propósito de excluir e limitar indivíduos com deficiência quanto práticas e condutas que, por mais que não tenham essa intenção, acabam por gerar efeitos nocivos ao exercício dos direitos e garantias das Pessoas com Deficiência, como a negação da adaptação razoável. Levando em consideração que a adaptação razoável²⁶⁵ é um instrumento que possibilita a emancipação e a autonomia da Pessoa com Deficiência em suas atividades cotidianas (de acordo com a sua particular condição funcional), importa frisar que essa recusa deve também ser considerada como discriminação, como visto.

desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável”.

BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3ª edição, revisada e atualizada.** Brasília, 2014.

²⁶³ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 65.

²⁶⁴ CORBO, Wallace. **Discriminação indireta:** conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2017, p. 179/180.

²⁶⁵ GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e acessibilidade no diálogo social, na negociação coletiva e convenções coletivas de trabalho. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Tendências em Direitos Fundamentais.** Possibilidades de atuação do Ministério Público. Revista da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP. Volume 2, Brasília: CNMP, 2017, p. 176.

Em concordância com a normativa constitucional²⁶⁶ na Constituição que abarca o princípio da dignidade humana²⁶⁷, com a proibição expressa de discriminação pelo artigo 3º, IV, e com a consagração da igualdade nos termos do *caput* do artigo 5º e do inciso I do mesmo dispositivo, é confirmada pela primeira vez em uma Constituição brasileira, a vedação expressa à exclusão e à discriminação da pessoa com deficiência. O artigo 7º, XXXI²⁶⁸ dispõe que o trabalhador com deficiência não pode ser alvo de nenhum tipo de discriminação quanto às questões salariais e aos critérios de admissão pelo empregador, sendo considerado uma cláusula especial proibitiva de discriminação.

Logo, a partir do entendimento de que a vinculação do legislador e dos órgãos estatais é mais intensa nas proibições especiais de discriminação do que no direito geral de igualdade²⁶⁹, nota-se a necessidade de uma atuação do legislador infraconstitucional para efetivá-la.

É certo que o dispositivo em destaque se refere à proteção de qualquer ato discriminatório, seja ele direto ou indireto²⁷⁰, contra as pessoas com (qualquer tipo de) deficiência, inclusive no mercado de trabalho. É essencial que a execução do contrato de trabalho fundamente-se na igualdade de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência.

Assim, objetivando assegurar à Pessoa com Deficiência sua autonomia e liberdade, e conferindo seus direitos e garantias fundamentais, o conteúdo do presente artigo constitucional busca a obstrução de qualquer discriminação contra a equidade salarial entre uma Pessoa com Deficiência que exerça a mesma função, no mesmo estabelecimento e que tenha o mesmo empregador que outra pessoa sem deficiência.

²⁶⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como Direito Fundamental na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das Pessoas com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1, p. 90/91.

²⁶⁷ Art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988.

²⁶⁸ “XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

²⁶⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como Direito Fundamental na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das Pessoas com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores), op. cit., p. 81-83.

²⁷⁰ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz, op. cit., p. 681.

Proíbe-se, desse modo, que a deficiência seja causa de desequiparação salarial²⁷¹, ressaltando-se, mais uma vez, a necessidade da consolidação da mudança de paradigmas sobre a deficiência trazida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual dispõe que a deficiência não pode ser considerada um fator que gera impedimentos à autonomia da pessoa, e sim uma diversidade a ser enfrentada pela pessoa com apoio da sociedade e do Estado. De acordo com a ótica constitucional, a deficiência também não pode ser considerada um impedimento de contratação do empregado pelo empregador, como por meio da recusa em promover os ajustes devidos para a concretização da adaptação razoável²⁷² do local de trabalho do empregado com deficiência.

Contudo, não são consideradas discriminação as distinções que se justificam apenas em critérios relativos ao exercício do emprego ou do cargo, como exigências de qualificações específicas²⁷³. Logo, as exigências estabelecidas para a prática de determinado emprego, que resultem em exclusão ou preferência, não confirmam discriminação por parte do empregador, desde que sejam exigidas para as todas as pessoas, com ou sem deficiência. Reitera-se a perspectiva constitucional de estabelecer às Pessoas com Deficiência uma igualdade de condições com as demais, não podendo ser discriminadas e, conseqüentemente, nem ter as suas garantias e seus direitos fundamentais restringidos ou obstruídos por motivos de deficiência.

Ao proibir a discriminação baseada na deficiência, a carta constitucional reitera a sua posição contrária a qualquer ato que viole o respeito pelos princípios constitucionais²⁷⁴, como a igualdade (material e formal), assim como os princípios propostos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Buscando a superação da discriminação das Pessoas com Deficiência, a normativa constitucional trazida não proíbe a discriminação positiva das dessas pessoas, como, por exemplo, o regime de cotas para trabalhadores com deficiência

²⁷¹ Ibidem., p. 682.

²⁷² Idem.

²⁷³ BRASIL. **Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968**. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão.

²⁷⁴ ROTHENBURG, Walter Claudius, op. cit., p. 81/82.

instituído a partir de ações afirmativas. O direito à igualdade e à não discriminação das Pessoas com Deficiência vincula também particulares, além do Poder Público²⁷⁵.

É de suma importância a vedação de condutas discriminatórias pelo conjunto normativo brasileiro para ajudar na construção e na solidificação da igualdade de oportunidades²⁷⁶ entre pessoas com e sem deficiência, porém tão somente a proibição ou a repressão²⁷⁷ não é suficiente para a efetivação²⁷⁸. Torna-se necessário, além da proibição da discriminação em razão da deficiência, que exista a promoção de seus direitos e garantias fundamentais na forma de medidas que, além de compensar as desigualdades²⁷⁹ e desvantagens geradas pela discriminação, possam promover e respeitar a diversidade atingindo assim a igualdade de oportunidades.

3.4. A verificação da discriminação positiva (ações afirmativas) em prol das Pessoas com Deficiência

Nos moldes da evolução do princípio/direito à igualdade, pode ser fundamentado o direito à igualdade das Pessoas com Deficiência em três momentos²⁸⁰. O primeiro deles é por meio da igualdade formal, ou seja, “a igualdade perante a lei”, o segundo momento pode ser conferido a partir da proibição de condutas discriminatórias. Já o terceiro momento se destaca com a “igualdade da própria lei/igualdade na lei”, observando os objetivos e delimitações estipulados pela

²⁷⁵ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 69.

²⁷⁶ “[...] ‘igualdade de oportunidades’, noção justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou de pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social”.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 131.

²⁷⁷ ABREU, Célia Barbosa. Art. 4º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, capítulo 2, p. 46.

²⁷⁸ HERINGER, Rosana. **Desigualdades Raciais, Políticas Anti-Discriminatórias e Ação Afirmativa no Brasil**. GT Relações Raciais e Etnicidade. 1ª Sessão: Ação Afirmativa e outras soluções possíveis. XXIII Encontro Anual da ANPOCS – 1999, p. 7.

²⁷⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Aspectos jurídicos das ações afirmativas**. TST. Brasília p. 72-79, v. 69, n. 02, jul/dez 2003, p. 76.

²⁸⁰ ABREU, Célia Barbosa. Art. 4º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, capítulo 2, p. 51.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e do Estatuto da Pessoa com Deficiência²⁸¹.

Assim, além da igualdade formal, deve ser buscada a igualdade material das minorias para que seja aferida a igualdade de oportunidades e compensadas determinadas desvantagens geradas pelo desrespeito às minorias e a dignidade humana²⁸². Logo, pode ser conferida, como uma alternativa para a efetivação da inclusão no Brasil, a adoção de medidas que compensem e reafirmem os direitos das Pessoas com Deficiência. É possível citar, aqui, o pensamento de Boaventura de Souza Santos²⁸³, o qual afirma que “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem. Lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”, conferindo nestes termos, o caráter bidimensional²⁸⁴ da justiça, nos moldes de que a efetivação da igualdade poderá ser constituída apenas com o reconhecimento e a redistribuição. O direito à igualdade transcende para o direito à diversidade e ao respeito pelo diferente, destacando a importância de velar por esse direito, uma vez que ele está intimamente ligado à inclusão social de grupos vulneráveis, abolindo a discriminação e seus efeitos.

Como mencionado, o combate à discriminação pode ser relacionado ao modelo repressor (medidas anti-discriminatórias) e às ações afirmativas; um modelo não exclui o outro, ambos possuem o propósito de afastar a discriminação²⁸⁵. Desse modo, verifica-se a relevância de evidenciar essas ações afirmativas no presente trabalho.

²⁸¹ Ibidem, p. 136/137.

²⁸² MENDES, Gilmar Ferreira; MORAIS, Carlos Blanco; CAMPOS, Cesar Cunha (org.). **Reforma do Estado Social no Contexto da Globalização**. VI Fórum Jurídico de Lisboa, 3-5/04/2018, p. 197.

²⁸³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.

²⁸⁴ Nesse contexto, o autor salienta que: “*temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades*” SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, p. 56.

²⁸⁵ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 417.

Denominadas como *affirmative action* no Direito norte-americano e discriminação positiva no Direito europeu²⁸⁶, as ações afirmativas conferem a grupos que foram ou têm sido alvo de discriminação (que resulte na exclusão e privação de direitos), determinadas ações que introduzam igualdade de oportunidades entre indivíduos. Nesses termos, as ações afirmativas buscam anular os efeitos da desigualdade trazida pela sociedade ou pelo próprio Estado.

Considerando que ações afirmativas podem ser descritas como²⁸⁷ políticas públicas ou privadas direcionadas à estabilização da igualdade material, assim como à neutralização dos efeitos de discriminações por raça, origem, idade, gênero, nacionalidade e compleição física, a igualdade direciona-se como um dever e objetivo constitucional do Estado e da sociedade. Retomando os objetivos fundamentais da República²⁸⁸, entre os quais estão inseridas as finalidades de garantir o desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade justa, solidária e livre, a redução das desigualdades sociais/regionais e a erradicação da pobreza e marginalização, situa-se, aqui²⁸⁹, a necessidade da adoção de ações afirmativas em prol de grupos vulneráveis que tiveram ou ainda possuem seus direitos limitados.

O ordenamento jurídico brasileiro, iluminado pelo princípio constitucional da igualdade material, reconhece²⁹⁰ as discriminações (negativas) que historicamente²⁹¹ excluíram as Pessoas com Deficiência ou outras minorias. Tendo em vista tal reconhecimento, surge o dever de compensá-las, por meio de medidas ou políticas sociais, as quais englobam um tratamento distinto a partir da efetivação da igualdade material.

²⁸⁶ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p.

²⁸⁷ RENAULT, 1997, p. 425 apud GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 132).

²⁸⁸ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

²⁸⁹ ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 131:283-295, jul./set. 1996.

²⁹⁰ RAMOS, Hamilton Vieira. Diferenças sociais e ações afirmativas -- A luta pela igualdade. Brasília a. 44, nº 173, jan./mar. 2007, p. 123.

²⁹¹ ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, op. cit., p. 286, 293.

O tratamento desigual abarcado pelas ações afirmativas deve ser justificado nos moldes da proporcionalidade²⁹² e da razoabilidade. Uma vez que há uma intervenção no direito fundamental à igualdade, indaga-se se essa intervenção é constitucionalmente justificável²⁹³. Logo, para que a referida desigualação seja constitucionalmente legitimada, é preciso que haja a justificação, para que ela não seja arbitrária. A justificação conterà fundamentos razoáveis (razoabilidade), assim como deverá servir para equilibrar/reparar situações que acarretem a desigualdade (proporcionalidade)²⁹⁴.

Quanto aos critérios para a averiguação do tratamento desigual, é relevante notar o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello²⁹⁵: para verificar se uma norma se relaciona com a igualdade, é preciso considerar se o tratamento desigual destinado a determinados indivíduos é “justificável”, havendo uma correlação lógica abrangida pelo “fator discriminen”. Segundo a Ministra, Carmem Lúcia²⁹⁶ do STF, esse tratamento distinto, ou seja, a discriminação positiva, é a materialização jurídica para efetivar a igualdade.

Nesse sentido, ao evidenciar que as Pessoas com Deficiência estão no rol das minorias e que podem ser consideradas vulneráveis, elas podem ser consideradas destinatárias da discriminação positiva²⁹⁷. Ademais, importa pontuar que a pobreza e

²⁹² CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 231-235.

²⁹³ SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos Fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 119.

²⁹⁴ FALCÃO, Joaquim de Arruda. Direito da Mulher: igualdade formal e igualdade material. In: AMARAL Jr., Alberto et alii (orgs.). O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. São Paulo: Edusp, 1999, p. 302-310 Apud GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 146.

²⁹⁵ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Princípio da isonomia: dequiparações proibidas, desequiparações permitidas. In: **Revista trimestral de Direito Público**, nr. 01, 1.993, p. 156-158.

²⁹⁶ Importa, aqui, frisar o posicionamento da Ministra acerca do tratamento desigual que caracteriza as ações afirmativas: “a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias” (ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 131:283-295, jul./set. 1996, p. 286).

²⁹⁷ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 144.

a deficiência estão interligadas. De acordo com dados fornecidos pelo Banco Mundial²⁹⁸, é possível inferir que as Pessoas com Deficiência estão mais predispostas à pobreza. Considerando que tanto a pobreza quanto a deficiência são elementos que podem causar discriminação (no caso, negativa), expõe-se que as Pessoas com Deficiência são suscetíveis à exclusão e à marginalização. Retomando ideias já vistas anteriormente, a única discriminação permitida no ordenamento jurídico brasileiro é a positiva, sendo importante notar que essas discriminações não acarretam nenhuma outra, ou seja, elas não geram mais discriminações/exclusões sociais²⁹⁹.

Deve ser enfatizada a indispensabilidade da adoção de ações afirmativas em prol das Pessoas com Deficiência ao reiterar a posição de que as ações afirmativas detêm o papel de compensar e reajustar situações causadas por um histórico discriminatório. Essas ações consistem, assim, em medidas e políticas de cunho compensatório destinadas a sujeitos e grupos que foram alvo desse passado discriminatório, como as Pessoas com Deficiência. Ainda, as ações afirmativas objetivam a efetivação da democracia³⁰⁰ e a promoção da pluralidade social e diversidade.

Sob o ponto de vista de que a igualdade, enquanto valor supremo do Estado Democrático de Direito, respalda-se também no respeito à diversidade, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu corpo normativo, alguns dispositivos que viabilizam a discriminação positiva das Pessoas com Deficiência. Entretanto, retomando o posicionamento de que a Constituição Federal de 1988 considerou o modelo médico de deficiência, é possível perceber que nem todos os dispositivos destinados exclusivamente às Pessoas com Deficiência viabilizam a sua efetiva inclusão social, mas sim a sua integração.

²⁹⁸ MITRA, Sophie; POSARAC, Aleksandra; VICK, Brandon. **Disability and poverty in developing countries: a snapshot from the world health survey (English)**. Social Protection discussion paper no. SP 1109. Washington, DC: World Bank, 2011, p. 60. World Bank. **World report on disability: Main report (English)**. Washington, DC: World Bank, 2011.

²⁹⁹ RAMOS, Hamilton Vieira. Diferenças sociais e ações afirmativas – A luta pela igualdade. Brasília a. 44, n° 173, jan./mar. 2007, p. 128.

³⁰⁰ PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, abr. 2005, p. 38.

SANTOS, Augusto Sales dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Logo, podem ser verificadas, em determinados dispositivos constitucionais voltados às Pessoas com Deficiência, medidas que buscam corrigir o passado discriminatório, como o já visto artigo 7º, XXXI³⁰¹. Nesse mesmo contexto, podem ser frisados os artigos 23 e 24³⁰², destacando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem a prerrogativa de proteger os cidadãos “portadores de algum tipo de deficiência”, devendo, ainda, cuidar de sua saúde, assistindo-os e integrando-os socialmente, além de promover meios de acesso à cultura.

Outra forma de conceber a discriminação positiva em razão da deficiência é a partir da política de cotas, de acordo com o exposto no artigo 37, VIII³⁰³, o qual determina um percentual de cargos reservados às Pessoas com Deficiência e critérios para a sua admissão. Existem divergências de opiniões quanto ao assentamento dessa medida, visto que, além de uma medida compensatória com a finalidade de materializar uma igualdade de condições e oportunidades, há também o posicionamento de que as cotas não são medidas efetivas para a proteção dos direitos das Pessoas com Deficiência, condicionando-as a uma série de estereótipos, causando ainda mais a sua exclusão social, assim como não resolvem impasses relativos à acessibilidade³⁰⁴.

É verdade que a política de cotas alude também à perspectiva assistencialista, porém, é fato que a reserva de vagas pode ser considerada como ação afirmativa, promovendo assim valores constitucionais³⁰⁵, servindo como auxiliar para colocar em patamar similar de condições as pessoas com e sem deficiência (as quais foram beneficiadas por muito tempo em razão da exclusão de grupos minoritários)³⁰⁶, bem como a introdução de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tanto no

³⁰¹ “XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

³⁰² Art. 23, *caput*: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:”;

Art. 24, *caput*: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:”.

³⁰³ “VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”.

³⁰⁴ ABDALLA, Sharon (GAZETA DO POVO). **Cotas para pessoas com deficiência é medida paliativa, afirmam especialistas**. 2017.

³⁰⁵ RMS 26.071/DF, Rel. Min. Carlos Britto. Órgão Julgador: Primeira Turma; Ementário v. 02305-02 p. 314.

³⁰⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 916/917.

serviço público e quanto na iniciativa privada³⁰⁷. Nestes termos, nota-se que o dispositivo em questão desiguala positivamente às Pessoas com Deficiência, nos moldes da concepção dinâmica e positiva do constitucionalismo contemporâneo³⁰⁸. E levando em consideração a situação de desvantagem que assombrou e infelizmente ainda assombra as pessoas com deficiência³⁰⁹, o dispositivo, portanto não pode ser considerado meramente assistencialista, uma vez que este viabiliza a participação das Pessoas com Deficiência no progresso social, a partir de uma igual condições de oportunidades, e não apenas no seu favorecimento.

Os critérios e os requisitos para a concessão de aposentadoria das Pessoas com Deficiência são distintos em relação às demais, contando com requisitos próprios, elencados pelos artigos 40, §4, I, e 201, I, da Carta Magna³¹⁰. Já citado no capítulo anterior, o artigo 203, IV, confere o direito à assistência social, a fim de garantir à Pessoa com Deficiência a habilitação, a reabilitação e a promoção da sua integração social. Também aludindo a necessidade da integração social e somando com o reconhecimento da existência de uma interligação entre deficiência e pobreza, o artigo 203, V, confere o direito a um salário mínimo mensal à família ou à própria Pessoa com Deficiência que comprovar não possuir recursos para sua manutenção. Apesar da ótica assistencialista, os dispositivos em questão tratam de um direito fundamental, uma vez que o direito assistencial pode ser considerado como um direito fundamental. Desse modo³¹¹, o direito assistencial como um direito fundamental pauta-se em razão de sua vinculação com a mínimo existencial (que por sua vez relaciona-se com o

³⁰⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; MORAIS, Carlos Blanco; CAMPOS, Cesar Cunha (org.). **Reforma do Estado Social no Contexto da Globalização**. VI Fórum Jurídico de Lisboa, 3-5/04/2018, p. 204.

³⁰⁸ ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, op. cit., p. 292.

³⁰⁹ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001, p. 143 e 144

³¹⁰ “§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: I - portadores de deficiência [...]”.

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada [...]”.

³¹¹ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018, p. 2036-2039.

direito à liberdade), e de poder ser concebido como um direito em prol de uma minoria, determinados a partir de ações afirmativas³¹².

Outro dispositivo destinado às Pessoas com Deficiência é relacionado com a educação. Logo, de modo a conduzir seu acesso para as Pessoas com Deficiência, a Constituição traduz, em seu artigo 208, III³¹³, o dever do Estado de garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Além disso, compete também ao Estado garantir a acessibilidade de todos em todos os níveis de ensino.

Também sob o viés das ações afirmativas, convém serem mencionados os dispositivos constitucionais que têm a finalidade de sedimentar e viabilizar a acessibilidade das Pessoas com Deficiência. Estipulados nos artigos 227, §2³¹⁴, e 244³¹⁵ da Carta Magna, ambos destacam que deverá ser instituída a acessibilidade, por meio de legislação infraconstitucional, ou seja, uma normatização que instrumentalize o devido acesso das Pessoas com Deficiência a logradouros, edifícios e veículos de transporte públicos.

Além disso, destaca-se que o espaço do texto constitucional que discorre acerca da família, da criança, do adolescente e do idoso também se refere à Pessoa com Deficiência como destinatária de especial proteção. À luz do artigo 227, §1, II, inclui-se o dever estatal de promover programas de assistência integral, criando programas que previnem e atendem, de forma especializada, quem tenha alguma deficiência, seja ela física, sensorial ou mental. O dispositivo também salienta a necessidade de garantir a esses indivíduos os meios necessários para integrá-los na sociedade, com a eliminação e a vedação de formas de discriminação e barreiras arquitetônicas.

A discriminação positiva destinada às Pessoas com Deficiência instituída constitucionalmente pode ser conferida como um progresso para a efetivação dos direitos e das garantias fundamentais delas. Desse modo, pode ser observado que o

³¹² Hamilton Vieira, op. cit., p. 128/129.

³¹³ “Art. 208, III CF

³¹⁴ “Art. 227, § 2º”. CF

³¹⁵ “Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º”.

modelo médico de deficiência adotado pela Constituição Federal de 1988 impactou a construção de ações afirmativas, assimilando a ótica assistencialista que norteou as medidas destinadas às Pessoas com Deficiência anteriores à incorporação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Emenda Constitucional. Com o advento da referida Convenção no ordenamento jurídico brasileiro, a qual transcendeu o modelo médico para o modelo social de deficiência, como visto, percebe-se a importância da construção de medidas/políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência que não se limitem ao assistencialismo e ao protecionismo, mas que sejam somadas e aliadas com o viés capacitatório.

Nesse sentido, é possível compreender que, apesar da necessidade da superação das ações afirmativas unicamente versadas sob a ótica assistencialista, é fato que as ações afirmativas/discriminação positiva em prol das Pessoas com Deficiência estão previstas pelo constituinte. Assim, essas ações podem ser consideradas mecanismos que auxiliam na abolição de discriminação, no advento da igualdade material e ainda na compensação das desvantagens trazidas por um processo histórico marcado pela marginalização social das Pessoas com Deficiência. O tratamento desigual, é, portanto, verificado constitucionalmente diante de ações afirmativas que possuem a finalidade de desigualar os desigualados socialmente, e, assim, igualá-los aos demais indivíduos que não sofreram com essa relação sociocultural equivocada e injustificada³¹⁶.

3.5. A Lei Brasileira de Inclusão à luz da igualdade e da não discriminação da Pessoa com Deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi introduzida como um marco normativo dos direitos das Pessoas com Deficiência. Ela engloba em seu texto uma reunião de múltiplos direitos. A partir deste caráter multidisciplinar de direitos relativos às Pessoas com Deficiência, observa-se a (re)interação do direito à igualdade (formal e material), e da proibição da discriminação. Logo no início do texto

³¹⁶ ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, op. cit., p. 291.

da referida lei, é instituído uma parte que sistematiza a igualdade e a não discriminação da pessoa com deficiência.

Considerando que a Lei acima dispõe dos mesmos critérios relacionados à caracterização de deficiência adotados pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é introduzida, pelo Estado brasileiro, a necessidade de assegurar às Pessoas com Deficiência direitos que as capacitem e instaurem as suas igualdades de oportunidades às demais pessoas, bem como a proibição de todas as formas de discriminação.

Seguindo esta linha de raciocínio, o texto normativo da Lei Brasileira de Inclusão confere, em seu artigo 4º³¹⁷, a igualdade de oportunidades e a proibição de discriminação da Pessoa com Deficiência. Nesse mesmo dispositivo, é delineada a conceitualização de discriminação em razão da deficiência, ocorrendo por meio de exclusões, distinções ou restrições e ações ou omissões que resultem no impedimento ou na limitação do reconhecimento ou do exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais da Pessoa com Deficiência.

Ainda é determinada, como discriminação em razão da deficiência, a recusa de adaptações razoáveis ou tecnologias assistivas. Relaciona-se, aqui, o modelo social de deficiência e a importância da instituição da acessibilidade para a efetivação da igualdade de oportunidades e da não discriminação. Haja vista que a exclusão econômica e social da Pessoa com Deficiência não advém da sua limitação funcional³¹⁸, mas sim das barreiras existentes no ambiente (erguidas pela sociedade), ou seja, pela inacessibilidade que acaba limitando ou impedindo as suas garantias e os seus direitos fundamentais, a acessibilidade detém papel essencial para materializar o direito à igualdade e não discriminação³¹⁹. Portanto, importa salientar que a acessibilidade viabiliza a eliminação das desvantagens das Pessoas com

³¹⁷ “Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

³¹⁸ FELDNER, Maria Tereza; colaboradores. **Guia Prático dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. A Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 em perguntas e respostas. FEAPAES – MG. APAE. Belo Horizonte, 2016, p. 22.

³¹⁹ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, capítulo II, p. 74-77.

Deficiência³²⁰, tendo em vista que os demais direitos (educação, saúde, trabalho etc.) dependem da sua instituição para poderem ser de fato efetivados.

A acessibilidade possui caráter amplo³²¹, uma vez que pode ser considerada tanto um direito próprio quanto um direito instrumental aos outros direitos³²², atuando, assim, como supressor de barreiras estruturais, bem como fomentador de outros mecanismos que possibilitem a igualdade de condições entre pessoas com e sem deficiência. Assim, pode ser justificada a escolha do legislador ao considerar como discriminação em razão da deficiência a negação à adaptação razoável e o fornecimento de tecnologias assistivas (ambos instrumentos do direito à acessibilidade), observando-se que a igualdade e a não discriminação dialogam diretamente com o fornecimento da acessibilidade à Pessoa com Deficiência, instaurando a sua igualdade material, além da formal.

A lei também não obriga à Pessoa com Deficiência o gozo de benefícios resultantes de ação afirmativa, instituindo e objetivando a sua liberdade de escolhas, assim como a sua emancipação. Nota-se que a proibição da discriminação estabelecida pela normativa em comento pode ser definida por sua forma negativa, ocorrendo de forma direta ou indireta, ou seja, discriminações que se manifestam de maneira voluntária ou involuntária. Assim, o legislador veta qualquer ato que origine efeitos discriminatórios às Pessoas com Deficiência, podendo ou não ter a intencionalidade de discriminar.

É também estabelecida a proteção da Pessoa com Deficiência de qualquer ato ou forma de discriminação, negligência, crueldade, opressão, negligência, tortura, entre outras formas de violência contra seus direitos e liberdades fundamentais. Serão protegidos, principalmente, os indivíduos vulneráveis, como o idoso, a criança, a

³²⁰ BARCELLOS, Ana Paula; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, cap. 2, p. 177.

³²¹ Como é visto na LBI, artigos 53 a 78.

³²² “A acessibilidade é uma pré-condição ao exercício dos demais direitos por parte das pessoas com deficiência. Sem ela não há acesso possível às pessoas com deficiência” (BARCELLOS, Ana Paula; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, cap. 2, p. 176/177.

mulher ou o adolescente com deficiência³²³. Assim como o Estado, a família e a sociedade³²⁴ também detém um papel importante na luta pela efetivação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência. A legislação determina, nesse sentido, que a comunicação de qualquer ameaça ou violação aos direitos das Pessoas com Deficiência é dever de todos³²⁵. Observa-se, ainda, que juízes e tribunais, no exercício de suas funções, caso tomem conhecimento de qualquer circunstância que interfira nos direitos instituídos no texto normativo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa, deverão remeter peças ao Ministério Público, para que, então, sejam tomadas as providências necessárias³²⁶.

Ainda com a mesma perspectiva do disposto anterior, essa Lei acaba remetendo não só ao Estado, mas também à família e à sociedade, o dever de garantir e assegurar à Pessoa com Deficiência, com prioridade, o cumprimento de seus direitos³²⁷. Devem, portanto, serem asseguradas a eficácia e a concretização de diversos direitos humanos fundamentais³²⁸ inerentes a essas Pessoas com Deficiência, os quais estão discurridos no texto constitucional, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, bem como em outras normativas que objetivem a sua igualdade social e econômica.

Pode ser averiguada a necessidade de ação do Poder Público, por meio de medidas que garantam o bem-estar social das Pessoas com Deficiência. Quando a Lei Brasileira de Inclusão determina a atuação mútua entre sociedade, família e Estado para

³²³ “Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante”.

³²⁴ ABREU, Célia Barbosa. Art. 7º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, p. 71/72.

³²⁵ Maria Tereza; colaboradores, op. cit., p. 36-37.

³²⁶ “Art. 7º [...] Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizam as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis”.

³²⁷ “Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

³²⁸ ABREU, Célia Barbosa. Art. 7º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores), op. cit., p. 74.

garantir a efetivação dos direitos desses indivíduos, é possível notar o cumprimento da normativa constitucional que anuncia a construção de uma sociedade justa, livre e solidária como um dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro (princípio da solidariedade social), datado pelo já mencionado artigo 3º da Constituição Federal de 1988³²⁹.

Ademais, destaca-se a busca da Lei Brasileira de Inclusão pela efetivação da igualdade material das Pessoas com Deficiência, ao mencionar que os direitos inerentes a elas deverão ser assegurados “como prioridade” por todos³³⁰. Além disso, é possível observar, novamente, o artigo 9 da referida legislação, como visto neste trabalho, que assume o direito das Pessoas com Deficiência a receber atendimento prioritário. O dispositivo, de acordo com a autora Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira³³¹, detém a função de conceber mecanismos materiais e procedimentais que promovam a inclusão social das Pessoas com Deficiência, estando relacionados às normativas instituídas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e aos princípios constitucionais³³², como os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material, da solidariedade social, bem como da não discriminação.

Considerando a luta pela emancipação da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência modifica o cenário vitimista e discriminatório que rodeava a deficiência no Código Civil de 2002. Quando ocorreu a revogação do Código Civil de 1916 para o de 2002, a ótica ultrapassada de deficiência, atrelada à inferioridade e à incapacidade, permaneceu. A perspectiva de deficiência não foi ao encontro do caráter personalíssimo abarcado pela Constituição de 1988, e muito menos com a ótica de direitos humanos adotada pela mencionada Convenção de Nova York. O Código Civil de 2002 é ainda o vigente e concebeu a

³²⁹ “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

³³⁰ Conforme Art. 8º da Lei nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

³³¹ PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos. Art. 9º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

³³² Arts. 1º, III, 3º e 5º da Constituição Federal de 1988.

ideia de pessoa como aquela que pudesse estar no polo ativo ou passivo das relações jurídicas, ou seja, aquela que estivesse apta para adquirir direitos e deveres (sujeito de direitos).

Essa caracterização de pessoa concebeu o tratamento da capacidade civil³³³, subdivida em capacidade de direito/gozo (indivíduo apto para titularidade de direitos e deveres) e capacidade de fato/exercício (indivíduo habilitado para exercer pessoalmente atos relativos à vida civil). Dessa maneira, a incapacidade para atos da vida civil é a exceção à regra da capacidade e contempla a incapacidade do exercício de direitos, mas não a titularidade de direitos.

Antes de a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter entrado em vigor, o Código Civil, em seus artigos 3º e 4º, destacava a incapacidade absoluta de exercer pessoalmente atos da vida civil os menores de dezesseis anos de idade; aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o discernimento necessário para a prática desses atos; assim como os que, mesmo em transitoriedade, não puderem externalizar ou exprimir a sua vontade. Assim, são relativamente incapazes para exercer certos atos os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; e os pródigos. Levando em conta as Pessoas com Deficiência, é possível aferir que o legislador impõe limitações ao exercício de direitos existenciais³³⁴ das pessoas com deficiência mental e intelectual.

Porém, com o intuito de acabar com as discriminações em razão da deficiência, bem como o de promover a sua emancipação e igualdade, a Lei Brasileira de Inclusão determina a revogação da parte referida às incapacidades e modifica a parte referente

³³³ Segundo Glauber Salomão Leite (2013), o tratamento datado pela ótica do Código Civil de 2002 era um tratamento jurídico inadequado e anacrônico da capacidade civil.

LEITE, Glauber Salomão. O regime jurídico da capacidade civil e a Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo. 3, p. 302/303.

³³⁴ ALMEIDA, José Luiz Gavião de; SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira. Estatuto das Pessoas com Deficiência e a nova teoria das incapacidades: a operabilidade em risco. In: FIUZA, César (Organizador). SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira (Coordenadores). **Temas Relevantes sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência** – reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 50/51.

às Pessoas com Deficiência do presente Código Civil. Baseando-se no reconhecimento que as Pessoas com Deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições em todos os aspectos da vida com as demais pessoas (artigo 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência), o artigo 6º da Lei supramencionada impõe que a plena capacidade civil da pessoa não será afetada pela deficiência. E, assim³³⁵, são assegurados os direitos civis das Pessoas com Deficiência, como o casamento, a união estável e a possibilidade de exercer direitos sexuais e reprodutivos, bem como a decisão de quantos filhos terão e informações acerca da reprodução e do planejamento familiar, direito à guarda, tutela, adoção e curatela. Foi alterada a Teoria das Incapacidades, e, dessa forma, serão incapazes relativamente aqueles que não puderem exprimir suas vontades, por causa transitória ou permanente³³⁶.

Apesar de ser considerada como uma ação afirmativa, ou seja, atua de forma preventiva e reparadora da desigualdade socioeconômica em prol dos discriminados, ou seja, das Pessoas com Deficiência, o texto normativo da Lei Brasileira de Inclusão também apresenta medidas anti-discriminatórias. A fim de coibir a discriminação em razão da deficiência por meio da repressão e, assim, efetivar a igualdade, tanto formal quanto material da Pessoa com Deficiência, o artigo 88 da LBI destaca que³³⁷ a prática, a indução, a incitação ou qualquer ato que promova a discriminação da Pessoa com Deficiência por conta de sua deficiência serão punidos.

Nestes termos, a punição determinada será de reclusão de 1 a 3 anos e multa, podendo ser aumentada em 1/3 caso a Pessoa com Deficiência discriminada estiver sob cuidado e responsabilidade do agente. Se a discriminação em razão da deficiência for realizada por meio de publicações ou por meios de comunicação social, a pena

³³⁵ “Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

³³⁶ “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: [...] III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade” (BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil).

³³⁷ “Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.

será de 2 a 5 anos, bem como ainda será autorizado ao juiz, no momento da investigação, determinar a busca e apreensão do material ou ainda a apreensão do material discriminatório, e constituirá efeito da condenação a eliminação/destruição do material apreendido³³⁸.

Pode-se concluir, em vista do que foi dito, que a LBI é um avanço e possui extrema relevância para a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência, introduzindo, de maneira sistemática, soluções práticas para todas as áreas do Poder Público brasileiro³³⁹. Com isso, é definida como a maior e mais importante legislação infraconstitucional que atua em prol da igualdade material e não discriminação da Pessoa com Deficiência.

4. Breves apontamentos da normativa internacional que institui a igualdade e a não discriminação das Pessoas com Deficiência na França e em Portugal

4.1. O Direito Positivo Português

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 edifica o *princípio da universalidade*³⁴⁰, contemplando que todos os cidadãos estão sujeitos aos direitos e deveres estabelecidos no texto constitucional, e ainda institui o *princípio da igualdade*, em seu artigo 13, a partir da perspectiva jurídico-formal³⁴¹. Nela, é conferida a todos a mesma dignidade social e igualdade perante a lei³⁴² e é destacado que ninguém será privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de direitos ou deveres por motivos de: sexo, origem, raça, língua, religião, orientação sexual, instrução, convicções políticas/ideológicas, condição social ou situação econômica³⁴³. Apesar de o constituinte não ter citado a deficiência entre as possíveis causas de

³³⁸ ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho. Art. 88. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, p. 304/305.

³³⁹ MARA GABRILLI. **Lei Brasileira de Inclusão**. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Guia para a LBI digital, p. 13.

³⁴⁰ PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 1.º, 1.

³⁴¹ MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge. Op. cit., p. 164.

³⁴² PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 13.º, 1.

³⁴³ PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 13.º, 2.

discriminação, nota-se que o presente rol não é taxativo³⁴⁴, abarcando, portanto, a proibição contra discriminações e a proteção das Pessoas com Deficiência.

Importa observar que o princípio da igualdade e o da universalidade, editados pela presente normativa constitucional, foram concretizados³⁴⁵ pelos termos do artigo 71º, nº 1, do mesmo documento, em que, diferentemente do texto constitucional brasileiro, há um artigo que se volta exclusivamente à proteção e à promoção de direitos da Pessoa com Deficiência. O referido artigo salienta que *os cidadãos portadores de deficiência física ou mental* estão sujeitos aos direitos e deveres estabelecidos no documento, com exceção do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais estiverem incapacitados³⁴⁶. De acordo com Alexandra Chícaro das Neves³⁴⁷, a redação desse enunciado não confere uma perspectiva de inclusão social, mas sim de reabilitação e de tratamento da Pessoa com Deficiência.

Ainda de acordo com o artigo 71º, o seu nº 2, cuja introdução se deu a partir da revisão de 1997³⁴⁸, institui um dever estatal de realizar uma política nacional voltadas às Pessoas com Deficiência, de prevenção e de tratamento, reabilitando-as e integrando-as (apoiando também as suas famílias), desenvolvendo medidas pedagógicas que acabem por sensibilizar a sociedade acerca do devido respeito e solidariedade, o que poderá efetivar os direitos das Pessoas com Deficiência³⁴⁹.

Diante do nº 3 do mesmo artigo, nota-se o comprometimento estatal em apoiar organizações de Pessoa com Deficiência. Portanto, percebe-se claramente a obrigação do Estado não só de proteger essas pessoas, assegurando o seu exercício de deveres/direitos/garantias fundamentais, mas também de promover medidas que concretizem a igualdade de oportunidade entre pessoas com e sem deficiência (igualdade material). Nota-se, além disso, o estabelecimento de um diálogo entre o

³⁴⁴ JORGE MIRANDA, **Manual de direito constitucional**, tomo IV – direitos fundamentais, 3ª ed. Revista e actualizada, Coimbra, 2000, p. 239; J. MARTINS CLARO, “Princípio da igualdade”, in JORGE MIRANDA (org.), **Nos dez anos da Constituição**, Lisboa, 1986, p. 34; MARIA TERESA BELEZA, **Mulheres, direito, crime ou A perplexidade de Cassandra**, Lisboa, 1990, apud ARAÚJO, António de. **Cidadãos Portadores de Deficiência**. O seu lugar na Constituição da República. Coimbra Editora, 2001, p. 107.

³⁴⁵ MONTEIRO, Nuno Líbano, op. cit., p. 120.

³⁴⁶ PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 71.º, 1.

³⁴⁷ NEVES, Alexandra Chícaro das. Op. cit., p. 35.

³⁴⁸ MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge, op. cit., p. 1004.

³⁴⁹ PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 71.º, 2.

mencionado artigo e o artigo 26º da CRP³⁵⁰, o qual reconhece a todos os indivíduos o direito à proteção legal contra todas as formas de discriminação, atribuindo à lei o estabelecimento de medidas que as desconstruam.

Nesses termos, destacando a ótica de Gomes Canotilho e Vital Moreira³⁵¹, pode ser notada uma dupla vertente (negativa e positiva) ao artigo 71º, em que a vertente negativa se traduz no direito das Pessoas com Deficiência de não terem seus direitos e deveres destituídos e a vertente positiva consiste na prerrogativa dessa pessoa de requerer primariamente do Estado a concretização de seus direitos, por meio de medidas necessárias. A proteção estatal voltada à Pessoa com Deficiência também é assegurada meio de outros preceitos constitucionais.

Em relação a isso, pode ser conferido o artigo 63º da CRP³⁵², o qual discorre acerca da segurança social e solidariedade e aborda que o sistema de segurança social protege os cidadãos em determinadas adversidades que geram ou diminuem os meios de subsistência, assim como a capacidade de trabalhar. De acordo com o artigo, resplandece-se a doença, a invalidez, a orfandade e a viuvez, ou seja, incube ao Estado a proteção e a promoção das Pessoas com Deficiência. Ademais, observa-se o artigo 66, que confere o direito à qualidade de vida³⁵³, dialogando diretamente³⁵⁴ com o direito à acessibilidade, à habitação e ao urbanismo, ao trabalho, à saúde, à educação, entre outros.

A fim de instituir a igualdade de oportunidades às Pessoas com Deficiência, o Estado deverá promover e incentivar a educação, a cultura e a ciência³⁵⁵, garantindo e apoiando o elas, em igualdade de oportunidades quanto ao acesso à educação e,

³⁵⁰ “1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.

2. A lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

3. A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.

4. A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efetuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos” (PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 26).

³⁵¹ MONTEIRO, Nuno Líbano, op. cit., p. 120.

³⁵² PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 63.º.

³⁵³ PORTUGAL. Ibidem. Artigo 66.º.

³⁵⁴ NEVES, Aleaxandra Chúcaro das, op. cit., p. 37.

³⁵⁵ PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Artigo 73.º; Artigo 74.º.

quando necessário, ao o ingresso em ensino especializado. Importa salientar o reconhecimento e a promoção da língua gestual portuguesa como um instrumento de acesso à educação e expressão cultural.

Em Portugal, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foi aprovada e ratificada pelas Resoluções da Assembleia da República nº 56/2009³⁵⁶ e nº 57/2009³⁵⁷ e pelos Decretos nº 71/2009³⁵⁸ e nº 72/2009³⁵⁹, atendendo aos moldes do artigo 8º, nº 2, da CRP. No tocante à interação da respectiva Convenção e a CRP, observa-se, de acordo com a doutrina majoritária³⁶⁰, que os tratados internacionais têm sua hierarquia supralegal, porém infraconstitucional, uma vez que estão sujeitos ao controlo de constitucionalidade disposto na CRP, dialogando, também, além do artigo 8º da CRP, com o artigo 16º, nº 1 do texto, conferindo, desse modo, os direitos humanos presentes em tratados internacionais como direitos materialmente fundamentais³⁶¹.

Pode ser notado um avanço em relação à evolução da legislação ordinária portuguesa voltadas às Pessoas com Deficiência, que acabam visando à proibição da discriminação em razão da deficiência, bem como à sua igualdade de oportunidades com os demais. A Lei nº 38/2004, de 18 de agosto de 2004, condiciona as “bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência”³⁶², objetivando a igualdade de oportunidades, mediante a eliminação de barreiras e medidas que promovam a plena participação das Pessoas com Deficiência³⁶³. Entre os seus dispositivos, a normativa institui o princípio da não

³⁵⁶ PORTUGAL. **Resolução da Assembleia da República nº 56/2009**. Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de março de 2007.

³⁵⁷ PORTUGAL. **Resolução da Assembleia da República nº 57/2009**. Aprova o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptado em Nova Iorque em 30 de março de 2007.

³⁵⁸ PORTUGAL. **Decreto do Presidente da República nº 71/2009**. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/493183/details/maximized>>. Acesso em: jun. 2019.

³⁵⁹ Decreto do Presidente da República nº 72/2009, que ratifica o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

³⁶⁰ (MIRANDA, 2000) e (CANOTILHO, 2003) apud SOUSA, Filipe Venade de., op. cit., p. 257/258.

³⁶¹ SOUSA, Filipe Venade de., op. cit., p. 258/259.

³⁶² PORTUGAL. **Lei nº 38/2004, de 18 de agosto**. Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

³⁶³ PORTUGAL. *Ibidem*, artigo 3.º, d).

discriminação³⁶⁴, que proíbe expressamente a discriminação direta ou indireta em razão da deficiência, estipulando que a Pessoa com Deficiência deve ser destinatária de ações positivas que versem sobre a efetivação do exercício de seus direitos e deveres, corrigindo situações fáticas de desigualdade social que assombre a vida das pessoas com deficiência.

Outra medida de extrema importância para a supressão da discriminação em razão da deficiência foi a instituição da lei antidiscriminação³⁶⁵, a Lei nº 46/2006, de 28 de agosto de 2006, que apresenta a proibição e a prevenção da discriminação direta ou indireta, por motivos de deficiência, vinculando o público e o privado. A legislação supracitada busca também sancionar as práticas discriminatórias, ou seja, práticas que acarretam na limitação do exercício de seus direitos, sejam eles, sociais, econômicos, culturais, ou de outra natureza. O texto legal contempla algumas conceitualizações, como³⁶⁶ as “discriminação direta e indireta”, e a de “pessoas com risco agravado de saúde”, estipulando, nesse caso, critérios médicos. Para efeitos da lei, a “discriminação positiva” é conceitualizada por meio de medidas que se destinam a garantir às Pessoas com Deficiência o exercício ou o gozo de seus direitos, em igualdade de condições com os demais.

A Lei nº 46/2006 sistematiza as práticas discriminatórias contra as Pessoas com Deficiência em seu artigo 4³⁶⁷, destacando as práticas discriminatórias no emprego e

³⁶⁴ PORTUGAL. Ibidem, artigo 6.º.

³⁶⁵ PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2016, p. 37.

³⁶⁶ PORTUGAL. Lei nº 46/2006. Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde. Artigo 3º.

³⁶⁷ De acordo com a lei n 38/2004 “ Consideram-se práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência as acções ou omissões, dolosas ou negligentes, que, em razão da deficiência, violem o princípio da igualdade, designadamente: a) A recusa de fornecimento ou o impedimento de fruição de bens ou serviços; b) O impedimento ou a limitação ao acesso e exercício normal de uma actividade económica; c) A recusa ou o condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis, bem como o acesso ao crédito bancário para compra de habitação, assim como a recusa ou penalização na celebração de contratos de seguros; d) A recusa ou o impedimento da utilização e divulgação da língua gestual; e) A recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado ou a locais públicos ou abertos ao público; f) A recusa ou a limitação de acesso aos transportes públicos, quer sejam aéreos, terrestres ou marítimos; g) A recusa ou a limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados; h) A recusa ou a limitação de acesso a estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, assim como a qualquer meio de compensação/apoio adequado às necessidades específicas dos alunos com deficiência; i) A constituição de turmas ou a adopção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de ensino público ou

trabalho³⁶⁸. Caberá à pessoa que foi vítima de alguma das referidas práticas discriminatórias o ônus da prova e a discriminação contra a Pessoa com Deficiência acarretará indenização, fixada pelo tribunal competente. No capítulo IV da normativa em comento, vislumbra-se o regime sancionatório das práticas discriminatórias em razão da deficiência, estabelecendo, dessa maneira, medidas repressivas contra a discriminação das Pessoas com Deficiência. O Decreto-Lei nº 34/2007, de 15 de fevereiro de 2007, regulamenta a Lei nº 46/2006, designando mais detalhadamente as entidades administrativas competentes que irão proceder à instrução, bem como as autoridades administrativas que aplicarão as coimas e as sanções acessórias condizentes pela prática de atos discriminatórios³⁶⁹.

Tendo em vista que a efetivação da igualdade material das Pessoas com Deficiência pode ser conquistada por meio de ações afirmativas/discriminação positiva, vislumbra-se o Decreto-Lei nº 126-A/2017, de 06 de outubro de 2007, como um importante passo/instrumento dado pelo Estado em prol da igualdade material das Pessoas com Deficiência. Essa normativa infraconstitucional vincula-se aos objetivos elencados pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e busca melhorar o quadro socioeconômico, o bem-estar social e a participação social das Pessoas com Deficiência, a partir da modernização, simplificação e eficácia no âmbito das prestações sociais voltadas a elas³⁷⁰.

Denominada como “Prestação Social para Inclusão”, esta prestação tem uma lógica trifásica, em que a primeira fase é uma prestação de cidadania, chegando a todos em razão de sua deficiência, ou seja, não será atribuída a partir do nível social

privado, segundo critérios de discriminação em razão da deficiência, salvo se tais critérios forem justificados pelos objectivos referidos no n.º 2 do artigo 2.º ; j) A adopção de prática ou medida por parte de qualquer empresa, entidade, órgão, serviço, funcionário ou agente da administração directa ou indirecta do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite a prática do exercício de qualquer direito; l) A adopção de acto em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação em razão da deficiência; m) A adopção de medidas que limitem o acesso às novas tecnologias.”

³⁶⁸ PORTUGAL. Lei nº 46/2006. Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde. Artigo 5º.

³⁶⁹ PORTUGAL. **Decreto Regulamentar nº 34/2007, de 29 de março.**

³⁷⁰ PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 126-A/2017.** Cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais.

ou do rendimento da Pessoa com Deficiência, mas sim da certificação de sua deficiência³⁷¹. Na segunda fase, há um suplemento adicional destinados àqueles que estiverem em situações de pobreza (carência econômica). Já a terceira fase objetiva uma extensão da prestação às Pessoas com Deficiência menores de 18 anos. O texto legal, ao conceitualizar deficiência, adota os termos do seu modelo social³⁷² e emprega a terminologia “pessoas com deficiência”. Nesse sentido, nota-se a obrigação de prestação do Estado, resultando, assim, em uma ferramenta essencial para a concretização da igualdade de oportunidades entre os indivíduos.

Dialogando com os termos tratados pela Convenção trabalhada aqui, a qual transmite aos Estados Parte o estímulo para a criação de medidas não somente assistivas, mas que capacitem as Pessoas com Deficiência, surge o Decreto-Lei nº 129/2017. Esse documento tem por finalidade a criação do programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)³⁷³, que, por sua vez, procura dar uma maior autonomia às Pessoas com Deficiência, ao disponibilizar uma assistência pessoal, assegurando maior inserção social. O programa conta com a criação de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), que disponibilizará essa assistência pessoal para os beneficiários, haja vista suas condições. Com essa medida, Portugal reafirma a mudança de paradigma trazida pela Convenção, salientando as Pessoas com Deficiência como capazes e detentoras do direito de fazer escolhas³⁷⁴, devendo o Estado garantir as medidas necessárias para a concretização dessa mudança.

Considerando que o processo de inclusão social das Pessoas com Deficiência, a partir da perspectiva da Convenção da ONU, é longo, observa-se que Portugal vem buscando a efetivação de seus direitos. Para tanto, podem ser analisados os preceitos constitucionais expostos, que visam, não só proteger, mas também promover os direitos das Pessoas com Deficiência, destacando a proibição da discriminação em

³⁷¹ PORTUGAL, op. cit., art. 6º.

³⁷² “Para efeitos do presente decreto-lei considera-se deficiência a perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, causadoras de dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, limitar ou dificultar a atividade e a participação na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas” (PORTUGAL, op. cit., art. 3º).

³⁷³ PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 129/2017**. Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/108265124>>. Acesso em: jun. 2019.

³⁷⁴ Centro de Estudos Judiciários. **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2017, p. 25.

razão da deficiência e a promoção da igualdade de oportunidades. Além disso, a legislação infraconstitucional, mesmo antes de sua assinatura e ratificação, já buscava materializar as normativas constitucionais relativas às Pessoas com Deficiência, devendo, aqui, ser pontuada a preocupação do legislador em concretizar, não apenas medidas antidiscriminatorias, mas também medidas que discriminem positivamente as Pessoas com Deficiência, trazendo à tona uma perspectiva mais inclusiva.

4.2. O Direito Positivo Francês

Diferentemente dos textos das cartas constitucionais do Brasil e de Portugal, a Constituição da França não comporta, em seu texto, dispositivos voltados exclusivamente à proteção ou à promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência. Ou seja, ainda que de modos diferentes, as referidas cartas constitucionais se encontram em um ponto em comum, que é a especificação da Pessoa com Deficiência. Já a Constituição francesa não faz uso da terminologia “pessoa com deficiência” ou “*personne handicapée*”, mas isso não significa que o ordenamento interno francês não promove ou protege os seus direitos.

A Constituição da Quinta República Francesa, de 1958, confere, em seu preâmbulo³⁷⁵, os direitos humanos e os princípios da soberania nacional, iluminados pelos ideais da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e completados pelo preâmbulo da quarta Carta Constitucional de 1946. O princípio da igualdade encabeça o preâmbulo da Constituição vigente³⁷⁶, destacando a igualdade perante a lei todos os cidadãos, proibindo o tratamento distinto em razão de origem, raça ou religião. Ainda no mesmo dispositivo³⁷⁷, é conferido o igual acesso entre homens e mulheres aos mandatos eleitorais, assim como às responsabilidades profissionais e sociais. Observa-se, portanto, o princípio da não discriminação, podendo ser inferida, dessa proibição de discriminação negativa, a proibição da discriminação em razão da deficiência³⁷⁸.

³⁷⁵ FRANÇA. **Constituição da Quinta República Francesa**. 1958. Preâmbulo.

³⁷⁶ ARAÚJO, António de. **Cidadãos Portadores de Deficiência**. O seu lugar na Constituição da República. Coimbra Editora, 2001, p. 21.

³⁷⁷ FRANÇA. **Constituição da Quinta República Francesa**. 1958. Artigo 1.

³⁷⁸ ROBIN-OLIVIER, Sophie. **Sur la Convention de l'ONU relative aux droits des personnes handicapées**, par Nolwenn Bertho.

Ao longo do presente trabalho, foi reiterada diversas vezes a importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, para assegurar e promover os direitos das Pessoas com Deficiência, e, assim como Portugal e Brasil, a França também assinou e ratificou esse tratado internacional. A assinatura da Convenção aconteceu em 30 de março de 2007 e a assinatura do protocolo facultativo, em 23 de setembro de 2008³⁷⁹. A autorização para a ratificação se deu apenas no final do ano de 2009, a partir da Lei nº 2009- 1791, de 31 de dezembro de 2009, ocorrendo a ratificação em 18 de fevereiro de 2010. A entrada em vigor foi na data de 20 de março de 2010³⁸⁰ e a publicação da ratificação aconteceu por meio do Decreto nº 2010- 356, de 1 de abril de 2010³⁸¹.

Levando em consideração que os direitos das Pessoas com Deficiência dialogam diretamente com o texto adotado pela Convenção, nesse momento, torna-se inevitável expor a sua hierarquização diante do ordenamento normativo interno francês. Apesar da assinatura e ratificação do presente tratado internacional, a sua incorporação não pode ferir o princípio da primazia da Constituição perante o tratado internacional³⁸². Todavia, a inferioridade da Convenção frente à Constituição não significa sua inferioridade sobre as leis infraconstitucionais³⁸³. Em conformidade com o artigo 55 da Constituição, depois de serem assinados e ratificados, os tratados internacionais serão hierarquicamente superiores às leis ordinárias, com sua publicação³⁸⁴.

³⁷⁹ BLATMAN, Michel (*Conseiller honoraire à la Cour de cassation*). **L'effet direct des stipulations de la Convention internationale relative aux droits des personnes handicapées — Rapport au Défenseur des droits**, dez. 2016, p. 7.

³⁸⁰ BLATMAN, Michel (*Conseiller honoraire à la Cour de cassation*), op. cit., p. 15.

³⁸¹ FRANÇA. **Decreto nº 2010- 356**, de 1 de abril.

³⁸² FRANÇA. **Constituição Francesa**. Artigos 53º e 54º.

³⁸³ Sobre a temática apresentada, nota-se o posicionamento de Charles-Henry Chenut: “Em consequência, a nova hierarquia de normas na França é hoje a seguinte (partindo da norma mais importante para a norma menos importante): a constituição, depois o tratado internacional, depois a lei, depois o regulamento” (CHENUT, Charles-Henry. A hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento interno francês. *In: REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*. v. 102, 2007, p. 1145/1146).

³⁸⁴ “De acordo com o Artigo 55 da Constituição, a norma internacional adquire, assim que é publicada, uma autoridade superior à das leis, desde que devidamente ratificada ou aprovada. Cabe aos tribunais nacionais, no âmbito do controlo da convencionalidade, verificar a conformidade do direito francês com a Convenção. Os litigantes podem, sob certas condições, recorrer à Convenção perante o juiz. Além disso, a Convenção também pretende produzir efeitos de “ricochete” na ordem jurídica interna por meio de tribunais supranacionais” (JEGU, Fabienne; ESTRADE, Julia (DÉFENSEUR DES DROITS). République Française. **La Convention relative aux droits des personnes handicapées**. Comprendre et mobiliser la Convention pour défendre les droits des personnes handicapées, dez. 2016, p. 17)”

Quanto à legislação ordinária francesa, observa-se que a Lei nº 2005-102, de 11 de fevereiro de 2005, é a principal lei voltada às Pessoas com Deficiência³⁸⁵ e substitui a Lei nº 75-534, de 30 de junho de 1975³⁸⁶. A normativa atual dispõe sobre a igualdade de direitos e oportunidades, participação e cidadania das Pessoas com Deficiência, destacando uma série de princípios, medidas e conceitualizações importantes para a consolidação de seus direitos e garantias fundamentais. Além disso, objetivando a autonomia das Pessoas com Deficiência, a lei abarca a atuação do poder público e da sociedade, sendo dispostos, no texto legal, serão dispostos benefícios sociais e assistência financeira, habitação, emprego e formação profissional, ensino, tributações, entre outros, visando tentar alcançar a igualdade das Pessoas com Deficiência.

Pode ser aferido dos termos da lei que a deficiência é tratada como qualquer exclusão, limitação ou restrição de exercício, atividade ou participação social (no meio ambiente), em razão de limitações funcionais³⁸⁷. Ademais, entrando em contradição com a conceitualização adotada pela convenção, o conceito de deficiência na legislação francesa é proposto a partir do modelo médico de deficiência³⁸⁸. Nesse sentido, nota-se que a conceitualização de deficiência nas legislações infraconstitucionais do Brasil e de Portugal, baseada no modelo social, entra em divergência com a adotada pela França.

Salienta-se que foi por meio da Lei nº 2005-102 que foi fixado um quadro jurídico para a criação de Casas Departamentais de Pessoas com Deficiência (MDAPH)³⁸⁹ na França. Em cada casa, será implementado o direito à solidariedade, o qual está estabelecido pelo Código de Ação Social e das Famílias, modificado pelo artigo 2, I, da referida Lei. Ele destaca que toda Pessoa com Deficiência tem o direito

³⁸⁵ FRANÇA. **Lei nº 2005-102, de 11 de fevereiro**. “Para a igualdade de direitos e as oportunidades, participação e controle da vida dos deficientes”.

³⁸⁶ ARAÚJO, António de, op. cit., p. 85.

³⁸⁷ Les indispensables. **Les droits des personnes handicapées**. Particulier et Finances Éditions, 2018, p. 12-14.

³⁸⁸ Constitui uma deficiência (tradução livre): “qualquer limitação de atividade ou restrição de participação na sociedade sofrida em seu ambiente por uma pessoa por causa de uma alteração substancial, permanente ou permanente de uma ou mais funções físicas, sensoriais, mentais, cognitivas, ou psíquica, polifagia ou condição de saúde incapacitante” (FRANÇA. **Lei nº 2005-102, de 11 de fevereiro**. “Para a igualdade de direitos e as oportunidades, participação e controle da vida dos deficientes”, artigo 2).

³⁸⁹ Redação Original: *Maison départementale des personnes handicapées* (MDPH).

à solidariedade, por toda coletividade nacional, sendo-lhes garantidos o acesso aos direitos fundamentais em iguais condições com os demais cidadãos e a garantia da igualdade de tratamento e exercício de cidadania³⁹⁰.

A MDAPH é a instituição responsável pelas demandas e questões ligadas às Pessoas com Deficiência, reunindo diferentes membros, como o próprio departamento, o Estado e os organismos de seguro saúde e de assistência familiar. O objetivo dessa instituição é oferecer às essas pessoas e suas famílias um acesso simplificado aos seus principais direitos e benefícios, como benefício de compensação por incapacidade³⁹¹, subsídio de educação da criança, cartão de inclusão para mobilidade, entre outros³⁹². Nota-se, ainda, que é dever da instituição acompanhar as Pessoas com Deficiência e familiares em suas relações com os estabelecimentos, serviços e organizações de acolhimento. Dentro da MDAPH há a Comissão para os Direitos e Autonomia da Pessoa com Deficiência (CDAPH)³⁹³, um órgão de decisão sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, que, na prática, é apreendido a partir do MDPH, transmitindo-lhe os pedidos recebidos em conjunto com os relatórios de avaliação de deficiência³⁹⁴.

Os benefícios e os auxílios estipulados pela ainda Lei francesa nº 2005-102 serão concedidos após o reconhecimento administrativo de deficiência³⁹⁵. Esse reconhecimento será obtido por meio de uma equipe multidisciplinar que analisará a deficiência e as necessidades de quem está requerendo o referido reconhecimento. Assim, de forma personalizada, a CDPAH que decidirá acerca da taxa de invalidez e definirá os direitos que serão concedidos ao requerente, baseando-se na avaliação multidisciplinar e no plano personalizado de compensação por incapacidade, estabelecidos pela equipe da MDAPH.

No tocante à questão da proibição da discriminação em razão da deficiência, percebe-se que a normativa em comento destaca uma parte relativa ao princípio da

³⁹⁰ FRANÇA. **Code de l'action sociale et des familles**. Artigo L114-1.

³⁹¹ BOUGRAB, Jeannette; BROCA, Arnaud de. **Code du handicap**. 2^a édition, 2011, p. 79.

³⁹² Les indispensables, op. cit., p. 27.

³⁹³ Redação Original: *Commission des droits et l'autonomie de la personne handicapée* (CDAPH).

³⁹⁴ Les indispensables, op. cit., p. 31.

³⁹⁵ Les indispensables, op. cit., p. 17.

não discriminação³⁹⁶. Essa parte ressalta a alteração, criação ou modificação de dispositivos do Código Trabalho que acabam por conceitualizar e proibir as discriminações diretas ou indiretas³⁹⁷. De acordo com a normativa, é proibida qualquer discriminação envolvendo a perda de autonomia, a deficiência ou a vulnerabilidade do indivíduo³⁹⁸. A fim de informar os trabalhadores acerca da proibição da discriminação, a Lei obriga³⁹⁹ o empregador a fixar, no local de trabalho, textos que confirmem o princípio de proteção contra a discriminação.

A discriminação também pode ser conhecida pela ótica sancionatória⁴⁰⁰, já que o Código Penal francês⁴⁰¹ destaca uma sessão, artigo 225-1, que proíbe e conceitualiza a discriminação⁴⁰² como qualquer tratamento distinto entre pessoas singulares ou coletivas, com base em determinadas diversidades, entre elas, a deficiência. Dessa maneira, o artigo 225-2 do mesmo documento legal institui que o tratamento discriminatório, em determinadas situações, será punível com pena de prisão de três anos, somados com multa de 45 mil euros, quando consistir na recusa do fornecimento de um bem ou serviço, por exemplo.

Entretanto, nos termos legais do Código do Trabalho⁴⁰³, a diferenciação de tratamento em razão da “incapacidade”, devido ao estado de saúde, estabelecida pelo médico do trabalho, não será considerada discriminação, quando for objetiva, necessária e apropriada. O empregador deve garantir os meios necessários para que seja efetivada a igualdade do trabalhador com deficiência, tendo em vista as adaptações necessárias, desde que não sejam elas desproporcionais⁴⁰⁴. Em suma, de acordo com o artigo L5213-6, nota-se que a recusa dessas modificações será considerada discriminação.

Em face do exposto, tem-se que pode ser vislumbrada a preocupação do Estado francês em proteger e promover os direitos das Pessoas com Deficiência, ao destacar,

³⁹⁶ FRANÇA. **Lei nº 2005-102, de 11 de fevereiro**. “Para a igualdade de direitos e as oportunidades, participação e controle da vida dos deficientes”. Artigos 23-25.

³⁹⁷ FRANÇA. **Código do Trabalho**. Artigo L1132-1.

³⁹⁸ FRICOTTÉ, Lisiane. **Droit des personnes handicapées**. Collection Néret, 2018, p. 50/51.

³⁹⁹ FRANÇA. **Código do Trabalho**. Artigo 1142-6.

⁴⁰⁰ ROBIN-OLIVIER, Sophie, op. cit.

⁴⁰¹ FRANÇA. **Código Penal**. Artigo 225-1.

⁴⁰² BOUGRAB, Jeannette; BROCA, Arnaud de., op. cit., p. 28/29.

⁴⁰³ FRANÇA. **Código do Trabalho**. Artigo L1133-3.

⁴⁰⁴ FRANÇA. **Código do Trabalho**. Artigo L5213-6

em sua Carta Constitucional, o princípio da igualdade, bem como a proibição da discriminação. Também deve ser pontuada a internalização no ordenamento normativo francês da Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo como um salto para a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, a lei ordinária voltada às Pessoas com Deficiência, apesar de conceber ações afirmativas, não tira a perspectiva de incapacidade que assombra a vida dessas pessoas, uma vez que ainda se adota o modelo médico de deficiência.

CONCLUSÃO

A preocupação da comunidade internacional em edificar os direitos das Pessoas com Deficiência, a partir de 1975, consagra o que hoje podemos chamar de inclusão social em relação ao assunto. É claro que ainda há um longo vários obstáculos para a real concretização da inclusão social, adentrada pela proibição da discriminação negativa e pela adoção de ações afirmativas que não só detém a prerrogativa assistencial, mas também introduz medidas que acabam por capacitar o indivíduo em questão. Logo, a evolução dos direitos das Pessoas com Deficiência, marcado inicialmente pela exclusão ou omissão estatal, difundiu-se para a perspectiva de integração e depois para inclusão social. Por essas vias, pode ser concluída a importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência e seu Protocolo Facultativo para, de fato, determinar a necessidade da inclusão social das Pessoas com Deficiência.

Reitera-se que foi a partir desse tratado internacional de direitos humanos que a proibição da discriminação em razão da deficiência e a promoção da igualdade de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência foram reconhecidas em uma perspectiva global, a qual detém como resultado o reconhecimento interno perante os Estados Parte. O texto da mencionada Convenção estabeleceu a mudança da concepção de “inferioridade e vitimização” da Pessoa com Deficiência, a partir da supressão do modelo médico de deficiência, substituindo-o pelo modelo social.

Considerando o que foi dito neste trabalho sobre o modelo social, vê-se que ele é pautado pelo respeito pela diversidade, bem como pela necessidade do apoio do

Estado e da sociedade para findar os obstáculos presentes no ambiente em que a Pessoa com Deficiência está inserida. Esse modelo considera a deficiência como resultado desses obstáculos, limitando a efetivação do gozo e efetivação dos direitos e garantias fundamentais das pessoas com deficiência e pode ser considerado como uma importante ferramenta para a vedação da discriminação em razão da deficiência. Em razão disso, nota-se a instrumentalidade e a eficácia do modelo social para a adoção de medidas e políticas públicas que reproduzam o direito à igualdade de oportunidades.

Esse documento internacional discute a importância de instrumentos, aliados às tecnologias e às inovações, que auxiliam na efetivação da acessibilidade, instituindo um importante passo para conquistar a inclusão social. Portanto, pode ser observado que a recusa da adaptação razoável é considerada discriminação. No mesmo documento, também é introduzido o monitoramento internacional da implementação da Convenção, a partir do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecido por seu Protocolo Facultativo. Assim, o Comitê analisará relatórios produzidos pelos Estados Partes, tendo esse procedimento grande relevância quanto à adoção de medidas internas de cada País em prol das Pessoas com Deficiência.

Dada a multidisciplinaridade da Convenção tratada, abarcando diversas ramificações do direito, observa-se que o direito das Pessoas com Deficiência é atual e que não depende de apenas uma vertente do direito para a sua efetivação. Considerando a proteção da discriminação em razão da deficiência e a autorização da discriminação positiva em favor dessas pessoas, nota-se que são elementos considerados como pré-requisitos para a concretização de outros direitos. Assim sendo, estabelece-se uma conexão direta entre a proteção contra a discriminação, bem como a promoção de medidas voltadas às Pessoas com Deficiência, e os outros direitos e princípios determinados pela Convenção. Essa conexão faz-se bastante relevante, bem como a multidisciplinaridade de direitos e a mudança de perspectiva de deficiência para a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência frente ao Direito positivo brasileiro.

Como também abordado até aqui, a internalização da Convenção no ordenamento jurídico brasileiro concebeu-se de maneira histórica, sendo o primeiro

tratado internacional de matéria de direitos humanos a deter o valor de Emenda Constitucional. Relembrando os resultados dessa incorporação, verifica-se a atualização das conceitualizações adotadas, bem como a sedimentação de uma nova perspectiva de políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência, pautadas não apenas pelo viés assistencial, mas também pela necessidade da capacitação de suas habilidades, incluindo-as socialmente e auxiliando a promoção da sua emancipação.

As legislações infraconstitucionais brasileiras voltadas às Pessoas com Deficiência, anteriores à incorporação da presente Convenção da ONU, não eram de fato eficazes para a vedação da discriminação em razão da deficiência, ou seja, para a emancipação desses indivíduos, e tão pouco para a sua inclusão social, haja vista que determinados pontos divergiam dos elencados pela normativa internacional em questão. O modelo médico de deficiência foi o modelo adotado pela normativa ordinária à época, descrevendo um viés segregacionista e refletindo na criação de políticas públicas caracterizadas pela extrema proteção estatal, assim como pelo forte assistencialismo. O resultado dessas políticas públicas é observado sob o ponto de vista da integração social das Pessoas com Deficiência.

Contudo, apesar de transmitir a ideia de uma ineficiência do Estado brasileiro quanto à efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência, tais legislações contribuíram para o desenvolvimento e progresso desse direito. Assim, tendo em vista o atual quadro legislativo ordinário destinado a essas pessoas, afirma-se que houve um grande avanço para a efetivação dos desses direitos. Essa normativa pode ser estabelecida e fundamentada pela busca à concretização da igualdade de oportunidades e pela vedação da discriminação em razão da deficiência. Nesse seguimento, a Lei Brasileira de Inclusão introduz um novo capítulo quanto à sedimentação das políticas públicas para as Pessoas com Deficiência. Em conjunto com a evolução da legislação, verifica-se a evolução da terminologia adotada pelo Estado, que introduziu o termo *Pessoa Portadora de Deficiência* em seus diplomas legais desde a adoção da Carta Constituinte de 1988. A mudança ocorreu em 2009, quando foi adotado o nome estipulado pela Convenção: *Pessoas com Deficiência*.

A Lei Brasileira de Inclusão é atualmente o principal instrumento infraconstitucional destinado a garantir os direitos das Pessoas com Deficiência. Ele

comporta o modelo social de deficiência, bem como as conceitualizações e os princípios concebidos na Convenção, consagrando uma multidisciplinaridade em relação aos referidos direitos. Para a efetivação da proibição de discriminação em razão da deficiência e a instituição da igualdade de oportunidade entre indivíduos com e sem deficiência, não só foram instituídos direitos como o direito à acessibilidade, mas também foram modificados alguns dispositivos de outros documentos legais que refletiam na limitação da igualdade de oportunidades, e promoviam a discriminação. Nesse sentido, a referida Lei também recebe o nome de Estatuto das Pessoas com Deficiência, reunindo, em um só documento, uma série de direitos inerentes às Pessoas com Deficiência, como o direito à moradia, à saúde, à educação, à segurança, à cultura e ao esporte, ao trabalho, entre outros.

Com a finalidade de assinalar o direito à igualdade e não discriminação das Pessoas com Deficiência, a normativa constitucional, além de fundamentar o acolhimento interno da Convenção como Emenda Constitucional, sob o enunciado do seu artigo 5º, § 3º, também fundamenta a proibição da discriminação e instituição da igualdade. Acreditando que a igualdade é a base do constitucionalismo moderno, e para uma melhor compreensão de seu real significado, observa-se a sua transfiguração.

É possível ver essa evolução diante de três fases, e, assim, o primeiro momento é composto pela proibição da discriminação, ou seja, pela igualdade de todos perante a lei, denominada igualdade formal. O segundo momento é determinado pela configuração da proibição do tratamento distinto, porém, necessário e justificado, essa discriminação poderá ser admitida. Já o terceiro momento estabelece uma visão social acerca da igualdade, em que ela é reconhecida pela sua forma material. Portanto, a igualdade material fundamenta-se pela igualdade de oportunidades entre indivíduos, proibindo a discriminação em razão da diversidade e justificando medidas que contribuem para a igualdade de condições da população, ou seja, um tratamento desigual, que resulte na igualdade entre todos, isto é, igualdade “na lei”, e igualdade da própria lei.

Dialogando com o modelo social de deficiência, que estipula o dever do Estado e da Sociedade em afastar e suspender as barreiras presentes no ambiente em que a

Pessoa com Deficiência vive, as quais impedem o exercício de seus direitos e promovem a discriminação em razão da deficiência, observa-se a importância da igualdade material como justificativa para a desconstrução dessas barreiras. Assim, tem-se que o ordenamento normativo constitucional adota a igualdade material e formal, fundamentando a proibição da discriminação e auxiliando a execução da igualdade de oportunidades.

O *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 reflete a ideia de igualdade formal, designando a igualdade de todos perante a lei, e seu inciso XLI prevê o dever da lei em punir qualquer tipo de discriminação que resulte na supressão de direitos e liberdades fundamentais. Ambos os dispositivos conferem a proibição da discriminação, a qual, de acordo normativa em foco, confirma a vertente negativa da discriminação. Isto é, é a discriminação que resulta na inferiorização de um indivíduo frente a outro.

Quanto às formas de discriminação proibidas pelo constituinte, nota-se a discriminação direta e a indireta. A primeira caracteriza-se pelo tratamento desigual a determinado grupo ou indivíduo, com a clara e objetiva intenção de discriminar, que é a discriminação não velada. Esta forma de discriminação, praticada pelo grupo dominante, é justificada pelo desrespeito e repúdio à algum tipo específico de diversidade existente na sociedade. Em um mundo cada vez mais globalizado, multidiversificado e multicultural, a discriminação direta não é incomum, porém a forma mais comum da discriminação é a indireta. Nesse caso, analisa-se a discriminação indireta por sua forma sutil e silenciosa, destacando a não intencionalidade de discriminar o grupo ou o indivíduo em razão de sua diversidade, conferindo tratamento desigual por meio de dispositivos legais que impedem o exercício de direitos, por exemplo. Ambas as formas de discriminação, originam a desigualdade de grupos historicamente rejeitados.

Como nenhuma pessoa pode ser discriminada em razão da sua deficiência, afirma-se a importância da forma repressiva, ou seja, da punição de qualquer tratamento desigual injustificado que resulte na supressão de seus direitos. Sobre isso, é possível vislumbrar o artigo 7º, XXXI, do texto constitucional brasileiro, que enfatiza a proibição da discriminação em razão da deficiência. Ele confere a proibição

da discriminação em razão da deficiência no ambiente de trabalho e ainda considera como discriminação a recusa de adaptação razoável, ou seja, a ferramenta que auxilia no desaparecimento de barreiras que atrapalham o gozo dos direitos das Pessoas com Deficiência.

A fim de sedimentar a igualdade material das Pessoas com Deficiência, nos moldes da igualdade material, o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que enuncia os objetivos da República Federativa do Brasil, mais especificamente em seus incisos III e IV, cujo conteúdo se baseia na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação. A proibição da discriminação é abordada pelos ditames da forma repressiva, contudo, não é só a punição contra as formas de tratamentos desiguais injustificados que reduzirá as discriminações e garantirá a igualdade de oportunidades entre as pessoas com e sem deficiência. Para a finalizar e reduzir as formas de discriminações e promover a igualdade em questão, é preciso que sejam somadas ao modelo repressor as ações afirmativas, também chamadas de discriminação positiva.

Indo ao encontro da normativa da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que não considera como discriminação a adoção de medidas voltadas à igualdade de oportunidades das Pessoas com Deficiência, nota-se, a partir da interpretação da igualdade material, a verificação constitucional das ações afirmativas, desde que pautadas na razoabilidade e na proporcionalidade. As ações afirmativas buscam auxiliar um grupo discriminado historicamente, como é o caso das Pessoas com Deficiência, para que não tenham os seus direitos limitados ou excluídos. O emprego das ações afirmativas no tocante às Pessoas com Deficiência não configura discriminação, mas sim uma tentativa estatal de instituir a igualdade de oportunidades, sem que a deficiência seja um fator de limitação entre indivíduos.

No Brasil, sob a perspectiva dos dispositivos constitucionais, as ações afirmativas nesse contexto também passaram por uma evolução interna, sendo, antes, o assistencialismo o principal modelo adotado na época, como o *Benefício de Prestação Continuada*, cujo auxílio não era destinado à capacitação das Pessoas com Deficiência. Apesar da importância do auxílio, as políticas relacionadas às Pessoas com Deficiência devem estar ligadas à ótica emancipatória e devem desmistificar a

vitimização em razão da deficiência, atingindo os ditames introduzidos pela Convenção. Novamente, observa-se a importância da Lei Brasileira de Inclusão como alternativa às políticas exclusivamente assistencialistas.

Conclui-se, então, que as ações afirmativas permitem desigualar para igualar, respeitando à diversidade e à pluralidade social e não permitindo o tratamento desigual injustificado, mas sim o justificado constitucionalmente. Logo, afirma-se a relevância das ações afirmativas como instrumento para a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência, contemplando a proibição da discriminação em razão da deficiência.

Adentrando novamente à nova concepção de deficiência, baseada no modelo social, percebe-se a importância de uma mudança terminológica do texto normativo constitucional, substituindo, assim, “Pessoa Portadora de Deficiência” para “Pessoa com Deficiência”. Para além dessa mudança terminológica, para que seja assegurada de forma mais clara e objetiva a proteção da Pessoa com Deficiência no plano jurídico-positivo, o texto da Lei Maior do Brasil deveria conceber um dispositivo próprio afirmando que a discriminação positiva ou ações afirmativas em prol das Pessoas com Deficiência não configura discriminação negativa em nenhuma de suas faces, ou seja, direta ou indireta. Apesar da justificação constitucional da instituição de ações afirmativas, essa justificação se encontra espaçada em diversos dispositivos constitucionais. Um dispositivo em concreto acerca da matéria tratada poderia facilitar a edição de normativas pelo legislador.

Nos moldes da ótica constitucional, a qual é marcada pela proibição da discriminação e pela igualdade de oportunidades, certifica-se a adoção das ações afirmativas, e possibilitou a edição da Lei Brasileira de Inclusão. A referida legislação expressa em seu texto, logo de início, a proibição da discriminação em razão da deficiência, bem como esboça, ao longo de seu enunciado, dispositivos que podem conferir a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais, somando medidas de cunho assistencial com capacitatórias. É possível interpretar que esta Lei se utiliza de conceitualizações e instrumentos atuais para a garantia da igualdade das Pessoas com Deficiência, exemplificando a recusa de adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.

De outro lado, a fim de conferir o tratamento estatal destinado às Pessoas com Deficiência, sob a perspectiva luso-francesa, verifica-se que ambos os países assinaram e ratificaram a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporando-as em seu ordenamento jurídico. A Carta Constitucional portuguesa adota o direito à igualdade, bem como a proibição da discriminação, assim como a Carta Constitucional francesa, contudo, elas se divergem quanto à adoção de um dispositivo destinado à proteção e à promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência. Por conseguinte, o texto da Lei Maior de Portugal acolhe tal dispositivo, cuja importância reflete-se na proibição da discriminação e na promoção da igualdade de oportunidades da Pessoa com Deficiência, transmitindo o dever Estatal de promover os meios adequados para tais feitos. Ademais, estão presentes, na normativa constitucional portuguesa, outros dispositivos que contemplam a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência. Já a normativa constitucional francesa não discute a proteção contra a discriminação e a promoção da igualdade das pessoas com deficiência, embora apresente dispositivos mais genéricos que possam ser interpretados como instrumentos para a averiguação constitucional da proibição em razão da deficiência e mencionada promoção de igualdade.

Como já foi salientado, outro importante recurso para a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência é a verificação de ações afirmativas. Nesse caso, ambos os países se destinaram a adotar legislações que objetivassem na criação de medidas voltadas a essas pessoas. Em seu plano normativo ordinário, Portugal adotou algumas legislações que buscam a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência, como a proibição de qualquer forma de discriminação negativa, a lei antidiscriminação, que é tratada pela Lei nº 46/2006, de 28 de agosto. Constata-se, também, de acordo com legislação infraconstitucional portuguesa, a Prestação Social para Inclusão, que está disposta pelo Decreto-Lei nº 126-A/2017, de 06 de outubro, assegurando a igualdade material das Pessoas com Deficiência.

Em suma, é possível afirmar que o quadro normativo português voltado às Pessoas com Deficiência confere não só medidas assistencialistas, mas também medidas que possam dar ensejo ao usufruto de seus direitos em igualdade de oportunidades com os demais. O modelo de deficiência adotado pelas legislações de

Portugal, caracteriza-se pelo modelo social, indo ao encontro do modelo adotado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao modelo adotado pelo Brasil. Contudo, apesar de proibir expressamente qualquer forma de discriminação da Pessoa com Deficiência, bem como promover medidas assistenciais contempladas pela Lei nº 2005- 102 de 11, de fevereiro de 2005, a França ainda adota o modelo médico de deficiência.

Recapitulando argumentos discutidos ao longo do trabalho, e tendo em vista que a proteção contra a discriminação em razão da deficiência e a promoção da igualdade de oportunidades entre pessoas com deficiência e as demais, pela perspectiva do Direito Positivo, é um assunto de difícil esgotamento, pode-se concluir que o acesso aos direitos e às garantias fundamentais das Pessoas com Deficiência está em progresso. Com essa afirmação, é possível compreender a importância de cada medida adotada pelo Estado brasileiro por meio de ações afirmativas que atuam a favor da concretização de seus direitos, repudiando qualquer forma de discriminação em razão da deficiência. Por fim, certifica-se que mudança da adoção do modelo médico de deficiência para o modelo social dialoga diretamente com a legitimação de medidas capacitatórias e assistencialistas destinadas às Pessoas com Deficiência.

ANEXOS

Anexo I

Ano	Legislação	Nomenclatura
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	Pessoas Deficientes
1975	Resolução nº 3.447 da ONU - Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	Pessoas Deficientes
1981	Resolução nº 31/123 da ONU	Pessoas Deficientes
1982	Resolução nº 37/52 da ONU Resolução nº 37/53 da ONU	Deficientes
1983	Convenção nº 159 da OIT	Deficientes
1990	Resolução nº 45/91 da ONU	Deficientes
1993	Convenção nº 159 da OIT	Pessoas Deficientes
1996	Resolução nº 48/96 da ONU	Pessoas com Deficiência
1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	Pessoas Portadoras de Deficiência
2007	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo	Pessoas com Deficiência

Fonte: RESENDE, Emerson Albuquerque (2016), p. 31.

Anexo II

Ano	Legislação	Terminologia
1978	Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978	Deficientes
1988	Constituição Federal	Pessoa Portadora de Deficiência
1989	Lei nº 7.853/1989	Pessoa Portadora de Deficiência
1990	Lei nº 8.112/1990	Pessoa Portadora de Deficiência
1991	Lei nº 8.213/1991	Pessoa Portadora de Deficiência
1999	Decreto nº 3.298/1999	Pessoa Portadora de Deficiência
2000	Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000	Pessoa Portadora de Deficiência
2004	Decreto nº 5.296/2004	Pessoa Portadora de Deficiência
2005	Emenda Constitucional nº 47	Pessoa Portadora de Deficiência
2009	Decreto nº 6.949/2009 - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo	Pessoa com Deficiência
2015	Lei nº 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão	Pessoas com Deficiência

Fonte: RESENDE, Emerson Albuquerque (2016), p. 32.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Sharon (GAZETA DO POVO). Cotas para pessoas com deficiência é medida paliativa, afirmam especialistas. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cotas-para-pessoas-com-deficiencia-e-medida-paliativa-afirmam-especialistas-2pkqjm94301wtfyzkc413s5kr/>>. Acesso em: mar. 2019.

ABREU, Célia Barbosa. Art. 4º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018, capítulo 2.

ABREU, Célia Barbosa. Art. 7º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

ALMEIDA, José Luiz Gavião de; SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira. Estatuto das Pessoas com Deficiência e a nova teoria das incapacidades: a operabilidade em risco. In: FIUZA, César (Organizador). SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira (Coordenadores). **Temas Relevantes sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência** – reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho. Art. 88. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

ARAÚJO, António de. Cidadãos Portadores de Deficiência (o seu lugar na Constituição da República). Coimbra Editora, 2001. In: Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – Seminário. **Direito, Inclusão e Deficiência**, Lisboa, 2010.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na ordem jurídica interna no Brasil. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 3.

ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de. O direito das Pessoas com Deficiência à participação na vida pública e política. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 3.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Os pensadores, v. 2 Trad. Leonel Vallandro e Geord Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – Seminário. **Direito, Inclusão e Deficiência**, Lisboa, 2010.

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

BARBOZA, Heloisa Helena; JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. **Reconhecimento e Inclusão das Pessoas com Deficiência**. In: Revista Brasileira de Direito Civil, vol. 13, n. 03, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/150>>. Acesso em: fev. 2019.

BARCELLOS, Ana Paula; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 2.

BELEZA, MARIA TERESA. **Mulheres, direito, crime ou A perplexidade de Cassandra**, Lisboa, 1990,

BELEZA, Teresa Pizarro; MELO, Helena Pereira. **Discriminação e contra-discriminação em razão da orientação sexual no direito português**. Revista do Ministério Público, vol. 123, p. 5-57, 2010. Disponível em: <<http://rmp.smmp.pt/discriminacao-e-contra-discriminacao-em-razao-da-orientacao-sexual-no-direito-portugues/>>. Acesso em: mar. 2019.

BIANCHINI, Alice; MARQUES, Ivan Luís. Tutela penal da Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 1.

BLATMAN, Michel (Conseiller honoraire à la Cour de cassation). **L'effet direct des stipulations de la Convention internationale e relative aux droits des personnes handicapées** — Rapport au Défenseur des droits, dez. 2016. Disponível em: <https://www.defenseurdesdroits.fr/sites/default/files/atoms/files/02_rapport_de_michel_blatman.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BORGES, Marcia Leite. **A Nova Conceituação de Pessoa com Deficiência e sua Importância na Concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil**. Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política da Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 2017. Disponível em: <

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qO51aWEp5pkJ:www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFt cyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjE4OTEiO30iO3M6 MToiaCI7czozMjoiYjlmM2Q3OTA1MmQ2ZTVjZTNiZThmYTE5MTU1M2RiNjAiO30%253D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: mar. 2019.

BOUGRAB, Jeannette; BROCA, Arnaud de. **Code du handicap**. 2^a édition, 2011

BRASIL – Presidência da República, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência. Uma análise a partir das Conferências Nacionais**. Distribuição Gratuita. Brasília, 2012.

BRASIL – Senado Federal. **Direitos das Pessoas com Deficiência - Cidadania: qualidade ao alcance de todos**. Coordenação de Edições Técnicas, Biênio 2013-2014. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496487/Direito_das_pessoas_com_deficiencia.pdf?sequence=1. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL, **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4^a Edição, revisada e atualizada, Brasília, 2012.

BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008. Decreto nº 6.949/2009. **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3^a edição, revisada e atualizada. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL, **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras

providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: fev. 2019.

BUBLITZ, Michelle Dias. **Conceito de Pessoa com Deficiência:** comentário à ADPF 182 do STF. Revista da AJURIS, v. 39, n. 127, setembro, 2012. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/772>>. Acesso em: jan. 2019.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil.** 2º edição, São Paulo: Saraiva Educação, série IDP, 2018.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa anotada**, vol. I, 4ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana (Mara Gabrilli). **Desenho Universal – um conceito para todos.** 2016. Disponível em: <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

CASTRO, Moisés Coelho. **A inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho brasileiro:** um estudo das normas e ações afirmativas à luz do direito constitucional. França, 2016.

Centro de Estudos Judiciários. **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2017, p. 25. Disponível em: <http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_DireitoPessoasD2017.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

CHICON, José Francisco; SOARES, Jane Alves. **Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão**. 2013. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/>>. Acesso em: jan. 2019.

CHENUT, Charles-Henry. A hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento interno francês. In: **REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**. v. 102 (2007). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67789>>. Acesso em: set. 2019.

CLARO, J. MARTINS. “Princípio da igualdade”, in JORGE MIRANDA (org.), **Nos dez anos da Constituição**, Lisboa, 1986.

Conselho Nacional do Ministério Público. **Tendências em Direitos Fundamentais**. Possibilidades de atuação do Ministério Público. Revista da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP. Volume 2, Brasília: CNMP, 2017.

CORBO, Wallace. **Discriminação indireta: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CORBO, Wallace. **Discriminação indireta: o que é e como superá-la?** 2017, p. 2. Disponível em: <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/discriminacao-indireta-o-que-e-e-como-supera-la-09112017>. Acesso em: mar. 2019.

CORBO, Wallace. **O Direito à Adaptação Razoável e a Teoria da Discriminação Indireta**: uma proposta metodológica. RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ. nº 34, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/issue/view/1920>>. Acesso em: mar. 2019.

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/A%20Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Deficiencia%20Comentada.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

COSTA, Eliton Costa de Souza; NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. **Breve Estudo sobre o Microssistema Jurídico das Pessoas com Deficiência**. RFD - REVISTA DA FACULDADE DE

DIREITO DA UERJ - RIO DE JANEIRO, N. 34, dezembro, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/19593/27677>>. Acesso em: jan. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr. 2017, p. 773.

FELDNER, Maria Tereza; colaboradores – (Mara Gabrilli). **Guia Prático dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. A Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 em perguntas e respostas. FEAPAES – MG. APAE. Belo Horizonte, 2016, p. 22. Disponível em: <<https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Guia-Pra%cc%81tico-LBI-perguntas-e-respostas.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

FERRAZ, Carolina Valença. Dos direitos da Pessoa com Deficiência nas relações familiares. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 4.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Da igualdade e da não discriminação. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016, capítulo II.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Aspectos jurídicos das ações afirmativas**. TST. Brasília, p. 72-79, v. 69, n. 02, jul/dez 2003.

FILHO, Jorge Cavalcanti Boucinhas. **Discriminação por sobrequalificação**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-30092009-095057/pt-br.php>>. Acesso em: mar. 2019.

FILHO, Waldir Macieira da Costa. A Pessoa com Deficiência no contexto das relações de consumo: tutela jurídica decorrente do Código de Defesa do Consumidor. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 7.

FIUZA, César (Organizador). SILVA, Marcelo Rodrigues da; FILHO, Roberto Alves de Oliveira (Coordenadores). **Temas Relevantes sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência** – reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. O novo conceito constitucional de Pessoa com Deficiência: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 1.

FRANÇA. **Code de l'action sociale et des familles**. Artigo L114-1. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do?cidTexte=LEGITEXT000006074069&idArticle=LEGIARTI000006796449&dateTexte=&categorieLien=id>>. Acesso em: jul. 2019.

FRANÇA. **Código do Trabalho**. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006072050&dateTexte=20190810>>. Acesso em: jun. 2019.

FRANÇA. **Código Penal**. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070719&dateTexte=20190810>>. Acesso em: jun. 2019.

FRANÇA. **Constituição da Quinta República Francesa**. 1958. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp#preamble>>. Acesso em: jul. 2019.

FRANÇA. **Constituição Francesa**.

FRANÇA. **Decreto nº 2010- 356**, de 1 de abril. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022055392&categorieLien=id>>. Acesso em: jun. 2019.

FRANÇA. **Lei nº 2005-102, de 11 de fevereiro**. “Para a igualdade de direitos e as oportunidades, participação e controle da vida dos deficientes”. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000809647>>. Acesso em: jun. 2019.

FRICOTTÉ, Lisiane. **Droit des personnes handicapées**. Collection Néret, 2018.

FROEDE, Cristina Gomes Martins. **Ações Afirmativas e Acessibilidade como Instrumentos de Efetivação do Princípio da Igualdade para as Pessoas com Deficiência**. Dissertação, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pdmd/article/view/4753>>. Acesso em: jan. 2019.

GALINDO, Bruno. Direito à liberdade: dimensões gerais e específicas de sua proteção em relação às pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.2.

GARCIA, Maria Glória F.P.D. **Estudos Sobre o Princípio da Igualdade**, Coimbra: Almedina, 2005.

GARCIA, Maria. Comentários Introdutórios ao Estatuto da Inclusão e os Direitos de Liberdades. In: LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016.

GIL, Marta (Coord.). O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GODOI, Alcinda Maria Machado; GARRAFA, Volnei. **O princípio da não-discriminação e não-estigmatização em bioética**. Saude soc., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 157-166, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: mar. 2019.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília, a. 38, nº 151, jul-set. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social - A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 20.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. Crianças e adolescentes com deficiência: avanços e desafios na garantia da proteção integral. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 5.

GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2012.

GUEDES, Denyse Moreira. **A Importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Norma em Nossa Carta Magna**. Leopoldianum, ano 38, n. 104/105/106, p. 85-98, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/465>>. Acesso em: jan. 2019.

GUGEL, Maria Aparecida. O direito ao trabalho e ao emprego: a proteção na legislação trabalhista. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 8.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e acessibilidade no diálogo social, na negociação coletiva e convenções coletivas de trabalho. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Tendências em Direitos Fundamentais**.

Possibilidades de atuação do Ministério Público. Revista da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP. Volume 2, Brasília: CNMP, 2017, p. 176.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades Raciais, Políticas Anti-Discriminatórias e Ação Afirmativa no Brasil**. GT Relações Raciais e Etnicidade. 1ª Sessão: Ação Afirmativa e outras soluções possíveis. XXIII Encontro Anual da ANPOCS – 1999, p. 7. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt15-17/4990-rheringer-desigualdades/file>>. Acesso em: mar. 2019.

HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**. Poto Alegre: Fabris, 1998.

IBGE. LOSCHI, Marília. **Pessoas com Deficiência**: adaptando espaços e atitudes. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>>. Acesso em: fev. 2019.

IPDG. Instituto Português do Desporto e Juventude. Governo de Portugal. **Desporto para Todos e com Todos**. Secretário de Estado do Desporto e Juventude.

JEGU, Fabienne; ESTRADE, Julia (DÉFENSEUR DES DROITS). République Française. **La Convention relative aux droits des personnes handicapées**. Comprendre et mobiliser la Convention pour défendre les droits des personnes handicapées, dez. 2016. Disponível em: <https://juridique.defenseurdesdroits.fr/index.php?lvl=notice_display&id=22001>. Acesso em: jun. 2019.

JIMÉNEZ, Esther Trujillo; BUENO, Luis Cayo Pérez (Telefónica y CERMI). **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos** - una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007, p. 68. Disponível em: <https://www.sindromedown.net/wp-content/uploads/2014/09/19L_ladiscapacidad.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

Jota Info. **Ação Direta de Inconstitucionalidade de 5.543 Distrito Federal – Voto**. Disponível em: <<https://www.jota.info/wp-content/uploads/2017/10/ADI-5543-1.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO. Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa (coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Editora Saraiva. 2016.

LEITE, Geilson Salomão. O direito tributário e a Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 9.

LEITE, George Salomão. A dignidade humana e os direitos fundamentais da Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.

LEITE, Glauber Salomão. O regime jurídico da capacidade civil e a Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 3.

LEITE, Glauco Salomão. O sistema de quotas obrigatórias na administração pública e a Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 4.

Les indispensables. **Les droits des personnes handicapées**. Particulier et Finances Éditions, 2018.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, seu Protocolo Facultativo e a Acessibilidade**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8653>>. Acesso em: fev. 2019.

LORD, Janet E; GUERNSEY, Katherine N.; BALFE, Joelle M.; KARR, Valerie L.; DEFRANCO, Allison S. One Billion Strong. **Human Rights. YES! Action and Advocacy on the Rights of Persons with Disabilities**, 2ª ed. University of Minnesota Human Rights Center, 2012. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/edumat/hreduseries/HR-YES/Human%20Rights%20YES%20Final%20PDF.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

LORENTZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade e o trabalho das Pessoas com Deficiência** (à luz da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, de 2006, e do Estatuto das Pessoas com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), 2ª edição, LTr Editora, 2016.

MAGNO, Octavio Bueno e MALLET, Estêvão. O direito do trabalho da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

MAIA, Maurício. **Novo Conceito de Pessoa com Deficiência e Proibição do Retrocesso**. Revista da AGU, ano 12, n. 37, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/42>>. Acesso em: jan. 2019.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos**. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 10 n.

2, p. 28-36, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>>. Acesso em: fev. 2019.

MAIOR, Izabel. **Breve Trajetória Histórica do Movimento das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

MARA GABRILLI. **Lei Brasileira de Inclusão**. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Guia sobre a LBI digital. Disponível em: <<https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

MARCO, Mario Alfredo de. Do **Modelo Biomédico ao Modelo Biopsicossocial: um projeto de educação permanente**. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v30n1/v30n1a10>>. Acesso em: fev. 2019.

MARQUES, Christiani Marques. Direito à integridade física e mental. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glaucio Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.6.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. **A emancipação dos estudos da deficiência**. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 98, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5014>>. Acesso em: mar. 2019.

MEDEIROS, Rui; MIRANDA, Jorge. **Constituição Portuguesa Anotada - Volume I: Preâmbulo, princípios fundamentais, direitos e deveres fundamentais – Artigos 1º a 79º**. 2º ed., Revista, Lisboa: Universidade Católica, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da igualdade. 3 ed., 14 tir., São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Princípio da isonomia: dequiparações proibidas, desequiparações permitidas. In: **Revista trimestral de Direito Público**, nr. 01, 1.993.

MELO, Helena Pereira de. **Os Direitos das Mulheres no Estado Novo: A Segunda Grande Guerra**. Coimbra: Edições Almeida S.A. 2017.

MELO, Luiz Gustavo Simões Valença de. O acesso à justiça da Pessoa com Deficiência: processo civil e aspectos procedimentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glaucio Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 2.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; MORAIS, Carlos Blanco; CAMPOS, Cesar Cunha (org.). **Reforma do Estado Social no Contexto da Globalização**. VI Fórum Jurídico de Lisboa, 3-5/04/2018.

MENEZES, Wagner (org.). **Direito Internacional em Expansão**. Volume VI. Anais do 14º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Arraes, Belo Horizonte, 2014.

MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. **Democracia, liberdade, igualdade: os três caminhos**. São Paulo: José Olympio, 1945.

MIRANDA, Jorge. **Direitos Fundamentais**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, S.A., 2017.

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. **Constituição Portuguesa Anotada**. Volume 1 – preâmbulo, princípios fundamentais, direitos e deveres fundamentais – artigos 1º a 79º. Universidade Católica Editora, 2ª ed. revista, 2017.

MIRANDA, MIRANDA, **Manual de direito constitucional**, tomo IV – direitos fundamentais, 3ª ed. Revista e actualizada, Coimbra, 2000.

MITRA, Sophie; POSARAC, Aleksandra; VICK, Brandon. **Disability and poverty in developing countries: a snapshot from the world health survey (English)**. Social Protection discussion paper no. SP 1109. Washington, DC: World Bank, 2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/501871468326189306/Disability-and-poverty-in-developing-countries-a-snapshot-from-the-world-health-survey>>. Acesso em: mar. 2019.

MONTEIRO, Nuno Líbano. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Carta dos Direitos para Pessoas com Autismo. Conexões com os apoios do Estado à integração do Deficiente na sociedade**. In: Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – Seminário. **Direito, Inclusão e Deficiência**, Lisboa, 2010.

MOREIRA, Teresa Coelho. **Igualdade e Não Discriminação**. Estudos de Direito do Trabalho. Coimbra: Almedina S.A., 2013.

NEVES, Aleaxandra Chícara das. A compatibilização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com a legislação em vigor. In: PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2016, capítulo 2.

NEWTON, Paulla Christianne da Costa. As questões de gênero e a Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos**

da Pessoa com Deficiência. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte III, Proteção Infraconstitucional, capítulo 6.

Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos. **Monitorização dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência em Portugal.** Relatório Holístico. Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://oddh.iscsp.utl.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/151-monitoriza%25C3%25A7%25C3%25A3o-dos-direitos-das-pessoas-com-defici%25C3%25AAncia-em-portugal>>. Acesso em: fev. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993 - **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU.** Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6>>. Acesso em: fev. 2019.

ONU. **A ONU e as Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: fev. 2019.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

PAIANO, Biltis Diniz. **Da Igualdade à Ação Afirmativa:** uma análise jurídico-constitucional luso-brasileira. Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra - FDUC. 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/30070/1/Da%20igualdade%20a%20acao%20afirmativa.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

PALUMBO, Livia Pelli. **A Efetivação dos Direitos das Pessoas com Deficiência pelos Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos:** sistema americano e europeu. Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito, ano 1, nº 2, periódicos semestrais revista, julho de 2012.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **O princípio de não discriminação.** 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2990/o-principio-de-nao-discriminacao>>. Acesso em: mar. 2019.

PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência.** Coleção Formação Contínua, 2016.

PEREIRA, Luciano Meneguetti; GALDEANO, Isabele Zamai. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro: um novo paradigma na proteção da pessoa com deficiência no Brasil. In: MENEZES, Wagner (org.). **Direito Internacional em Expansão.** Volume VI. Anais do 14º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Arraes, Belo Horizonte, 2014.

PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos. Art. 9º. In: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Victor (Coordenadores). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: mai. 2019.

PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte I, Elementos Conceituais, capítulo 2.

PORTUGAL – Ministério Público. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais**. Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comprado. Resolução 2856 (XXVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1971. Disponível em: <<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientesmentais.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. acesso em: fev. 2019.

PORTUGAL. **Decreto do Presidente da República nº 71/2009**. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/493183/details/maximized>>. Acesso em: jun. 2019.

PORTUGAL. **Decreto Regulamentar nº 34/2007, de 29 de março**. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/520445/details/maximized>>. Acesso em: jul. 2019.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 126-A/2017**. Cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/115287284/201808132357/diploma?p_p_state=maximized&rp=indice>. Acesso em: jun. 2019.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 129/2017**. Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/108265124>>. Acesso em: jun. 2019.

PORTUGAL. **Lei nº 38/2004, de 18 de agosto**. Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/480708/details/maximized>>. Acesso em: jun. 2019.

PORTUGAL. Lei nº 46/2006. Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/540797/details/maximized>>. Acesso em: jul. 2019.

PORTUGAL. Resolução da Assembleia da República nº 57/2009. Aprova o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado em Nova Iorque em 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/493184/details/maximized>>. Acesso em: jun. 2019.

PORTUGAL. **Resolução da Assembleia da República nº56/2009**. Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/493187/details/maximized>>. Acesso em: jun. 2019.

RADDATZ, Joice. **Benefício assistencial ao idoso ou portador de deficiência (LOAS)**. 2014. Disponível em: <<https://joiceraddatz.jusbrasil.com.br/artigos/125334738/beneficio-assistencial-ao-idoso-ou-portador-de-deficiencia-loas>>. Acesso em: jan. 2019.

RAMOS, Hamilton Vieira. Diferenças sociais e ações afirmativas -- A luta pela igualdade. Brasília a. 44, nº 173, jan./mar. 2007. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/141289/R173-08.pdf?sequence=1>>. Acesso em: mar. 2019.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª edição ajustada ao novo Código Civil, 4ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2004.

RESENDE, Emerson Albuquerque. **O direito fundamental ao trabalho da pessoa com deficiência no brasil: caminhos para a eficácia social**, 2016. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4385>>. Acesso em: mar. 2019.

RIBEIRO, Geraldo Rocha. Notas sobre as incapacidades jurídicas previstas no Código Civil à luz do artigo 12º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. In: PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2016, capítulo 1.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **A Primazia da Aplicação da Legislação Especial de Tutela das Pessoas com Deficiência nos Processos Judiciais**. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 7, n. 13, p. 31-42, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/299>>. Acesso em: jan. 2019.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito à intimidade e à vida privada. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.5.

RIOS, Roger Raupp. **O direito da antidiscriminação e a tensão entre o direito à diferença e o direito geral de igualdade.** Direitos Fundamentais & Justiça - ano 6, nº 18, p. 169-177, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://edisisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3990032/mod_resource/content/1/rios%20rapp%20tesao%20igualdade%20diferenc%CC%A7a.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

ROBIN-OLIVIER, Sophie. “**Sur la Convention de l'ONU relative aux droits des personnes handicapées, par Nolwenn Bertho**”. Disponível em: <<https://blogs.parisnanterre.fr/content/sur-la-convention-de-lonu-relative-aux-droits-des-personnes-handicap%C3%A9es-par-nolwenn-bertho>>. Acesso em: jun. 2019.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Ação afirmativa:** o conteúdo democrático do princípio da igualdade. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 131:283-295, jul./set. 1996.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Igualdade Material e Discriminação Positiva:** o princípio da isonomia. Estudos Jurídicos. NEJ, Vol. 13, nº 2, jul-dez 2008, p. 77-92. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32745-40386-1-PB.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

SANTOS, Augusto Sales dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade., p. 56.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. Ed. Cortez. 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.1.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Integração dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico.** 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-mar-27/direitos-fundamentais-integracao-tratados-direitos-humanos-ordenamento-juridico>>. Acesso em: fev. 2019.

SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais**. Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9806089-Nada-sobre-nos-sem-nos-da-integracao-a-inclusao.html>>. Acesso em: jan 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão**. In: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, v. 5, nº 25, p. 5-14, 2002. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540>. Acesso em: fev. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVARIS, José Antonio. Os direitos de previdência e assistência social da Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 5.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. Direito à educação. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.4.

SERRANO, Mônica de A. Magalhães; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. O sistema de saúde no Brasil e as Pessoas com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 6.

SILVA, Breno Pereira da; ROCHA, Frederico Henrique Galves Coelho da. **Os Direitos das Pessoas com Deficiência na Constituição Federal de 1988**. In: Novos Direitos – Revista Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas - ISSN: 2447-1631, v. 3, n. 2: jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICJ/article/view/337>>. Acesso em: fev. 2019.

SILVA, Jorge Pereira da. **Direitos Fundamentais - Teoria Geral**. Lisboa: Universidade Católica, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, Paulo José Pereira Carneiro Torres; LIMA, Celio Celli de Oliveira. **O Direito à Diferença - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Proteção à Dignidade e Autonomia do Indivíduo com Deficiência**. Disponível em:

<

[https://www.academia.edu/35652182/O_DIREITO_%C3%80_DIFEREN%C3%87A_-](https://www.academia.edu/35652182/O_DIREITO_%C3%80_DIFEREN%C3%87A_-A_CONVEN%C3%87%C3%83O_SOBRE_OS_DIREITOS_DAS_PESSOAS_COM_DEFICI%C3%8ANCIA_E_A_PROTE%C3%87%C3%83O_%C3%80_DIGNIDADE_E_AUTONOMIA_DO_INDIV%C3%8DDUO_COM_DEFICI%C3%8ANCIA)

A_-

A_CONVEN%C3%87%C3%83O_SOBRE_OS_DIREITOS_DAS_PESSOAS_COM_DEFICI%C3%8ANCIA_E_A_PROTE%C3%87%C3%83O_%C3%80_DIGNIDADE_E_AUTONOMIA_DO_INDIV%C3%8DDUO_COM_DEFICI%C3%8ANCIA>. Acesso em: fev. 2019.

SILVA, Roberta Cruz da. Direito à saúde. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coordenadores). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1ª edição/ 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, Parte II, Proteção Constitucional, capítulo 1.3.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos Fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 119.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti; RAMALHO, Camila Villa Nova Ramalho; HIBNER, Davi Amaral. **A Acessibilidade como um Novo Direito da Personalidade no Brasil: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e o Dano Moral Decorrente da Inaccessibilidade**. Revista de la Facultad de Derecho, nº 80, p. 9-31, 2018.

Disponível

em:

<<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechopucp/article/view/19949>>. Acesso em: mar. 2019.

SOUSA, Filipe Venade de. **A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português**. Contributo para a compreensão do estatuto jusfundamental – Teses. Coimbra: Almedina S.A., 2018.

SOUSA, Filipe Venade de. **Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas**. À luz da norma do artigo 74º, nº 2, alínea h, da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coimbra: Almedina, S.A., 2014.

SOUSA, Filipe Venade. Língua gestual e tribunais: como tornar a comunicação efetiva. In: PAZ, Margarida (organização). **Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coleção Formação Contínua, 2016, capítulo 3.

SOUZA, Rafael Barreto. Nada sobre Nós, sem Nós: uma análise da legitimidade jurídica da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *In: R. Opin. Jur.*, Fortaleza, ano 11, nº 15, p. 213-234, jan./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/article/view/303/159>>. Acesso em: fev. 2019.

STRAPAZZON, Carlos Luiz; RENCK, Maria Helena Pinheiro. **Direitos Humanos Fundamentais das Pessoas com Deficiências: The Capability Approach**. Revista da AJURIS – v. 41 – n. 133 – Março 2014. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/224>>. Acesso em: mar. 2019.

TARDELLI, Breno (CARTA CAPITAL). **O racismo é vantajoso para o grupo social dominante, explica professor de Harvard** --- Pragmatismo Político, 2017. Disponível em: <>. Acesso em: mar. 2019.

Tribunal de Contas da União (Coordenação de Comissão de Acessibilidade do TCU). **Todos os tipos de discriminação**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F64480C8C0164614629C420E7>>. Acesso em: mar. 2019.

United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities - Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Communication nº 4/2011**. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/5280d17a4.html>>. Acesso em: fev. 2019.

United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities - Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Communication nº 2/2010**. Disponível em: <https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRPD/C/D/2/2010&Lang=en>. Acesso em: fev. 2019.

United Nations. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**. Disponível em: < <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>>. Acesso em: fev. 2019.

United Nations. **From Exclusion to Equality**. Handbook for Parliamentarians on the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol, nº 14, 2007. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/handbook-for-parliamentarians-on-the-convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>>. Acesso em: fev. 2019.

United Nations. **The Invisibility of Disability. Why disability statistics matter**. Infographic Statistics, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic_statistics_2016.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

WERNECK, C. **Modelo médico x Modelo social da deficiência.** In: Manual da mídia legal 3: Comunicadores pela saúde / Escola de Gente, WVA Editora, Rio de Janeiro, 2004.

World Bank. **World report on disability:** Main report (English). Washington, DC: World Bank, 2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/665131468331271288/Main-report>>. Acesso em: mar. 2019.

World Health Organization. **World Report on Disability.** 2001. Disponível em: <https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf>. Acesso em: fev. 2019.